

ROSEMARY DE FÁTIMA DE ASSIS DOMINGOS

**VARIAÇÃO NO USO DO PRETÉRITO IMPERFEITO (INDICATIVO
E SUBJUNTIVO) NA FUNÇÃO DE COTEMPORALIDADE A UM
PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Edair Maria Görski

FLORIANÓPOLIS

2004

ROSEMARY DE FÁTIMA DE ASSIS DOMINGOS

**VARIAÇÃO NO USO DO PRETÉRITO IMPERFEITO (INDICATIVO E
SUBJUNTIVO) NA FUNÇÃO DE COTEMPORALIDADE A UM PONTO DE
REFERÊNCIA PASSADO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Linguística e aprovada em sua fase final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edair Maria Görski (UFSC)
(orientadora)

Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho (UFSC)

Profa. Dra. Márluce Coan (UNESC)

Prof. Dr. Cássio Rodrigues (UFSC)

Dedico este trabalho a minha filha Kássia, que durante todos os anos de estudo, desde a graduação, mesmo estando eu um pouco ausente, me recebia com seu sorriso maravilhoso, com cartinhas e com seu abraço inigualável.

AGRADECIMENTOS

- a Deus, a quem devo minha vida e todo e qualquer êxito obtido no que quer que eu faça;
- à professora Edair Maria Görski, pela orientação, pelo apoio, pelas (re)leituras e pelas críticas construtivas;
- à professora Márluce Coan, pelo incentivo constante, pelo apoio, pela revisão de textos, pelo empréstimo de materiais;
- aos meus professores de graduação (Eurico (*in memorian*), Ana Cláudia, Márluce), que despertaram em mim o interesse pela área;
- a minha família - Dário, Teresinha, Kássia, Diego, Desa e prima Nena, pelo carinho e incentivo constantes;
- aos meus colegas de serviço, pela paciência em me ouvir, especialmente ao Beto, pela força no inglês;
- aos meus alunos, pela compreensão nas vezes em que não pude estar presente em virtude da pesquisa;
- à comadre Marinês, que me deu uma força toda especial na instalação do programa VARBRUL;
- à amiga Simone, que sempre acreditou que eu conseguiria.

A todos estes - e outros porventura não citados, por todo o apoio oferecido, muito obrigada.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo tratar da função de cotemporalidade a um ponto de referência passado, codificada em português pelas formas de pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo, a partir de dados do Projeto *Entrevistas Sociolingüísticas*, da UNESCO, e do Projeto VARSUL (Variação Urbana na Região Sul), informantes de Florianópolis. Por meio da discussão das noções de modo, tempo verbal, aspecto e ponto de referência, são estabelecidas algumas restrições que delimitam o contexto de variação e permitem identificar as formas verbais como variantes que carregam o mesmo significado representacional, inserindo-se no quadro teórico do Funcionalismo Lingüístico e da Sociolingüística Variacionista.

ABSTRACT

The present study has for objective to treat from the function 'cotemporalidade a um ponto de referência passado', codified in Portuguese by the forms of imperfect preterit of the indicative and imperfect preterit of de subjunctive, starting from data of the project *Entrevistas Sociolingüísticas*, of UNESCO, and of the *Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul)*, informers of Florianópolis. Through the discussion of the way notions, verbal time, aspect and point of reference, they are established some restrictions that delimit the variation context and they allow to identify the verbal forms as variants that carry the same meaning representational, interfering in the theoretical picture of the Linguistic Functionalism and of Sociolinguistic Analysis. The obtained results allow saying that the phenomenon in study is shown sensitive to motivations of several nature: semantics (as nature of the used verbs, modality and aspect of the situation), structural (as formal parallelism), social (as age).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O FENÔMENO EM ESTUDO	16
1.1 Colocação do Problema.....	16
1.2 A abordagem normativa.....	20
1.3 Algumas Pesquisas já Realizadas no Âmbito Variacionista.....	28
1.3.1 Costa (1997).....	28
1.3.2 Silva (1998).....	30
1.3.3 Pimpão (1999).....	33
1.3.4 Karam (2000).....	34
1.4 Objetivos, Questões e Hipóteses.....	35
2 QUADRO TEÓRICO	38
2.1 Teoria da Variação e Mudança Lingüística.....	38
2.2 Funcionalismo Lingüístico.....	41
2.2.1 Princípios funcionalistas.....	43
3 TAMR (TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE, PONTO DE REFERÊNCIA)	46
3.1 Tempo.....	46
3.2 Aspecto.....	51
3.3 Modalidade.....	55
3.4 Ponto de Referência.....	58
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
4.1 Constituição da amostra.....	60
4.2 Delimitação da variável.....	61
4.2.1 A restrição relacional.....	61
4.2.1.1 Posterioridade a um ponto de referência passado.....	62
4.2.1.2 Cotemporalidade ao momento da fala.....	63
4.2.1.3 Futuridade ao momento da fala.....	64
4.2.2 Expressões cristalizadas.....	64
4.2.3 Substituição.....	65
4.3 Análise quantitativa.....	68
4.4 Variável dependente e variáveis independentes.....	68
4.5 Os grupos de fatores.....	69

4.5.1 Tempo verbal da oração principal.....	70
4.5.1.1 Hipóteses.....	73
4.5.2 Presença/Ausência de advérbio ou locução adv. na oração principal.....	74
4.5.2.1 Hipóteses.....	74
4.5.3 Tipo de verbo na oração principal.....	75
4.5.3.1 Hipóteses.....	76
4.5.4 Modalidade.....	76
4.5.4.1 Uso metafórico.....	78
4.5.4.2 Hipóteses.....	79
4.5.5 Tipo de oração subordinada.....	79
4.5.5.1 Hipóteses.....	80
4.5.6 Conjugação verbal da oração subordinada.....	80
4.5.6.1 Hipóteses.....	81
4.5.7 Presença/Ausência de locução verbal na oração subordinada.....	81
4.5.7.1 Hipóteses.....	82
4.5.8 Tipo de verbo auxiliar.....	82
4.5.8.1 Hipóteses.....	83
4.5.9 Aspecto.....	83
4.5.9.1 <i>Accomplishment</i>	83
4.5.9.2 Estado.....	84
4.5.9.3 Atividade.....	85
4.5.9.4 <i>Achievement</i>	86
4.5.9.5 Hipóteses.....	86
4.5.10 Paralelismo formal.....	87
4.5.10.1 Hipóteses.....	88
4.5.11 Sexo.....	88
4.5.12 Cidade.....	89
4.5.13 Escolaridade.....	89
4.5.14 Idade.....	89
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	91
5.1 Tipo de verbo na oração principal.....	91
5.2 Paralelismo formal.....	93
5.3 Modalidade.....	95
5.4 Tipo de verbo auxiliar.....	98
5.5 Aspecto.....	100
5.6 Presença/Ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal.....	102
5.7 Idade.....	102
5.8 Cidade.....	104
5.9 Tempo verbal da oração principal.....	105
5.10 Tipo de oração subordinada.....	106
5.11 Conjugação verbal da oração subordinada.....	107
5.12 Sexo.....	107
5.13 Escolaridade.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	117
ANEXOS.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Influência do tipo de verbo da oração principal sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	92
Tabela 02 - Influência do tipo de verbo da oração principal sobre o uso do PIS <i>versus</i> PII em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	92
Tabela 03 - Influência do paralelismo formal sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	94
Tabela 04 - Influência da modalidade sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	95
Tabela 05 - Influência da modalidade (II) sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	97
Tabela 06 - Influência do verbo auxiliar sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	98
Tabela 07 - Influência da presença/ausência de locução verbal na oração subordinada sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	99
Tabela 08 - Influência da aspectualidade sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	100
Tabela 09 - Influência da aspectualidade sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC, amalgamando <i>atividade e achievement</i>	101
Tabela 10 - Influência da presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de Florianópolis e Criciúma – SC.....	102
Tabela 11 - Influência do grupo idade sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	103
Tabela 12 - Influência da cidade sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	104
Tabela 13 - Influência da conjugação verbal da oração principal sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	105
Tabela 14 - Influência do tipo de oração subordinada sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	106
Tabela 15 - Influência do tipo de oração subordinada sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC, sem intervenção do tipo de verbo da oração principal.....	106

Tabela 16 - Influência da conjugação verbal da oração subordinada sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	107
Tabela 17 - Influência do sexo sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	107
Tabela 18 - Influência da escolaridade sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	108
Tabela 19 - Demonstrativo dos grupos significativos sobre o uso do PII <i>versus</i> PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma – SC.....	109

INTRODUÇÃO

"A história do mundo moderno tem sido também uma história de teorias e pesquisas sobre a linguagem" (IANNI, 1999, p. 11). Há muito que lingüistas e filólogos debruçam-se sobre dados de fala e escrita para acompanharem e descreverem as mudanças pelas quais passa a língua; afinal, esta é produto e condição da vida social, sem ela ficaria bem difícil estabelecermos comunicação, ainda que existam outros meios para tal (a dos surdos-mudos, por exemplo).

Nas palavras de Benveniste:

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento de comunicação intersubjetiva. (BENVENISTE, 1995, p. 26).

No início do século XX, SAUSSURE ([1916] 2002, p. 139) afirmou que na língua não havia senão diferenças. Dizer isso talvez implique afirmar que a língua é homogênea, porque, assim, não seriam permitidas várias maneiras de expressar um mesmo conteúdo, sentimento, vontade; enfim, haveria uma só forma de expressão. O que não é possível simplesmente porque não se consegue impedir que se tenha mais de uma maneira de se dizer a mesma coisa, "todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas" (MOLLICA, 2003, p. 9).

Em 1968, quando ainda fazia pouco que Labov falava sobre a Teoria da Variação e Mudança, Celso Cunha já versava sobre o idioma brasileiro:

A bem dizer, tôda a questão da 'língua brasileira' se resume, *ainda hoje, na luta contra as regras inflexíveis* dos puristas, dos gramáticos retrógrados, sempre contrários a inovações e defensores de um desarticulado sistema idiomático simples mosaico de formas e construções colhidas em épocas diversas do passado literário. (p. 25 [grifo nosso]).

Contudo, ao consultarmos um livro didático de Língua Portuguesa ou uma gramática normativa, podemos observar que ainda existem 'bulas'. Por exemplo, o MODO SUBJUNTIVO é definido como aquele usado em contextos indicadores de incerteza e o MODO INDICATIVO, por outro lado, como aquele que deve ser usado em contextos que indicam certeza.

Vejamos o que diz Ulisses Infante a esse respeito:

À indicação de tempo está normalmente associada a indicação de modo, ou seja, a expressão da atitude de quem fala ou escreve em relação ao conteúdo do que fala ou escreve. Se se considera o que é falado ou escrito uma certeza, utilizam-se as formas do modo indicativo [...]. As formas do modo subjuntivo indicam que o conteúdo do que se fala ou escreve é tomado como incerto, duvidoso, hipotético [...]. (ULISSES, 1996, p. 147).

Ao nos depararmos, no entanto, com a língua usada na comunicação do dia-a-dia, verificamos que nem sempre é assim: o modo indicativo também aparece em muitos ambientes cujo modo prescrito pelas gramáticas normativas (cf. CUNHA & CINTRA (1985/2001), INFANTE (1996), PASQUALE & ULISSES (1998)) é o subjuntivo, sendo que por vezes o contexto é que nos diz do *irrealis*¹, como no caso do uso de alguns verbos, como *acreditar, achar, imaginar, pensar*, ou do próprio assunto sobre o qual se fala, como comentar a respeito de um evento que ainda não se realizou.

Quando se optou por realizar um trabalho visando à possibilidade de variação em orações subordinadas em contextos de tempo passado, nos quais as gramáticas normativas prevêm o uso do subjuntivo, não se dispensou muita atenção ao tipo de verbo da oração principal, por se imaginar que fosse no âmbito da subordinada que estivesse o *status* de incerteza, dúvida, hipótese. Todavia, em um primeiro trabalho², com dados retirados do projeto *Entrevistas Sociolingüísticas*, da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC/Criciúma, constatou-se que verbos cognitivos, como os citados

¹ Por *irrealis* entendemos situações que são incertas/duvidosas para o falante.

² Sobre o qual se falará adiante.

acima, aceitavam tal permuta, como em (1), abaixo; outros, como *querer*, por exemplo, como em (2), só apresentavam o modo subjuntivo na oração subordinada³.

- (1) "Eu achava que a Próspera *era* uma loteria..."
 (1-a) Eu achava que a Próspera *fosse* uma loteria..."
 (2) "Eu queria que você *ficasse* aqui."

Resultados preliminares do estudo acima mencionado, realizado com orações subordinadas substantivas cujos verbos da oração principal são de natureza cognitiva, mostraram que os falantes tendem a usar a forma verbal do pretérito imperfeito do indicativo em contextos de *irrealis*, nos quais as gramáticas normativas prevêem o uso de pretérito imperfeito do subjuntivo; não se evidenciando, em princípio, uma marca morfológica modo-temporal definida para ser usada em contextos de certeza/incerteza.

Tendo sido o número de dados inicialmente coletados muito reduzido (apenas oitenta e dois num total de trinta e seis entrevistas de cerca de uma hora de duração cada uma), para um segundo trabalho fez-se um teste escrito⁴ com alunos de oitava série do Ensino Fundamental e sexta fase do Ensino Médio. Foram usados, nas orações principais⁵, os verbos: *achar*, *pensar*, *imaginar* e *esperar*, cujo contexto de variação nas subordinadas já havia sido constatado, colocando-se também outros verbos, como *pedir* e *querer*. Mais uma vez, constatou-se que os únicos que aceitaram o uso da forma verbal de pretérito imperfeito do indicativo, futuro do pretérito e pretérito imperfeito do subjuntivo (tempos verbais estudados nesta pesquisa) na oração subordinada foram os primeiros.

São desse teste os exemplos a seguir:

- (3) Ninguém esperava que um dia isso *ia acontecer*.
 (4) Ninguém esperava que um dia isso *iria acontecer*.
 (5) Ninguém esperava que um dia isso *fosse acontecer*.
 (6) Ninguém esperava que um dia isso *acontecesse*.
 (7) Ninguém esperava que um dia isso *aconteceria*.
 (8) ? Ninguém esperava que um dia isso *acontecia*.⁶

³ Observe-se que não estamos negando a possibilidade de que ocorra uma construção como: "Eu queria que você *ficava* aqui". Mas ela não apareceu nos dados analisados.

⁴ Uma cópia desse teste será anexada à presente dissertação.

⁵ Apesar de os termos "oração principal" e "oração subordinada" estarem sujeitos a uma série de restrições, serão utilizados nesta dissertação, já que fazem parte da tradição gramatical e não nos aventuramos numa discussão terminológica.

⁶ *Ninguém esperava que um dia isso* foi o contexto dado no teste. O aluno deveria preencher o restante da frase como julgasse correto. Note-se que, para uma só oração subordinada, houve cinco formas diferentes, tendo o "mesmo valor de verdade" (cf. LABOV, 1978). (6) aparece com um ponto-de-interrogação por não se ter certeza de que tal construção é recorrente em português, uma vez que não apareceu no teste. Isso talvez se deva ao fato de o pretérito imperfeito do indicativo não se encaixar em contextos que aparentemente parecem remeter à futuridade; a variação entre esse tempo/modo verbal e o imperfeito do subjuntivo só é possível (aparentemente) em contextos de projeção passada ou quando há cotemporalidade.

Podemos perceber que ocorre no português brasileiro uma variação no uso das formas verbais *pretérito imperfeito do indicativo*, *futuro do pretérito* e *pretérito imperfeito do subjuntivo* (ainda sem pensarmos em uma função específica), e foi a observação de exemplos como esses (produzidos por alunos, colegas, na televisão, em letras de música) que nos levou a elaborar a presente pesquisa.

Ora, se o uso do modo subjuntivo indica incerteza, dúvida ou hipótese, remetendo ao *irrealis*, o que dizer sobre um exemplo como este: "Cruzes! Achei que você *tinha morrido*!"? Conforme as gramáticas normativas, na oração subordinada "... que você *tinha morrido*" o 'correto' seria optar pelo modo que indica incerteza, uma vez que, quando alguém 'acha' ainda não tem certeza de que (ou se) alguém morreu. Apesar desse suposto 'erro', nenhum falante ou ouvinte nota que houve uma 'infração' gramatical.

Assim, a presente dissertação pretende descrever um estudo feito acerca da variação existente na codificação dos seguintes tempos/modos verbais: i) pretérito imperfeito do subjuntivo; ii) pretérito imperfeito do indicativo; e iii) futuro do pretérito⁷, em orações subordinadas cujos traços semânticos associados aos verbos das orações principais carreguem o pressuposto de algo ainda não vivenciado/presenciado pelo falante no ato da fala, assunto sobre o qual tratamos no capítulo 1, destinado à apresentação do fenômeno em estudo.

O fenômeno de variação é abordado sob uma perspectiva que privilegia a análise da linguagem em uso e que concebe a gramática/fala como dinâmica e maleável às mudanças em curso. O quadro teórico da pesquisa será, então, o da Teoria da Variação e Mudança Lingüística e do Funcionalismo Lingüístico, que será apresentado no capítulo 2.

No capítulo 3, discutimos as noções de tempo, aspecto, modalidade e ponto de referência (TAMR), inerentes à proposta da presente pesquisa, uma vez que lidamos diretamente com as mesmas.

O capítulo 4 é destinado à descrição dos procedimentos metodológicos pelos quais passaram os dados para refinar nosso *corpus*, não correndo, dessa forma, riscos de um enviezamento de resultados ou até mesmo de números equivocados por conta de uma codificação feita sem critérios.

Uma descrição dos grupos de fatores analisados, bem como as hipóteses que nos levaram a criá-los está no capítulo 5.

⁷ Quanto ao futuro do pretérito, ver-se-á que, a certa altura da pesquisa, será abandonado. Falar-se-á sobre esse fato quando tratarmos sobre as restrições sofridas pelos dados para fazermos as rodadas estatísticas.

No capítulo 6, apresentamos a análise e discussão dos resultados obtidos a partir do programa estatístico VARBRUL, pautados em nosso quadro teórico.

A esse último capítulo seguem as considerações finais. Logo após, está a bibliografia.

1 O FENÔMENO EM ESTUDO

1.1 COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

À morfologia flexional de tempo/modo verbal, as gramáticas normativas associam a expressão do tempo em que acontece o fato narrado (presente, passado, futuro) e atitudes dos falantes, tais como certeza ou incerteza, sobre aquilo que falam, postulando ser o modo indicativo responsável pela marcação de certeza e o subjuntivo pela de incerteza.

Segundo a prescrição gramatical tradicional, o uso do modo subjuntivo focaliza o fato sobre o qual se fala ou escreve como incerto, duvidoso, no campo da irrealidade, denotando uma ação ainda não realizada, dependente de outra, já realizada. Daí a preferência das gramáticas normativas pelo uso de tal modo em orações subordinadas, sejam elas substantivas, adjetivas ou adverbiais. "Etimologicamente, o termo *subjuntivo* origina-se do latim *subjunctivus*, designação que atribui a esse modo verbal a propriedade de ligar, de subordinar" (PIMPÃO, 1999, p. 13). Para ilustrar essa idéia, observe-se o exemplo retirado do livro *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar:

- (1) "- Acabo de voltar para casa, Lula.
 - E daí?
 - Eu pensei que isso te *deixasse* contente." (NASSAR, 1975, p. 178)

Observando a oração subordinada que compõe o último período do diálogo, podemos notar que há possibilidade de variação, como (2), abaixo:

- (2) Eu pensei que isso te *deixava* contente.

Difícilmente um falante do português diria que (1) é melhor construída gramaticalmente do que (2). Tampouco há estigma na forma (2). Assim, não é porque o exemplo (1) foi escrito com o modo subjuntivo que o enunciado é bem interpretado pelo ouvinte/leitor. Claramente, percebe-se que a 'incerteza' do narrador quanto ao irmão Lula sobre a sua volta não 'sumiu' em virtude das substituições. Isso nos faz (re)pensar se de fato há um tempo/modo preciso e único para ser usado em tais contextos.

Usando exemplos do mesmo livro, pode-se notar que, mesmo não querendo evidenciar a variação, Nassar utiliza outros tempos/modos verbais em contextos parecidos com (1):

(3) "... como é possível tanto repouso nesse movimento? eu pensava muitas vezes que eu não *devia pensar*; que nessa história de pensar eu *tinha* já o meu contento..." (NASSAR, p. 72/73)

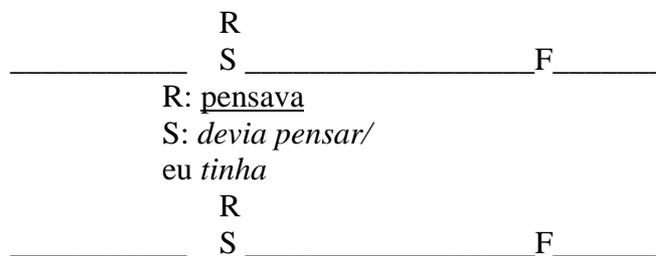
(4) "... e também muito cedo aprendi a ver nela o traço mais forte do homem; mas eu achava que, se da corda de alaúde - esticada até o limite - se *podia tirar* uma nota afiadíssima..." (NASSAR, p. 174)

Vejam-se as possíveis variações:

(3-a) ... eu pensava muitas vezes que eu não *devesse pensar*, que nessa história de pensar eu *tivesse* já o meu contento...

(4-a) ... mas eu achava que, ... se *pudesse tirar* uma nota afiadíssima.

Percebe-se, por meio desses exemplos, que as formas verbais de pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) *comportam-se como variantes quando são cotemporais*⁸ a um ponto de referência passado, havendo, nesse caso, duas formas (verbais) para uma função (a cotemporalidade a um ponto de referência passado), conforme os diagramas⁹ abaixo, para os exemplos (3), (3-a), (4) e (4-a), respectivamente.



⁸ Por *cotemporalidade* estamos tratando de situações que ocorrem simultaneamente ao *ponto de referência*, que assumimos ser a 'âncora' à qual está presa tal situação"; como, por exemplo, quando dizemos "Pensei que *era/fosse* visita" ao abrirmos a porta para alguém. O ponto de referência é o verbo da oração principal, *pensei*, codificado no passado; a este ponto está ancorada a situação *ser visita*. Por isso, o contexto de variação é *cotemporal a um ponto de referência passado*. Falaremos mais a esse respeito no capítulo 3, destinado à discussão de TAMR (tempo, aspecto, modalidade e ponto de referência).

⁹ Entendemos por diagrama uma *linha do tempo*, na qual colocamos R (ponto de referência), S (momento da situação) e F (momento da fala). R, S e F serão melhor explicados também no capítulo 3.

R: pensava
 S: *devesse pensar/*
eu tivesse

R
 _____ S _____ F _____

R: achava
 S: *podia tirar*

R
 _____ S _____ F _____

R: achava
 S: *pudesse tirar*

Em alguns contextos, ainda, parece haver possibilidade de a forma do futuro do pretérito do indicativo também entrar em variação com as formas verbais já citadas, como acontece com o exemplo (5-b).

- (5) "Esta bela mulher pensou que *estava ajudando* um agente do FBI, mas na verdade estava ajudando um assassino." (propaganda de um filme - Globo - janeiro/2003)
- (5-a) Esta bela mulher pensou que *estivesse ajudando* um agente do FBI...
- (5-b) Esta bela mulher pensou que *estaria ajudando* um agente do FBI...

Veja-se o diagrama, que fica idêntico para os três exemplos:

R
 _____ S _____ F _____

R: pensou / S: *estava ajudando*
 R: pensou / S: *estivesse ajudando*
 R: pensou / S: *estaria ajudando*

Por outro lado, se procedermos à mesma substituição nos exemplos (1), (3) e (4), a cotemporalidade não é tão clara. Ora parece haver perfeita variação, ora a forma do futuro do pretérito parece se distanciar dessa relação de cotemporalidade.

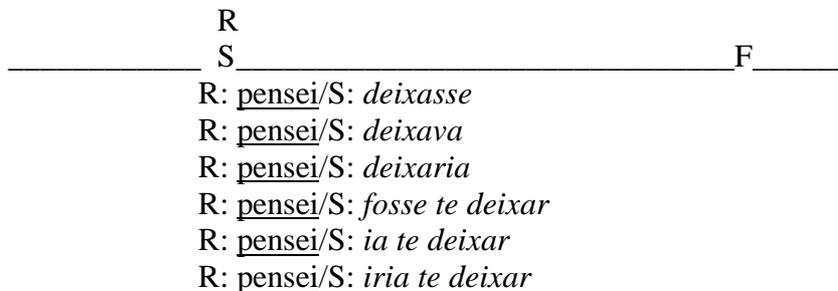
- (1-b) Eu pensei que isso te *deixaria* contente.
- (3-b) ... eu pensava muitas vezes que eu não *deveria pensar*, que nessa história de pensar eu *teria* já o meu contento...
- (4-b) ...mas eu achava que, ... se *poderia* tirar uma nota afiadíssima...

Nesses exemplos, os verbos conjugados no futuro do pretérito do indicativo levam a uma interpretação ambígua do seu valor temporal, ambigüidade essa que parece se desfazer gradualmente, conforme se mudam as formas verbais:

- (1) "Eu pensei que isso te *deixasse* contente."
 (1-a) Eu pensei que isso te *deixava* contente.
 (1-b) Eu pensei que isso te *deixaria* contente.
 (1-c) Eu pensei que isso *fosse te deixar* contente.
 (1-d) Eu pensei que isso *ia te deixar* contente.
 (1-e) Eu pensei que isso *iria te deixar* contente.

Enquanto em (1) *pensei* (R) e *deixasse* (S) são cotemporais, em (1-e) *iria te deixar* é nitidamente posterior a *pensei*, havendo, pois, futuridade em relação ao ponto de referência.

O diagrama abaixo mostra que as formas verbais da oração subordinada vão, pouco a pouco, se distanciando do ponto de referência, não havendo, assim, cotemporalidade a este e, portanto, saem do escopo desta pesquisa.



Já em contextos como (6), a forma do futuro do pretérito, bem como as formas perifrásticas, não provocam nenhuma ambigüidade, havendo nesse conjunto de dados duas interpretações temporais distintas:

- (6) "Eu vim ajudar você a voltar com a Nina. Eu pensava que você *gostava* dela, mas quem ama não duvida." (novela *Esperança*, da Rede Globo de televisão, janeiro/2003)
 (6-a) Eu pensava que você *gostasse* dela...
 (6-b) Eu pensava que você *gostaria* dela...
 (6-c) Eu pensava que você *ia gostar* dela...
 (6-d) Eu pensava que você *fosse gostar* dela...
 (6-e) Eu pensava que você *iria gostar* dela...

Tanto é assim, que a partir do exemplo (6-b) é perfeitamente possível inserirmos a expressão adverbial temporal indicadora de futuridade *um dia*, o que pode ou não ocorrer em (6-a), e não ocorre com (6), pois dificilmente algum falante produzirá **Eu pensava que você gostava dela um dia...* com idéia de futuridade. Mas esse mesmo falante pode produzir *Eu pensava que você gostaria dela um dia...*

Por que ora a forma verbal de futuro do pretérito parece variar com as formas de pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo), remetendo a uma interpretação de

cotemporalidade a um ponto de referência passado, ora não, é um dos fenômenos que nos dispomos a estudar na presente dissertação.

Sendo as categorias em estudo relacionadas ao verbo, cabe-nos observar o que as gramáticas normativas dizem a respeito do assunto, de uma maneira mais aprofundada. É o que apresentamos na seção a seguir, na qual optou-se por dispô-las em ordem cronológica, segundo sua primeira edição.

1.2 A abordagem normativa

Para a apresentação da presente seção, o assunto em pauta foi pesquisado em gramáticas antigas e em gramáticas normativas atuais, incluindo gramáticas pedagógicas.

Os capítulos XLVII e XLVIII *A Gramática da Linguagem Portuguesa*, de OLIVEIRA ([1536] 1975) tratam do verbo, comentando sobre quantos modos e conjugações há, mas sem aprofundamento quanto ao uso.

BARROS ([1540] 1957, p. 25) chama ao verbo "sol da oração", dizendo que ele funciona em perfeita harmonia com seus súditos, como nomes, pronomes, adjetivos, etc., e que se conjuga em modos e tempos. O pretérito imperfeito é denominado *passado por acabar*, que "é aquele per que se mostro em outro tempo fazer alguma cousa, como quando digo: eu amava" (*ibidem*, p. 29).

Quanto à classificação dos modos, Barros diz haver cinco modos: indicativo; imperativo; outativo; subjuntivo e infinitivo. O primeiro é definido como *demonstrador*, uma vez que por ele "demostramos a obra que fazemos, como quando digo: Eu leio" (BARROS ([1540] 1957, p. 29). O quarto modo, subjuntivo, que aqui nos interessa, é tido como *ajuntador*, "porque por ele, ajuntamos ua dição¹⁰ com outra, para dar perfeito entendimento no ânimo do ouvinte" (*ibidem.*, p. 29), isto é, num exemplo retirado da mesma página "Eu leria bem, se o continuasse", o ouvinte só entenderá o período se houver a condicional *se o continuasse*.

No século XVI, então, pode-se perceber que os verbos eram, como hoje, divididos em tempos e modos, sendo que indicativo e subjuntivo, segundo Barros (*op. cit.*), tinham funções que ainda no estágio atual lhes são atribuídas: certeza e incerteza quanto àquilo que se diz.

¹⁰ Dição equivale à palavra.

Tempo, para BARBOZA (1830, p. 214), constitui parte da duração ou da existência de determinadas ações, quer sejam sucessivas, quer não, sendo que os tempos imperfeitos, que interessam particularmente para esta dissertação, são usados para exprimir durações não acabadas. Ressalte-se que o autor denomina o atual 'futuro do pretérito' de 'pretérito imperfeito condicional', exemplificando com *Eu seria, Eu haveria de ser, Eu estaria sendo*. Segundo Barboza (*ibidem.*), os tempos do indicativo, modo principal e dominante no discurso, devem vir, preferencialmente, em orações principais.

Quanto ao subjuntivo, o autor afirma ser o modo que traduz as linguagens que vêm "sempre em conseqüência de outras" (*ibidem*, p. 201), por isso deverá ser usado única e exclusivamente em orações subordinadas. As formas em *-sse* são próprias para orações condicionais, como *Partiria amanhã, se tu quisesses* (*ibidem*, p. 225) e para orações subordinadas cujos verbos são apontados pelo verbo da oração principal. Verbos como *mandar, desejar, temer e duvidar* (*ibidem*, p. 225) na oração principal, por exemplo, exigem a presença de verbos conjugados no pretérito imperfeito do subjuntivo na oração subordinada, indicando, aí, futuridadade, o que não é o caso da presente pesquisa.

Mas, se formularmos um exemplo como *Duvidei que ele fosse feliz*, será que existe futuridadade em *fosse*? Talvez possamos dizer que a situação codificada por *fosse* seja coterporal a *duvidei* e, neste caso, entraria no escopo desta dissertação, pois depois de eu duvidar se ele *era* ou não feliz é que vai haver a confirmação, e esta sim estaria num contexto de futuridadade.

A propósito, vejam-se os dois exemplos (7) e (8), abaixo, retirados da literatura do século XIX:

(7) "- Hoje é sábado.

- Sábado!... Que me diz? E eu, na mente que hoje *era* sexta-feira!" (B.G. *A dança dos ossos* (p. 8)

(8) "Garcia olhou: era o próprio homem da Santa Casa e do teatro. Imaginou que *seria* parente ou amigo do ferido; mas festejou a suposição, desde que lhe ouvira perguntar se este tinha família ou pessoa próxima." (M.A. *A causa secreta*, p. 27)

O verbo *ser*, em ambos os exemplos, deveria aparecer na forma *fosse*, segundo a prescrição gramatical, uma vez que (i) estão em contextos subordinados e (ii) quando os personagens *têm na mente* ou *imaginam*, não têm certeza sobre o conteúdo do enunciado que produzem, só vão confirmá-lo ou refutá-lo depois. Entretanto, parece indiscutível que ambos os enunciados são gramaticalmente bem formados.

Na seção que trata sobre o verbo, da *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, SAID ALI (1964) menciona as divisões em tempos e modos verbais. O pretérito imperfeito somente é listado; o futuro do pretérito é descrito como aquele que demonstra a ação a cumprir em relação a um fato passado. Quanto aos modos, o gramático menciona o indicativo, para expressar a ação real (*deu-me dinheiro*); o conjuntivo (termo preferido a subjuntivo), para expressar o fato duvidoso, provável (*desse-me o dinheiro*) e o imperativo.

No início do século XX, as constatações a que chegamos a partir das gramáticas normativas são praticamente as mesmas, isto é, os verbos apresentam morfemas flexionais que situam acontecimentos no *tempo* e indicam o *modo* como o falante se reporta a determinado enunciado.

NASCENTES (1960), trata o tempo como a flexão por meio da qual se percebe o momento em que se passa a ação, o fenômeno ou o estado indicados pelo verbo, dizendo haver três deles: o presente (o que é); o passado ou pretérito (o que foi); e o futuro (o que há de ser). O pretérito se subdivide em perfeito, mais-que-perfeito e imperfeito, indicando este uma ação ainda não acabada quando da realização de outra (9), podendo designar, também, uma ação habitual no passado (10), havendo aqui, portanto, duas funções para o pretérito imperfeito do indicativo.

(9) "Eu *almoçava* quando êle chegou."

(10) "Outrora eu *ia* anualmente a Petrópolis." (NASCENTES, 1960, p. 69)

Quanto ao modo, o autor atribui ao indicativo a função de mostrar a ação de modo certo, e ao subjuntivo, a ação incerta, hipotética. Para Nascentes, o modo exprime a atitude do falante:

é a flexão pela qual se exprime a atitude mental da pessoa que fala, em relação ao processo indicado pelo verbo, conforme êste processo é enunciado pura e simplesmente ou é anunciado afetivamente, com dúvida ou desejo por parte dessa pessoa. (NASCENTES, 1960, p. 69).

Vê-se que quando as noções de tempo/modo são mencionadas, nada se diz a respeito daquilo que o falante tinha como incerto no momento da fala e que, de certa forma, se confirma ou não depois, conforme acontece nos exemplos (1), (3), (4), (5) e (6), da seção anterior.

BECHARA (2001, p.281), prescreve o uso do subjuntivo depois dos verbos *duvidar*, *suspeitar*, *desconfiar* e nomes cognatos em se tratando de dúvida, suspeita ou desconfianças reais. Porém, quando o falante tem a suspeita como coisa certa ou acredita nela, o normal é aparecer o indicativo.

- (11) "... me vinham à mente suspeitas de que ele *fosse* um anjo transviado do céu..." [AH. 5, II, 321]
 (12) "A luz... que suspeitávamos *procedesse* da lâmpada esquecida por sonolento moço de reposte..." [AH. 5, 333]
 (13) "Suspeitava-se que *era* a alma da velha Brites que *andava* por ali penada." [AH. 5, 364]

Vê-se que o autor fala sobre uma certa variação, mas, será que com as substituições abaixo o caráter de dúvida, suspense e desconfiança desaparecerá dos exemplos? Tais características não seriam depreendidas do contexto ou da significação do lexema de *suspeitar*?

- (11-a) [...] me vinham à mente suspeitas de que ele *era* um anjo transviado do céu [...]
 (11-b) [...] me vinham à mente suspeitas de que ele *seria* um anjo transviado do céu [...]
 (12-a) A luz que suspeitávamos *procedia* da lâmpada esquecida por sonolento moço..
 (12-b) A luz que suspeitávamos *procederia* da lâmpada esquecida por sonolento moço
 (13-a) Suspeitava-se que *fosse* a alma da velha Brites que *andasse* ali penada.
 (13-b) Suspeitava-se que *seria* a alma da velha Brites que *andaria* ali penada.

SAVIOLI (1983 p. 352) fala que os tempos verbais são ineficientes para exprimir as funções existentes na língua, por isso, é necessário que os modos verbais entrem em ação. Ao modo indicativo, o autor atribui a expressão de atitude "de certeza do falante perante o processo que enuncia", enquanto que para o modo subjuntivo são atribuídas as noções "de incerteza ou condicionamento do falante perante o processo que enuncia" (*ibidem*, p. 352).

Que os tempos verbais *são ineficientes para exprimir as funções temporais existentes na língua* está claro, pois pode-se usar advérbios de tempo, por exemplo, para situar uma informação codificada pelo verbo na linha do tempo, independentemente da flexão verbal: *Amanhã eu lavo o carro. Lavo* está conjugado no tempo verbal presente, mas é o advérbio *amanhã* que situa temporalmente no futuro a ação de lavar. Afirmar, assim, que os modos verbais (gramaticalmente instituídos) suprem essa defasagem talvez seja um tanto quanto inadequado, uma vez que noções modais podem ser depreendidas do

contexto. *Pensei que esse pretinho era/fosse uma mosca*, aqui, o fato de o pretinho ser ou não uma mosca é incerto para o falante no momento em que ele pensou, no entanto, podemos usar uma forma do indicativo (era) ou do subjuntivo (fosse), pois o que nos diz da incerteza é o verbo *pensar*, não o modo verbal utilizado na oração subordinada.

INFANTE (1996) e PASQUALE & ULISSES (1998) tecem os mesmos comentários a respeito das noções de certeza e incerteza atribuídas, respectivamente, aos modos indicativo e subjuntivo. Quanto ao pretérito imperfeito do subjuntivo, Pasquale & Ulisses afirmam:

O imperfeito do subjuntivo expressa processos de limites imprecisos, anteriores ao momento em que se fala ou escreve. [...] é o tempo que se associa ao futuro do pretérito do indicativo quando se expressa circunstância de condição ou concessão (PASQUALE & ULISSES 1998, p. 194).

Vimos, no entanto, nos diagramas apresentados na seção anterior, que o imperfeito do subjuntivo pode associar-se ao imperfeito do indicativo quando a situação é cotemporal ao ponto de referência passado.

CUNHA & CINTRA (2001, p. 379) dizem ser o verbo "um acontecimento representado no tempo" que possui variações quanto a número, pessoa, modo, tempo, aspecto e voz. Tempo "é uma variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo" (*ibidem*, p. 381). Já os modos são diferentes maneiras que o verbo tem para exprimir atitudes, como certeza, dúvida, suposição, mando, etc., do falante em relação ao fato que enuncia. Com o uso do modo indicativo expressa-se, geralmente, ações ou estados tidos como reais, certos; esse é, "fundamentalmente, o modo da oração principal" (*ibidem*, p. 448). Quanto ao pretérito imperfeito do indicativo, dizem os autores:

A própria denominação deste tempo - PRETÉRITO IMPERFEITO - ensina-nos o seu valor fundamental: o de designar um fato passado, mas não concluído (*imperfeito* = não perfeito, inacabado). Encerra, pois, uma idéia de continuidade, de duração do processo verbal mais acentuada do que os outros tempos pretéritos, razão por que se presta especialmente para descrições e narrações de acontecimentos passados (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 451).

Vários empregos são arrolados pelos autores para o pretérito imperfeito: a) quando, em pensamento, o falante/escritor se transporta para uma época passada e descreve o que então era presente, conforme exemplo (14); b) "para indicar, entre ações simultâneas, a que se estava processando quando sobreveio a outra" (*ibidem*, p. 451), conforme exemplo (15); c) para demonstrar ações passadas ou habituais, conforme (16); d) no desígnio de

fatos passados tidos como contínuos ou permanentes, conforme (17); e) no lugar do *futuro do pretérito*, "para denotar um fato que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu, ou não poderia ocorrer" (CUNHA & CINTRA, 2001., p. 452), como (18); f) pelo presente do indicativo, como forma de polidez, a exemplo de (19); e g) para localizar de maneira vaga no tempo contos, lendas, fábulas, etc., como em (20).

- (14) "O frio *ia aumentando* e o vento *despenteava* o cabelo de ambos."
- (15) "*Falava* alto, e algumas mulheres acordaram."
- (16) "Se o cacique *marchava*, a tribo inteira o *acompanhava*."¹¹
- (17) "Sentou-se no muro que *dava* para o rio, o jornal nas mãos."
- (18) "O patrão é porque não tem força. Tivesse ele os meios e isto *virava* um fazendão."
- (19) "Pedro, eu *vinha* exclusivamente para tratar de negócios."
- (20) "*Era* uma vez uma mulher que queria ver a beleza." (*Ibidem*, p. 451/452)

Cunha & Cintra descrevem valores afetivos para o pretérito imperfeito, dizendo ser ele um dos recursos preferidos pelos escritores naturalistas e pós-modernos e ser esse tempo "o presente no passado" (*Ibidem*, p. 453).

Além dos empregos a que nos referimos, o IMPERFEITO pode ter outros, já que, sendo um tempo relativo, o seu valor temporal é comandado pelos verbos com os quais se relaciona ou pelas expressões temporais que o acompanham. Nos casos em que a época ou a data em que ocorre a ação vem claramente mencionada, ele pode indicar até um fato preciso (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 454).

O futuro do pretérito também apresenta vários empregos, a saber: a) na designação de ações posteriores à época de que se fala, conforme exemplo (21); b) para exprimir incerteza sobre fatos passados, como (22); c) na expressão de desejo, como forma polida de presente, exemplificado em (23); d) em algumas frases interrogativas e exclamativas, denotando surpresa ou indignação, conforme (24); e) em condicionais, referindo-se a fatos que não se realizaram ou não se realizarão, conforme (25).

- (21) "Depois de instalada, a Academia se *transformaria* em sua outra casa."
- (22) "Eu *teria*, talvez, uns doze anos."
- (23) "*Desejaríamos* ouvi-lo sobre o crime."
- (24) "O nosso amor morreu... Quem o *diria*?"
- (25) "Se tivesse ouvido o conselho, essa desgraça não se *daria*." (*Ibidem*, p. 462-463)

Ainda sobre o emprego do futuro do pretérito, Cunha & Cintra (*Ibidem*) reforçam o fato de ele poder variar com o pretérito imperfeito do indicativo e referem-se às

¹¹ Nesse exemplo, há possibilidade de *marchava* variar com *marchasse* e, mesmo assim, *acompanhava* vai ser cotemporal a ele.

perífrases, que são usadas para indicar que fatos teriam acontecido no passado, mediante condições, conforme exemplo (26); para exprimir a possibilidade de um fato passado, como em (27); ou para denotar incerteza sobre fatos passados, a exemplo de (28):

- (26) "*Teria sido* diferente, seu eu o amasse?"
 (27) "Calculou que a costureira *teria ido* por ali."
 (28) "Aquele malandro os *teria engolido*?" (*Ibidem*, p. 464/465)

Diferentemente do modo indicativo, cujo uso denota a ação como certa, real, com o uso do modo subjuntivo "encaramos, então, a existência ou não existência do fato de uma coisa *incerta, duvidosa, eventual* ou, mesmo, *irreal*" (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 465). Os tempos do subjuntivo são empregados, preferencialmente, em orações subordinadas, tendo em vista que "denotam que uma ação, ainda não realizada, é concebida como dependente de outra, expressa ou subentendida" (*Ibidem*, p. 466). Quando usado em orações absolutas, coordenadas ou principais, o subjuntivo pode exprimir: um desejo; uma hipótese; uma dúvida; uma ordem: ou uma expressão denotadora de indignação.

O uso do subjuntivo em orações subordinadas substantivas geralmente exprime: a vontade com referência ao fato sobre o qual se fala, conforme exemplo (29); sentimentos ou apreciações que se emitem com referência ao próprio fato em causa, como (30); e dúvida quanto à realidade do fato enunciado, conforme (31).

- (29) "Em todo caso, gostava que me *considerasse* um amigo."
 (30) "Eu bem queria que tu *fosses* como empregado."
 (31) "Não acredito que ela *chore* aqui." (*Ibidem*, p. 468)

Dos tempos verbais do subjuntivo, o que interessa à realização do presente trabalho é o pretérito imperfeito, que, segundo os autores, pode ter diferentes valores temporais: de passado, como em (32); de futuro, como em (33); e de presente, como em (34).

- (32) "Não havia intenção que ele não lhe *confessasse*, conselho que lhe não *pedisse*."
 (33) "Aos domingos, treinava o discurso destinado ao pretendente que *chegasse* primeiro."
 (34) "Como imaginar um ser que não *precisasse* de nada?" (*Ibidem*, p. 474).

Quanto aos modos, indicativo e subjuntivo, os autores ratificam o que já vem sendo dito ao longo dos séculos: um indica certeza sobre aquilo que se fala e o outro incerteza, respectivamente.

Observando os exemplos ilustrativos, como (33) e (34), apesar de não se ter acesso ao contexto imediatamente anterior ou posterior, pode-se pensar numa substituição, como (33-a) e (34-a), abaixo, sem que se altere o grau de in (certeza) acerca do pretendente que chegaria ou do ser que não precisava de nada.

(33-a) Aos domingos, treinava o discurso destinado ao pretendente que *aparecia* primeiro.

(34-a) Como imaginar um ser que não *precisava* de nada?

Quanto à noção de tempo, CUNHA & CINTRA (2001), citam as várias possibilidades temporais que a forma flexional pode apresentar, trazendo, inclusive, um exemplo, (32), que vem ao encontro do objeto de estudo desta dissertação – *cotemporalidade a um ponto de referência passado*.

Vejamos, ainda, o que diz ROCHA LIMA (2001, p. 122): “O modo caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo: distinguem-se três modos: indicativo, subjuntivo e imperativo”.

Nesse caso, o autor não menciona as noções de dúvida ou incerteza, tidas como inerentes ao modo subjuntivo, apenas fala sobre maneiras que o falante/escritor pode escolher, dependendo de como encara a situação em pauta.

Quanto ao tempo,

[...] informa, de maneira geral, se o que expressa o verbo ocorre no momento em que se fala, numa época anterior, ou numa ocasião que ainda esteja por vir; são, fundamentalmente, três os tempos: presente, pretérito e futuro (ROCHA LIMA, 2001, p. 123).

A exemplo do que já foi dito anteriormente, não é, necessariamente, o tempo verbal que indica o momento preciso em que acontecem os fatos, que pode depender, por exemplo, de um ponto de referência; sendo que este poderá estar explícito no texto ou ser depreendido do contexto onde ocorre a conversação.

Como se pode ver, há uma certa generalização nas gramáticas normativas quanto aos usos dos tempos/modos verbais:

- (i) existem contextos em que alguns tempos podem variar, como os casos em que o pretérito imperfeito do indicativo varia com o futuro do pretérito, embora essa variação não seja clara quanto ao uso em orações subordinadas;

- (ii) o pretérito imperfeito do subjuntivo é preferencialmente usado para marcar a atitude de incerteza do falante quanto àquilo que enuncia, não sendo a noção de temporalidade muito clara quanto a esta forma verbal;
- (iii) o indicativo é usado quando o falante tem mais certeza acerca do que fala/escreve.

Todavia, existem ainda questões pendentes, sobre as quais pouco ou nada se diz, como, por exemplo:

- (i) a questão de poder haver variação nos usos do pretérito imperfeito do indicativo e do subjuntivo e, em alguns casos, do futuro do pretérito, quando se situam na linha temporal junto a um ponto de referência que é anterior ao momento da fala, conforme os exemplos (1 a 5);
- (ii) e, havendo tal variação, o fato de que a noção de incerteza sobre aquilo que se fala/escreve não desaparece quando se deixa de usar o subjuntivo;
- (iii) num âmbito mais geral, a ausência de um tratamento criterioso e sistemático das categorias verbais de tempo, modo e aspecto, bem como as noções afins como 'cotemporalidade' e 'ponto de referência', entre outras.

Tais lacunas levam-nos a pensar que o fenômeno em estudo constitui um vasto e interessante campo para a análise lingüística.

A seguir, falamos a respeito de algumas pesquisas já realizadas no âmbito variacionista que, direta ou indiretamente, têm relação com o trabalho que ora realizamos.

1.3 Algumas Pesquisas já Realizadas no Âmbito Variacionista

1.3.1 Costa (1997)

COSTA (1997) realizou uma pesquisa variacionista com dados de fala da amostra do *Programa de Estudo sobre o Uso da Língua - PEUL* e dados de escrita retirados de cartas pessoais. Esta pesquisa destinou-se ao estudo da *A Variação entre Formas de Futuro do Pretérito e de Pretérito Imperfeito no Português Informal no Rio de Janeiro* – o que justifica a inclusão da mesma na presente explanação.

A variação em foco é prevista em períodos hipotéticos, que, segundo as gramáticas normativas, são formados por orações subordinadas condicionais (também chamadas de 'prótase') e por orações principais (também chamadas 'apódose'). Esses períodos foram divididos em três tipos (GRYNER, 1990 *apud* COSTA): período hipotético do real ("*realis*") ou factual, conforme exemplo (1); período hipotético do potencial ("*potencialis*"), conforme (2); e período hipotético do irreal ("*irrealis*") ou contrafactual, como (3), sendo este último o campo de estudo de Costa.

- (1) "Se é para o bem de todos, fico."
- (2) "Se for para o bem de todos, ficarei."
- (3) "Se fosse para o bem de todos, ficaria."

Foi encontrada variação, também, em outros tipos de contextos: em orações independentes, como no exemplo (4); em orações principais denotadoras de *irrealis*, conforme (5); em orações subordinadas em contextos de discurso indireto e adjetivas, conforme os exemplos (6) e (7), respectivamente.

- (4) "Na verdade, este nome *estava* até de acordo com a forma inicial do trabalho, se V. achar longo, ou pedante, pode-se dizer [...]"
- (5) "... *seria* pior deixar que ele fosse cada vez mais se envolvendo [...]"
- (6) "Acho que um dinheiro da Loto *dava* para fazer muita coisa [...]"
- (7) "Poxa! Ela [uma filha hipotética] tinha que ver, sabe? Tinha que-que ver o que *era* bom para ela, o que era ruim."

Como a autora investiga dois *corpora*, foi necessário fazer duas análises, uma para os dados de fala e uma para os dados de escrita. Os grupos de fatores que se mostraram significativos foram: *paralelismo*, que para SCHERRE (1988, p. 43) "é a tendência à repetição em cadeia de uma determinada forma ao longo do discurso" e que se mostrou relevante para os dados do PEUL e da Amostra Cartas; *ambiente sintático-semântico*; *tempo e factualidade*; *extensão lexical*; *tipo de texto*; *contexto modalizador*; *idade*; *escolaridade*; e *tipo de atividade do informante* (para a amostra de cartas).

Costa constatou que o futuro do pretérito, mesmo em registros informais, é mais usado na escrita, enquanto que na modalidade oral as duas formas coexistem. O percentual de 28% dos dados de fala apresentaram perífrases com *ia* + INF, forma evitada na escrita. Já a forma *iria* + INF foi evitada em ambas as modalidades. A análise apontou ainda que o *imperfecto* é a variante própria para textos narrativos, ainda que significando *irrealis*, enquanto a variante *futuro do pretérito* é preferivelmente usada em contextos argumentativos, "pois é um recurso de que o informante dispõe para emitir suas opiniões

sem pretender ser categórico, ou seja, sem se comprometer com a veracidade ou realização de suas asserções" (*ibidem*, p. 182).

As perífrases aparecem principalmente em contextos sintáticos de discurso indireto, parecendo formar um tipo de *irrealis* particular, "uma espécie de irrealidade sobre a expectativa do que se está anunciando" (*ibidem*, p. 182), sendo que perífrases com futuro do pretérito têm um valor modal de incerteza mais forte do que as veiculadas por pretérito imperfeito.

A estratificação por idade se mostrou importante na pesquisa de Costa. Os informantes mais velhos optam pelo uso do futuro do pretérito, mostrando ser esta a forma mais conservadora. Já a perífrase *ia* + INF parece ser a forma inovadora, tendendo a predominar entre os mais jovens.

Embora nesta dissertação não tratemos exclusivamente da variação entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito em orações condicionais, a inclusão do trabalho de Costa deve-se ao fato de tais tempos verbais poderem se alternar também em outros tipos de orações subordinadas, juntamente ao pretérito imperfeito do subjuntivo. Também a posterior comparação de resultados quanto a fatores, principalmente sociais, é importante para a verificação de possíveis mudanças em andamento.

1.3.2 Silva (1998)

SILVA (1998) estuda a alternância entre os tempos pretérito imperfeito e futuro do pretérito, ambos do indicativo: *A Alternância entre o Pretérito Imperfeito e o Futuro do Pretérito na Fala de Florianópolis*. Segundo a autora, algumas gramáticas normativas já prevêm a variação nas seguintes condições: (i) o uso do imperfeito pelo futuro do pretérito indica certeza sobre os fatos futuros; (ii) o futuro do pretérito pelo imperfeito marca incerteza sobre fatos passados; (iii) e o uso de uma dessas formas pelo presente indica polidez. Porém, a autora observou que o uso não se dá dessa maneira sistemática em dados reais da fala (vinte e quatro entrevistas), extraídos do Banco de Dados do Projeto VARSUL, coletados em entrevistas com informantes de Florianópolis.

Inicialmente, Silva coletou todos os dados que apresentavam o uso de PI ou FP, depois, excluiu a) ocorrências de fatos habituais; b) ocorrências com o verbo *querer*; c) ocorrências com o verbo *gostar*; e d) ocorrências com o verbo *ir* (quando acompanhado do verbo *querer* como principal). Feitas as exclusões, a autora contou com um *corpus* de 754

dados, dos quais 618 apresentavam a forma verbal do PI e 136 o FP, corroborando a hipótese da pesquisa, a de que o PI é mais usado do que o FP.

Nessa pesquisa, foram testados os seguintes grupos de fatores lingüísticos: *valor temporal; referência temporal; modalidade; forma verbal; verbo auxiliar; conjugação; paralelismo formal; ambiente sintático; gênero discursivo; tópico discursivo; além dos sociais idade; sexo; informante; e escolaridade.*

Após serem feitas as substituições necessárias, para se certificar de que realmente se tratavam de ambientes que permitiam variação entre o PI e o FP, com o mesmo significado, a autora estava diante de três regras variáveis, compostas de três fatores (PI - FP - Ir+INF¹²): (i) a variação entre PI e FP com valor temporal de futuro do pretérito, como em (8); (ii) com valor de pretérito imperfeito, a exemplo de (9); e (iii) com valor de presente, como (10).

- (8) "[...] geralmente aqui você vê o seguinte: você vai numa feira. Tudo bem. você tem certeza que está comprando direto do colono? Do agricultor? São poucos os agricultores que têm, os criadores de suínos, de aves. Então estão ali os atravessadores. Que se você *fosse* comprar do agricultor, do colono, aquele que sua a camisa pra botar a safra em ponto de vender pra população, você COMPRARIA por menos da metade do preço, tranqüilamente" (SILVA 1998, p. 83/84).
- (9) "Quando a questão *era* de namoro, a gente sempre IA CONVERSAR com ela" (*ibidem*, p. 85)
- (10) "[...] diz que ele estava com os dentes todos cheios daquela flanela que ele tinha mordido. Aí, ela disse pra ele: 'Ah, *eras* tu que ERA o lobisomem que sempre *passa* aqui de noite?' 'Oh mulher, ERA nada'. 'ERA sim, que os teus dentes estão cheios da flanela da minha saia que está toda rasgada'" (*ibidem*, p. 86).

Para (i) foram obtidos os seguintes resultados: *ambiente sintático* foi o grupo de maior significância, apresentando o fator 'condicionante + condicionada' como contexto favorecedor do uso das formas de PI com valor temporal de FP (PR 0,64), em detrimento dos fatores 'condicionante implícita' (0,46); 'independente' (0,37); 'encaixada em DI' (0,25); e 'condicionada + condicionante' (0,23), este inibindo fortemente tal uso. *Paralelismo formal* também se mostrou significativo, mostrando de PI leva a PI (0,63) mais do que PF leva a PF (0,19).

Quanto ao uso de PF com valor temporal de PF, *paralelismo formal* foi selecionado como primeiro significativo, trazendo evidências de que quando tal tempo verbal é usado, o fato de ele já ter aparecido anteriormente influencia bastante (0,90),

¹² A autora tratou como perífrases as ocorrências de Ir+INF e como locuções verbais as demais ocorrências de verbo auxiliar+INF. Para estes, foram realizadas rodadas estatísticas à parte, devido ao caráter modal já embutido no verbo auxiliar.

enquanto formas precedentes de PI inibem o uso do FP (0,19) (apenas 03 das 105 ocorrências deste tipo apresentaram FP). *Referência temporal* foi o segundo grupo selecionado, trazendo o fator 'não-passado' como favorecedor do uso de FP (0,78). *Modalidade* também foi selecionado, e o fator 'epistêmico' , com PR 0,57, mostrando-se um contexto propício ao uso do FP.

A terceira variante, Ir+INF, apresentou como grupo mais significativo *modalidade*, agora trazendo a modalidade 'deôntica' como favorecedora do uso da perífrase (0,70). *Ambiente sintático* foi o segundo selecionado, com o fator 'encaixada em DI' apresentando o resultado mais relevante (0,80) para o uso desta variante.

Para (ii), que apresentou o menor número de dados (73, contra 270 com valor temporal de FP), Silva obteve o grupo *modalidade* como significativo quando se trata do uso do PI com valor temporal de PI, sendo o fator 'epistêmica' o grande favorecedor de tal uso (0,64).

O uso do FP com valor temporal de PI também traz *modalidade* como relevante e, mais uma vez, é o fator 'epistêmica' o mais significativo (0,18). Ir+INF com este mesmo valor temporal novamente foi o selecionado pelo programa estatístico como significativo, desta vez o fator favorecedor do uso é 'deôntica' (0,68).

Convém lembrar que o valor temporal analisado nesse momento¹³ pela autora é o mesmo estudado por nós nesta dissertação. Atentemos para o número reduzido de dados, o que também nos ocorreu, embora não tenhamos dividido verbos simples, perífrases e locuções verbais.

Para (iii) - valor temporal de presente, o programa estatístico mostrou como significativo o grupo social *escolaridade* para o uso do PI: quanto maior a escolaridade (ginásio - 0,65 e colegial - 0,61), maior o uso desta forma verbal. Quanto à *idade*, os resultados confirmaram a expectativa da autora: os mais jovens fazem maior uso do PI indicando valor temporal de presente (0,66).

Quando o FP é usado para codificar o valor temporal de presente, o grupo *sexo* mostra-se relevante, mostrando evidências de que os homens fazem mais uso desta forma verbal com tal valor temporal (0,68).

¹³ "O emprego das variantes analisadas (PI, FP e Ia INF) na codificação do *valor temporal de pretérito imperfeito* é condicionada essencialmente pela **modalidade**, de sorte que temos a correlação: epistêmica → PI ou FP, possivelmente associada a graus de certeza, e deôntica → perífrase, associada aos traços semânticos de intencionalidade e futuridade." (SILVA,1998, p. 114)

Quanto aos resultados obtidos para as locuções verbais, tratadas à parte "tendo em vista o caráter particular desse tipo de construção, cujos auxiliares já carregam em si próprios a noção de vontade, desejo, intenção, obrigação, etc" (p. 118), Silva chegou às seguintes conclusões: *gênero discursivo* foi o primeiro grupo selecionado na rodada em que o PI foi tomado como valor de aplicação para o uso dos auxiliares, trazendo o fator 'narração' como favorecedor de tal uso (0,61), a exemplo do resultado obtido por Costa (1997). *Paralelismo formal* foi o segundo grupo selecionado e, como aconteceu com as formas simples, aqui também formas anteriores de PI levam a PI (0,67). A terceira variável independente mais significativa foi *modalidade*, com o fator 'deôntica' favorecendo o uso de locuções verbais (0,59). O último grupo tido como significativo foi *tipo de auxiliar*, "porém mais pelo valor modal associado a cada ocorrência do que pelo próprio item lexical" (SILVA, 1998, p. 127).

1.3.3 Pimpão (1999)

PIMPÃO (1999), em seu trabalho intitulado *Variação no Presente do Modo Subjuntivo: Uma Abordagem Discursivo-Pragmática*, trata da alternância entre *presente do indicativo* e *presente do subjuntivo* em contextos nos quais as gramáticas normativas prescrevem o uso deste último modo para expressar desejo, dúvida, incerteza. É, portanto, importante trabalho a ser citado, uma vez que a variação do modo verbal é relevante para a presente dissertação. Foram analisados contextos como o seguinte, cujos dados reais de fala "parecem refutar a correlação entre modo subjuntivo e a inerência de valores nocionais como de incerteza, dúvida, possibilidade, hipótese, conforme prevê a norma padrão" (PIMPÃO, 1999, p. 10):

(11) "É porque a gente já falou, né? se for mulher eu escolho, se for homem ele escolhe. Espero que ele *escolhe* um nome bonito, né? pra depois o filho não reclamar quando crescer." (*ibidem*, p. 15)

Para o referido trabalho, a pesquisadora utilizou trinta e seis entrevistas do Banco de Dados do Projeto VARSUL, de falantes de Florianópolis. Inicialmente, ela coletou todos os dados com emprego de subjuntivo, restringindo-se, depois, à análise deste modo "sob o escopo da modalidade na interface *pressuposição-realis-irrealis*" (*ibidem*, p. 35), contando com trezentos e dezenove dados, o que parece caracterizar esse fenômeno como pouco produtivo na fala.

Pimpão tratou a variação entre os dois modos/tempos, deslocando as noções de certeza/incerteza, atribuídas tradicionalmente à morfologia verbal, para o plano da comunicação, reconhecendo que o *irrealis* não é uma condição para o uso do subjuntivo, apenas um contexto favorecedor. A autora constatou que o que retém o uso do presente do subjuntivo é o traço de futuridade presente no contexto, conforme o exemplo (12), e não o de incerteza, como em (13), o que, segundo ela, já é, de certa forma, previsto historicamente. Também a presença do advérbio de dúvida *talvez* na oração favorece o uso do presente do subjuntivo, que é inibido quando o contexto está na primeira pessoa do discurso, conforme (11).

(12) "Movimento não é tanto, né? mas agora com essa via que eles querem passar talvez *aumente e melhore* mais e o bairro *cresça* mais ainda." (*ibidem*, p.79)

(13) "Olhar ainda vai, pra dar uma espiada, ainda vai. Pois é, talvez eu não *gosto*, porque eu não aprendi a dançar, né?" (*ibidem*, p. 79)

Os grupos de fatores sociais *escolaridade* e *sexo* foram relevantes, evidenciando-se o uso do subjuntivo nos falantes mais escolarizados e, surpreendentemente, mais nos homens do que nas mulheres.

1.3.4 Karam (2000)

O ponto de partida para o trabalho de KARAM (2000), *A Variação entre o Futuro do Pretérito, o Imperfeito e a Perífrase com o Verbo IR na Fala do RS* foi a observação de que no português falado no Sul do Brasil há variação entre o pretérito imperfeito do modo indicativo e o futuro do pretérito do mesmo modo, como mostram os exemplos (14) e (15).

(14) "Como o nosso ensino está pobre, 'pô', *precisava* dar uma reviravolta, né?"

(15) "Eu acho que *precisaria* assim era policiamento, sabe?" (*ibidem*, p. 4)

Diferentemente de SILVA (1998), a autora excluiu de sua análise os dados em que ocorria a variação com o tempo verbal presente, restringindo seu *corpus* a contextos com estrutura temporal de futuro.

Os grupos de fatores sociais testados por KARAM foram: *idade*, *região*, *escolaridade* e *gênero*. Quanto aos lingüísticos, foram testados: *estrutura temporal*, contemplando a posição do ponto de referência em relação ao tempo de fala; *paralelismo formal*; *origem da informação* (discurso direto ou indireto); *restrição sintática*, que

procurava "averiguar se a presença de oração condicional no período influenciava a escolha do falante por alguma das formas, indicando assim um tipo de restrição sintática" (KARAM, 2000, p. 62); *modalidade*.

KARAM (2000), obteve os seguintes resultados, a partir de uma análise quantitativa dos dados: (i) a *modalidade* é importante condicionante no uso da regra variável, com o fator *extremo epistêmico* favorecendo o uso de perífrase, que indica mais futuridade; (ii) quanto ao *paralelismo formal*, a pesquisa mostrou que formas de futuro do pretérito inibem o uso de formas similares nas orações subseqüentes; (iii) *estrutura temporal* mostrou-se influente na escolha entre as variantes analisadas, sendo que quando a referência e o evento estão no tempo passado, a forma verbal de pretérito imperfeito é favorecida; (iv) quando a rodada estatística foi binária (futuro do pretérito vs. imperfeito), os fatores sociais não foram significativos; porém, quando foi ternária (futuro do pretérito vs. imperfeito vs. perífrase), evidenciou-se que as formas perifrásticas são mais usadas por mulheres e por pessoas mais jovens, o que a autora interpretou como um possível indicativo de mudança em curso.

Da pesquisa de KARAM, o que particularmente nos interessa são os grupos de fatores utilizados na análise quantitativa, pois *modalidade* e *posição quanto ao ponto de referência*, especialmente, são, como hipótese, relevantes para o nosso estudo.

A partir do que foi exposto nesta subseção, percebe-se que a variação entre modos e tempos verbais já norteou algumas pesquisas sobre o português, fato que muito nos auxilia, visto termos, assim, a possibilidade de nos embasarmos em estudos cientificamente testados.

1.4 Objetivos, Questões e Hipóteses

Tendo como pano de fundo o fato de que a língua é viva e fremente - não dependendo, portanto, do que está prescrito nas gramáticas normativas - e também a concepção de gramática como moldada pelo discurso, resultante de motivações de natureza variada em competição, apresentando não só propriedades estruturais internas, como também características advindas de fatores contextuais externos, pretende-se descrever, sincronicamente, um fenômeno de variação que envolve categorias verbais de tempo (*pretérito imperfeito e futuro do pretérito*) e de modo (*indicativo e subjuntivo*).

Cinco são os objetivos desta dissertação:

(1) Demonstrar que as formas verbais *pretérito imperfeito do indicativo*, *pretérito imperfeito do subjuntivo* e *futuro do pretérito do indicativo* se comportam como variantes quando o contexto em que ocorrem é de cotemporalidade a um ponto de referência passado, havendo, assim, três formas para uma função temporal.

(2) Demonstrar que a idéia de modalidade, traduzida como incerteza, possibilidade, hipótese, irrealidade, é depreendida do contexto (tendo, portanto, natureza discursiva) e não da flexão verbal (natureza morfológica).

(3) Levantar grupos de fatores lingüísticos e sociais e testá-los, quantitativamente, quanto ao seu condicionamento à escolha de uma ou de outra forma verbal.

(4) Descrever os contextos de variação das três formas e os contextos de restrição que impedem o uso de alguma das formas, caracterizando-se os contextos discursivos favoráveis ao uso das variantes verbais em questão.

(5) Fornecer subsídios que auxiliem o ensino do uso dos tempos/modos verbais, na forma de material a ser pesquisado por professores dos ensinos fundamental e médio.

Com base no que foi exposto, apresentamos, a seguir, algumas questões que nortearão a investigação da presente dissertação:

(1) Até que ponto a forma verbal de pretérito imperfeito do subjuntivo (-sse) indica atitude de incerteza nas orações subordinadas? E, paralelamente, as formas verbais de futuro do pretérito (-ria) e de pretérito imperfeito do indicativo (-va; -ia) marcam atitudes de certeza? Afinal, há um modo verbal definido para indicar certeza ou incerteza nas orações subordinadas?

(2) Considerando-se a visível variação, que contextos lingüísticos condicionam o uso das formas verbais *pretérito imperfeito do subjuntivo*, *pretérito imperfeito do indicativo* e *futuro do pretérito do indicativo*, quando são cotemporais a um ponto de referência anterior ao momento da fala?

(3) O fenômeno em pauta mostra-se sensível a condicionamentos sociais?

(4) Por que, aparentemente, a forma verbal do futuro do pretérito do indicativo aparece menos que a de pretérito imperfeito do indicativo nos contextos estudados? O que restringe seu uso?

(5) As variações apresentadas indicam um processo de mudança em tempo aparente?

Como possíveis respostas às questões formuladas, em geral, propõem-se as seguintes hipóteses:

(1) Não existe uma forma verbal definida para indicar incerteza na oração subordinada; traços modais são depreendidos do contexto.

(2) Quanto à frequência de uso das formas verbais, pressupõe-se que as formas que têm mais funções a desempenhar apareçam menos nos contextos em estudo. Assim, o futuro do pretérito, por exemplo, já teria a função de futuridade que lhe é característica, aparecendo, pois menos na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado. As formas verbais plenas devem aparecer mais nos contextos sob análise do que as perífrases, cujo uso remeteria prioritariamente a um contexto de futuridade, respondendo, também, à questão (4).

(3) O fenômeno é sensível a fatores externos. A idade e a escolaridade do falante influenciam na escolha entre as formas verbais a serem usadas. Quanto mais novo é o falante, e quanto menos escolarizado ele for, mais optará pela forma inovadora já instalada, que se pressupõe ser o pretérito imperfeito do indicativo. Por outro lado, quanto mais velho e mais escolarizado for o falante, mais ele usará o pretérito imperfeito do subjuntivo.

(4) É possível que se encontrem indícios de mudança em tempo aparente, especialmente em decorrência do controle da idade dos informantes.

2 QUADRO TEÓRICO

Neste capítulo, são apresentados os pressupostos básicos da Sociolingüística, evidenciando aspectos que possibilitam o enquadramento do fenômeno ora em estudo na perspectiva da Teoria da Variação e Mudança. Também são apresentados pressupostos básicos do Funcionalismo Lingüístico, que, junto aos postulados variacionistas, constituem o quadro teórico no qual está inserida esta pesquisa, por organizar-se em função de pressões externas, advindas do discurso, e pressões da própria estrutura, tendo caráter dinâmico.

2.1 Teoria da Variação e Mudança Lingüística

A Teoria da Variação e Mudança Lingüística, ou Sociolingüística Quantitativa, é a área preocupada com o estudo da linguagem relacionada à sociedade, focalizando como objeto de estudo a variação lingüística, possível de ser descrita e analisada cientificamente, a partir do pressuposto de que as diferentes maneiras de usar a língua são resultado de influências de fatores estruturais e sociais. "Tais fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido que os usos de estruturas lingüísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistemática e estatisticamente previsíveis" (MOLLICA 2003, p. 10).

Dessa forma, pode-se dizer que:

[...] o objeto da Sociolingüística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade lingüística*, um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras (ALKMIM, 2001, p. 31).

Essa previsibilidade e regularidade lingüística relacionam-se com a idéia de que a variação, nas diversas situações comunicativas, não é arbitrária. Ao mesmo tempo em que há variações, o sistema comunicativo obedece a padrões estruturais e lingüísticos, assim, "as línguas apresentam as contrapartes fixa e heterogênea de forma a exibir unidade em meio à heterogeneidade" (ALKMIM, 2001, p. 12), isto é, não há falantes produtores, por exemplo, de frases como *Casaco o azul da é menina*; a variação acontece na sociedade em geral, de maneira diatópica¹⁴, diastrática¹⁵ e diacrônica.

Desta maneira, o domínio de estruturas heterogêneas não é questão de uma simples performance, mas parte da competência lingüística dos indivíduos, levando à conclusão de que a ausência de heterogeneidade estruturada na língua seria tida como disfuncional (WEINREICH, 1968).

A Sociolingüística vê na língua um componente que permite a comunicação, um meio de identificação social, não sendo, portanto, individual nem tampouco estática, como o mundo não o é. A mudança se faz necessária em todos os âmbitos; no lingüístico, para que ela aconteça, é imprescindível que ocorram primeiramente variações, e quando essas ocorrem, pressupõem-se que existam variantes. De acordo com LABOV (1978) e TARALLO (2001), estas constituem os diversos modos de se dizer a 'mesma coisa' (com um mesmo valor de verdade) em um mesmo contexto.

Os trabalhos sociolingüísticos tiveram início com Labov e suas primeiras grandes publicações datam de 1972. Labov desenvolveu algumas pesquisas que se constituíam de análises no campo da fonologia, destacando que as variações entre as formas, consideradas até então como livres, têm seu uso, ao contrário, motivado por fatores sociais e por outros fatores, como estilo (mais ou menos formal), além de fatores estruturais. O autor mostra que as diferentes maneiras de comunicar (que são as variantes) têm o mesmo valor de verdade; porém comportam-se diferentemente quanto a valores sociais e de estilo.

Os resultados de Labov levaram-no, e a outros pesquisadores, a estenderem o estudo variacionista para outros níveis lingüísticos. Esse alargamento, entretanto, não foi isento de problemas. As dificuldades de adaptação do modelo em campos diferentes do fonológico culminaram na grande discussão acerca da manutenção do mesmo significado nas formas alternantes, bem como do estatuto 'sociolingüístico' da regra variável (cf. LAVANDERA, 1977).

¹⁴ Variação que se dá considerando-se os limites físico-geográficos.

¹⁵ Variação que se dá considerando-se os diferentes estratos sociais.

Em 1977, WEINER e LABOV empreenderam um estudo sintático a respeito das construções passivas e ativas¹⁶, resultando na crítica de LAVANDERA (1977), que publica um artigo no qual explicita sua dúvida quanto à validade de estudos variacionistas quando analisam unidades lingüísticas acima do nível fonológico, pois acredita que toda construção sintática possui seu significado próprio. Para ela, é difícil afirmar que haja variação nesses casos, uma vez que esta consiste em duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e tendo o mesmo valor de verdade. Considerando-se que a variação requer duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa, um estudo variacionista tornar-se-ia infrutífero fora do âmbito da fonologia.

LABOV (1978) responde a Lavandera dizendo ser necessário que se aceitem enunciados que possuam a mesma intenção comunicativa, mas não rigorosamente o mesmo significado, como variantes de uma mesma variável. O lingüista propõe, então, que as variantes da variável em estudo tenham um *mesmo significado referencial*, chamado de significado representacional ou estado de coisas. Isso implica aceitar que pode haver diferenças em matizes de sentido, desde que o significado referencial não seja afetado.

LAVANDERA (*op. cit.*) levanta também a questão de que muitas formas que estão fora do campo fonológico não sofrem influências sociais ou estilísticas, apenas lingüísticas. LABOV (*op. cit.*) responde à crítica afirmando ser a Sociolingüística "sócio" não só porque lida com fatores estilísticos e sociais, mas porque vê a língua como componente social.

Nesta dissertação, opta-se pelo *mesmo significado referencial de cotemporalidade a um ponto de referência anterior ao momento da fala*, tendo em vista que a variável em estudo é verbal. O critério adotado para definir a regra variável foi a categoria de tempo. Essa variável apresenta como variantes basicamente as formas de *pretérito imperfeito do subjuntivo (PIS)* e *pretérito imperfeito do indicativo (PII)*; entretanto, verifica-se que em alguns momentos/contextos o *futuro do pretérito (FP)* também funciona como uma variante.¹⁷

Tratando de variáveis sociais em estudos sintáticos, BENTIVOGLIO (1987, p.19) afirma ser possível que tais variáveis não exerçam nenhum tipo de pressão, acrescentando, entretanto, que é necessário provar para fazer esse tipo de afirmação.

¹⁶ Exemplo meu: Para esse estudo, uma estrutura como *Comeram o bolo* seria equivalente, ou seja, teria o mesmo valor de verdade que *O bolo foi comido*. Em ambas situações não teríamos mais o bolo.

¹⁷ Note-se que existe também uma forte implicação da categoria modo/modalidade e da categoria aspecto na seleção das variantes. As categorias tempo/aspecto/modalidade (TAM) serão apresentadas e discutidas no capítulo seguinte.

Segundo a autora, renúncia à possibilidade de comprovação "não parece ser uma posição cientificamente desejável". A autora diz que se os dados foram recolhidos conforme os parâmetros sociolingüísticos, não há mal algum em analisá-los. E completa: "Caso os fatores extralingüísticos se mostrem irrelevantes, faça-se constar isso, e passe-se à discussão dos fatores lingüísticos".

Finalizando esta seção, cabe mencionar o que WEINREICH *et alii* (*op. cit.*) dizem a respeito de como se deve descrever a mudança lingüística. Segundo os autores, deve-se levar em conta separadamente: mudanças de longo tempo com efeitos similares, mudanças completadas ao longo de um século ou dois, mudanças em curso, que podem ser observadas entre uma ou duas gerações, ou ainda considerar trabalhos puramente sincrônicos - que constitui a proposta para esta dissertação.

Passamos, agora, aos postulados do Funcionalismo Lingüístico.

2.2 Funcionalismo Lingüístico

Na perspectiva funcionalista, a gramática não é vista como um conjunto de regras pré-estabelecidas a que se deve seguir para formar sentenças gramaticais; também não é autônoma, mas dependente do discurso. Ela constitui-se de um conjunto de estratégias que são empregadas para se produzir uma comunicação coerente, que transmita o que é necessário para se ter comunicação, constituindo todas as unidades da língua como configurações orgânicas de funções, tendo, assim, cada parte interpretada como funcional em relação ao todo (NEVES, 1997).

Essa preocupação lingüística não é exatamente atual. A Escola Lingüística de Praga, já na década de trinta, mostrava-se interessada em discussões a respeito de aspectos relacionados à teoria funcional na linguagem, principalmente relacionados à perspectiva teleológica da linguagem, isto é, preocupavam-se em estabelecer finalidades discursivas para a explicação de certos fenômenos, quais sejam: o reconhecimento de traços prosódicos, tais como interrogação, indignação, surpresa; as funções da linguagem (cf. JAKOBSON); a posição de informações na frase (informação nova X informação velha), entre outros.

Uma gramática funcional nunca se estabiliza, decorrendo daí sempre explicações para os fatos lingüísticos de forma associada à situação comunicativa, levando em consideração a cognição, a comunicação, a interação social, a cultura, a variação e a

mudança lingüísticas. Organiza-se em função de pressões externas, advindas do discurso, e pressões da própria estrutura e é aí que surge seu caráter não apenas funcional, mas também dinâmico.

Segundo Neves:

É funcional porque não faz distinção entre o sistema lingüístico e seus mecanismos e as funções que eles têm a preencher e é dinâmica porque reconhece e assume a força ativa que está detrás do desenvolvimento da língua, na instabilidade da relação entre estrutura e função. (NEVES, 1997, p. 3).

Segundo GIVÓN (2001), as funções primárias da linguagem humana são a *representação* e a *comunicação* do conhecimento, e a expressão de tais funções dependerá 100% do contexto onde o falante está inserido. A abordagem funcionalista parte do princípio de que as formas lingüísticas devem se adequar às funções que a linguagem desempenha no ato da comunicação. Assim, a sintaxe não é autônoma, e sim dependente do discurso (cf. VOTRE & NARO, 1996). O Funcionalismo se preocupa em afirmar que a língua não pode ser descrita de forma estanque, já que toda fala ou escrita cumpre uma finalidade. Desse modo, modelos artificiais e isolados não servem para explicar e exemplificar o funcionamento da gramática.

Se modelos artificiais não servem para análise, por serem criados fora do contexto de fala, isso quer dizer que a teoria funcionalista dá enorme importância ao contexto social onde os falantes estão inseridos, às características sócio-culturais dos mesmos, com quem falam, com que propósito falam, se há interrupção quando falam.

Segundo os pressupostos funcionalistas, expressões comunicativas que serviram significativamente em um determinado tempo e contexto, podem se tornar fossilizadas, ou até mesmo sem sentido, devido às mudanças ocorridas no decorrer do tempo¹⁸

Conforme explanação feita anteriormente, esta dissertação não tem como propósito uma pesquisa diacrônica, mas, de acordo com o que registram as gramáticas normativas consultadas, desde o século XVI (data do primeiro registro observado), as flexões do *subjuntivo* são tidas como ideais para contextos de *orações subordinadas* quando há uma indicação de *incerteza* sobre o que se diz. Não dispomos de dados de fala de outras épocas, mas dados reais da fala, na atualidade, mostram que tal flexão nem sempre aparece nos contextos acima mencionados, como exemplifica (1):

¹⁸ O Funcionalismo tem sido base teórica de muitos trabalhos atuais a respeito de variação verbal (cf. Costa, 1997; Coan, 1997; 2003; Silva, 1998; Pimpão, 1999; Gibbon, 2000, entre outros).

(1) "Moça não pagava. Se eu *arrumava* uma moça, uma namorada pra levar, eu sempre pagava. A moça não pagava. Hoje a moça paga, o homem paga, não é?" (FLP 04, p. 10)

Não estamos afirmando, com isso, que as formas do subjuntivo tenham se tornado fossilizadas, apenas realçando que, se algum dia elas, unicamente, serviram para a função já mencionada, hoje não é o que ocorre.

A seguir, serão apresentados os princípios básicos que orientam o funcionalismo de cunho givoniano.

2.2.1 Princípios Funcionalistas

Os princípios gerais norteadores da teoria funcionalista givoniana são: (i) os da iconicidade, que se baseiam na interrelação entre o plano do conteúdo (função) e o plano da expressão (forma) (cf. GIVÓN, 1991, 2001)¹⁹; e (ii) o princípio da marcação.

Os princípios icônicos são três:

- a) princípio da quantidade, que prevê a correlação entre quantidade de informação e quantidade de codificação; quanto mais informações a serem dadas, mais material fônico será usado;
- b) princípio da proximidade, que correlaciona proximidade cognitiva de entidades com proximidade de unidades no plano da codificação; assim, operadores funcionais serão colocados mais próximos, temporal ou espacialmente, no nível da codificação, à unidade conceptual para a qual forem mais relevantes; e
- c) princípio da ordem seqüencial, que orienta a ordenação linear semântica e pragmaticamente.

GIVÓN (*idem*, 2001) estabelece uma analogia entre iconicidade na língua e na biologia; dessa maneira, à não-arbitrariedade do organismo biológico não corresponde uma relação 100% icônica entre a estrutura de um corpo animal e a função desempenhada por tal estrutura anatômica. O processo evolutivo do organismo prevê diversas tendências: mudanças históricas ao longo do tempo podem apresentar uma estrutura não-funcional, podem adaptar velhos organismos a novas funções, podem identificar uma ambigüidade funcional para uma única estrutura.

¹⁹ Segundo este princípio, a forma de uma expressão lingüística raramente é arbitrária, mas sim, estritamente influenciada pelo conteúdo que transmite.

No caso da nossa pesquisa, talvez possamos relacionar esses aspectos, por exemplo, ao fato de a forma de *FP*, em alguns casos, poder aparecer com valores temporais distintos: (i) cotemporalmente a um ponto de referência passado; (ii) posteriormente a um ponto de referência passado. Assim, essa forma verbal, como já exemplificado no capítulo I, ora aparece nitidamente em contexto de cotemporalidade, ora há uma ambigüidade de interpretação temporal, ora, ainda, leva a interpretação temporal para um ponto futuro com relação ao ponto de referência.

Quanto ao princípio da marcação, há três critérios essenciais que, segundo GIVÓN (1990, p. 947), podem ser usados na distinção entre categoria marcada *versus* categoria não-marcada:

- a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a não-marcada;
- b) distribuição de freqüência: a categoria marcada tende a ser menos freqüente do que a não-marcada.;
- c) complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento, do que a não-marcada.

Partindo do que postulam os critérios (a) e (b), poder-se-ia dizer que as formas do *PIS* e do *FP* são estruturalmente maiores, na maioria das vezes, ou mais complexas do que as formas do *PII* (*pudesse, poderia, podia*, respectivamente), por esse motivo, elas aparecem menos vezes na fala das pessoas. Por outro lado, quando falamos em complexidade cognitiva, conforme o critério (c), esbarramos em uma questão: o *PII* já acumula outras funções (cf. TAVAGLIA (1987), MATOS (1996), COSTA (1997), SILVA (1998), KARAM (2000)). Então, não seria ele mais complexo do ponto de vista cognitivo? Tendo mais de uma função, como se sabe qual delas está em jogo quando se usa tal forma? Da mesma maneira, como o ouvinte a interpreta? Essas questões serão retomadas posteriormente, quando da discussão dos resultados.

Vale ressaltar que o próprio GIVÓN (1990) diz que a modalidade *irrealis* (normativamente representada pelo *PIS* e pelo *FP*) é mais marcada que a *realis*, pois, seguindo o critério (c), eventos que ocorreram em tempo e espaço reais estão mais salientes na mente do que eventos que não ocorreram, poderão ocorrer ou poderiam ter ocorrido.

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de ressaltar o que GIVÓN (1995, p. 07) diz acerca do Funcionalismo Lingüístico: estuda a língua em uso, dando prioridade à relação entre a gramática e o discurso - a gramática molda o discurso e o discurso molda a gramática. É dentro do discurso e sob a influência de seu contexto que a gramática está emergindo e mudando. E é também por meio do uso da língua que ocorre a variação, elemento indispensável para a construção e reconstrução da gramática.

3 TAMR (TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE, PONTO DE REFERÊNCIA)

3.1 Tempo

A tentativa de definir *tempo* não é atual; o ser humano sempre se preocupou com ele, haja vista a efemeridade da vida e a certeza da morte. Santo Agostinho, para quem o homem, ao enunciar, "cria tempos", gastou parte de sua vida pensando, filosofando e escrevendo sobre o tempo (cf. FIORIN, 1996). Existindo um tempo de vida ou de morte, quando se fala nele, em português, deparamo-nos com o fenômeno da polissemia: há uma só palavra para, pelo menos, três significados: tempo cronológico, psicológico e gramatical, diferentemente do inglês (*time/tense*) e do alemão (*zeit/tempus*). O tempo psicológico não tem duração constante e uniforme, existe em função do mundo interno de um determinado indivíduo; podemos, por exemplo, transportarmo-nos instantaneamente tanto para um passado longínquo como para um futuro ainda nem planejado, tendo em vista a rapidez com que ele se processa, "nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito"²⁰ (cf. BENVENISTE, 1995, p. 80). Dado que assim seja, o que nos interessa são tempo cronológico, ao qual chamaremos *tempo*, e gramatical, ao qual chamaremos *tempo verbal*.

A categoria *tempo verbal* não está universalmente ligada ao *tempo*, ou seja, a codificação temporal nem sempre é feita pelo *tempo verbal*; algumas línguas, como o vietnamita e o birmanês, não possuem morfologia temporal em seus verbos, mas nem por isso deixam de expressar tempo. Categorias como advérbios (*amanhã*) e adjetivos (*primeiro*), por exemplo, podem ter importante papel na interpretação temporal. No entanto, são os verbos que, na maioria das vezes, tanto em nossas gramáticas quanto na consciência do falante, trazem tal carga. Embora muitos gramáticos discutam o caráter

²⁰ "Espírito" entendido aqui como processamento da linguagem, internamente.

dinâmico ou não²¹ dos verbos, dentro de uma ou outra teoria lingüística, é incontestável a afirmação de que eles estão sempre associados à noção de tempo.

É inegável que, embora não detendo o monopólio de sua manifestação, são os verbos os elementos lingüísticos que mais de imediato situam a ação, estado, evento ou processo na sua relação temporal com a enunciação e o falante/ouvinte (CORÔA, 1985, p. 35).

REICHENBACH (1947) foi o primeiro lógico a formalizar uma interpretação temporal das línguas naturais, determinando uma linha do tempo e propondo, nesta, três pontos: *momento da fala*, *momento do evento* e *momento de referência*. Essa repartição na linha do tempo dá suporte para lingüistas de várias gerações, como BAUMAGÄRTNER & WURNDERLISH (1969, *apud* CORÔA, *op. cit.*), os quais chamam os três elementos de *tempo da fala*, *tempo da ação* e *tempo da referência*, definindo-os em função de um intervalo de tempo cronológico:

[...] o tempo da fala é o intervalo de tempo de cada oração no ato da comunicação, não é um período concreto de tempo mas uma classe temporal; o tempo da ação é o intervalo de tempo que se atribui ao referente de um tempo do ato verbal, ou seja, o intervalo de tempo que se atribui ao referente de um verbo; o tempo da referência é um intervalo de tempo da contemplação do ato verbal pelo falante que transmite esta perspectiva ao ouvinte (CORÔA, 1985, p. 37).

Assim sendo, a *referência*, para os autores, é um ponto onde o falante se coloca para enunciar *x*, que seria a *ação*. O *tempo da fala* refere-se ao momento da enunciação de *x*.

Para CASTILHO (1967, p. 15), também a referência é um ponto de contemplação, pois o "tempo localiza o processo num dado momento, servindo-se de ponto de referência em número de três: o próprio falante, o momento em que se desenrola outro processo e o momento em que idealmente se situa o falante". FIORIN (1996) reconhece os três pontos na linha do tempo, chamando-os: *momento da enunciação*, *momento de referência* e *momento do acontecimento*. ILARI (1997, p 13) recorre à nomenclatura de Reichenbach, que, para ele, "é bastante próxima das intuições do falante e se aplica bem ao português".

Dos três pontos reconhecidos pelos lingüistas, para MATOS (1996, p. 443) "o ponto de referência torna-se imprescindível quando se pretende situar temporalmente o evento, não só relativamente ao tempo da fala, como relativamente a outro(s) evento(s)²²".

²¹ Quanto ao "caráter dinâmico ou não dos verbos", discutir-se-á de forma mais ampla posteriormente.

²² Evento(s) dado(s) pelo contexto ou pelo cotexto.

Os tempos relativos têm como ponto de referência algum outro ponto, dado pelo contexto. Estes tempos podem ser representados por formas verbais finitas e não-finitas, sendo que aquelas indicarão um tempo relativo-absoluto, que:

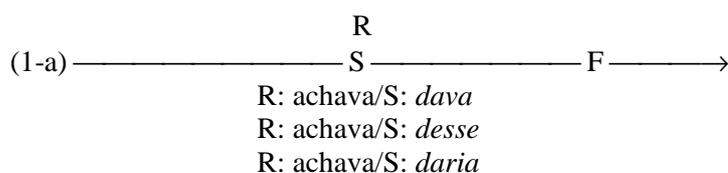
Combina localização de tempo absoluto de um ponto de referência com localização de tempo relativo de uma situação. A existência de tempo verbal relativo-absoluto decorre da existência de um ponto de referência antes ou depois do momento da fala e da localização da situação anterior, simultânea ou posteriormente a esse ponto (COAN, 2003, p.93).

MATEUS *et alii* (1983) dizem que:

No Português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Em enunciados descrevendo mais do que um estado de coisas a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento da enunciação, mas para além disso, são ordenados uns relativamente aos outros. (MATEUS *et alii*, 1983, p. 104).

Assim, nem todos os tempos verbais são relativos unicamente ao tempo de fala. Há outras relativizações no interior do enunciado. No caso desta pesquisa, no domínio temporal em estudo, o *momento da situação* S (representado pelas formas verbais variantes *desse / dava / daria* - que codificam tempo passado em orações subordinadas) ancora-se num *momento de referência* R cotemporal a ele, portanto, também passado (representado pelo verbo da oração principal). Assim, o tempo do verbo da oração subordinada caracteriza-se como relativo-absoluto, pois é relativo ao contexto da oração principal, cujo verbo funciona simultaneamente como R para a variável em estudo e como S em relação ao *momento de fala*, ao qual se ancora como tempo absoluto. Veja-se (1), abaixo, com o respectivo diagrama:

(1) "... eu tinha a minha letra muito feia, e ela lia lá na frente a redação, aquelas que ela achava que *dava* pra avacalhar" (CRI, 03, p. 24)



Em (1), R (*achava*) tem funcionamento duplo: como R em relação a S (*dava*) e como S em relação a F (momento da fala). Por isso, fala-se em tempo relativo-absoluto.

Sendo composto o *corpus* desta dissertação por contextos com orações *subordinadas*, convém mencionar o que alguns autores dizem a respeito dos tempos verbais nesses usos.

Conforme FIORIN (1996, p. 183), "o tempo verbal das orações subordinadas é condicionado pelo tempo da principal", havendo, assim, uma concordância de tempos. Se o da oração principal for o pretérito perfeito, prevê-se para a oração subordinada *o uso do pretérito imperfeito, para indicar simultaneidade ou posterioridade*, e pretérito perfeito para indicar anterioridade. Ainda para este autor:

Os tempos no indicativo são usados, seja nas orações principais, seja nas subordinadas, para exprimir a concomitância ou não-concomitância (anterioridade ou posterioridade), quer em relação ao momento da enunciação, quer em relação a um marco temporal pretérito ou futuro colocados no enunciado. Então, o tempo deve ser compatível com o momento de referência (FIORIN, 1996, p. 184).

Já os tempos do modo *subjuntivo* são dependentes de uma palavra que os domine: o advérbio *talvez* preposto (Talvez você *devesse* prestar mais atenção na aula) ou o verbo da oração principal (Pensei que você *devesse* prestar mais atenção na aula), devendo compatibilizar-se com este.²³

ILARI (1997, p. 69) nos fala que a classificação tradicional das orações subordinadas em substantivas, adverbiais e adjetivas "não fornece pistas confiáveis sobre o uso dos morfemas de tempo em orações subordinadas, já que este pode diferir, entre subordinadas de um mesmo tipo, conforme o verbo regente". Quanto às *orações subordinadas substantivas*, o autor diz que:

é comum que os verbos que introduzem orações substantivas, além de predeterminarem o modo do verbo da oração subordinada, estabeleçam também restrições de tempo. Nesses casos, a ocorrência de tempos e perífrases verbais resulta freqüentemente de um automatismo gramatical e não de uma escolha feita a partir de um repertório de opções autenticamente significativas (ILARI, 1997, p. 70).

Pela observação de exemplos como (1), acima, dado real de fala, não se pode corroborar a afirmação a respeito de que o verbo da oração subordinada é condicionado pelo da oração principal ou por outros termos, pelo menos *não totalmente*. Isso porque foi possível mudar a flexão verbal do verbo *dar* sem que a interpretação temporal ficasse

²³ Não estamos descartando a possibilidade de ocorrências como *Talvez você devia prestar mais atenção na aula* ou *Pensei que você devia prestar mais atenção na aula*, apenas exemplificando de que maneira advérbios ou verbos da oração principal podem influenciar no uso do subjuntivo.

comprometida. Sendo assim, são situações como essas, apresentadas ao longo desta exposição, que evidenciam que a função, no contexto lingüístico, se sobrepõe à forma, dando a entender que o contexto discursivo deva ter papel importante na interpretação do tempo verbal, principalmente em casos de variação.

A partir do que foi exposto nesta subseção, podemos dizer que é possível utilizar a forma verbal de *PII* e, por vezes, a de *FP*, pela de *PIS* quando desejamos codificar um tempo passado imperfectivo cotemporal a um ponto de referência também passado.

Para tanto, pensamos o tempo verbal como uma categoria discursiva, com base, principalmente, no comportamento do *FP*, passível de ser entendido como posterior em relação a um ponto de referência passado ou, o que nos interessa particularmente, como cotemporal a um ponto de referência passado. Esse comportamento independe de sua significação morfológica, se assim o fosse, possivelmente não teria mais de uma função. Essa mesma reflexão se aplica às demais formas verbais em estudo: a forma de *PII* funciona com seu valor temporal prototípico de passado (caso que nos interessa nesta dissertação), mas também atua com valor temporal de futuro do pretérito, a depender do contexto. Quanto à forma de *PIS*, pode apresentar valor temporal de passado (uso que nos interessa), como, por exemplo, *Achávamos que ele estivesse doente*, e também de futuro, como *Se ele ficasse em casa amanhã, eu iria visitá-lo*.

Passemos, agora, à noção de aspecto.

3.2 Aspecto

O estudo da noção de aspecto vem há algum tempo atraindo a atenção de pesquisadores da linguagem. Já os estóicos, ao analisarem o tempo, denominavam valores não-temporais, como duração e acabamento. "Varrão talvez tenha sido o primeiro a levar em conta o aspecto quando falou em *tempora infecta* e *tempora perfecta*" (CASTILHO, 1967, p. 20). Todavia, a insistência sobre esses valores não temporais coube a George Curtius, em 1846, que percebeu ser possível distinguir graus do tempo, que "comportava três possibilidades: a) ação durativa (...); b) ação incipiente (...); e c) ação completa(...)" (*ibidem*, p. 21). Apesar de todos os estudos a respeito dessa categoria, não é raro haver opiniões díspares, pois ora se confunde com tempo, ora se desvincula, segundo Castilho (*ibidem*).

Para CASTILHO (1967, p.14), aspecto "é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento. É, pois, a representação espacial do processo". A partir de dados utilizados para a confecção de um trabalho a respeito da categoria aspectual, o autor julgou necessário dividi-la em quatro valores: aspecto imperfectivo (duração); aspecto perfectivo (ação cumprida); aspecto iterativo (não repetida); e aspecto indeterminado (negação da duração e do completamento). E tais aspectos podem ser depreendidos do sentido do próprio verbo, do semantema, que tem primordial importância para a classificação do aspecto verbal. Assim, dividiu-os em télicos, representando ações com tendência a um fim (*matar, morrer, cair, engolir, etc.*) e atélicos, para os quais não se exige um completamento para admitir-lhe a existência (*chover, mastigar, viver, escrever, andar, pensar, rir, etc.*). Para ele, o aspecto é primordialmente *lexical*, embora características gramaticais também estejam presentes.

VENDLER (1967) diz que as diferenças entre os verbos não podem ser explicadas unicamente pelo tempo, a presença ou ausência de condições, estados de coisas pretendidos, também contribuem, entrando, aí, a aspectualidade. O autor propõe a seguinte tipologia verbal quadripartida: *accomplishments*²⁴, caracterizados como uma realização que envolve um determinado período de tempo, devendo evidenciar o ponto final²⁵, exemplificados por "correndo uma milha", "alcançando o topo", "escrevendo uma carta"; *estados*, que envolvem instantes no tempo, como "amando" (por um período), "Ele pensa que Jones é um tratante"; *atividades*, que não precisam findar, sendo verdadeiras mesmo quando interrompidas, exemplificados por "Você está fumando?", "Ele está pensando sobre Jones"; e *achievement*, entendido como uma realização pontual, envolvendo instantes de tempo único e definido, dessa forma, só é possível dizer que alguém alcançou o topo da montanha se realmente chegou em um instante de tempo.

A tipologia proposta por VENDLER (*ibidem*) é de particular interesse para esta dissertação, visto que será adotada para testar aspectualidade, que pode estar em jogo na variação ora estudada.

Segundo CORÔA (1985), o aspecto se refere ao momento da enunciação, é o que é dêitico na categoria, tratando do fato de que os eventos têm um início, um meio e um

²⁴ É possível testar os *accomplishments*, conforme Vendler, com advérbios temporais do tipo "em uma hora", como, por exemplo, *Ele escreveu o texto em uma hora*.

²⁵ Assim, "A was drawing a circle at t means that time instant t is on the time stretch in which A drew circle" (VENDLER op. Cit, p. 106), se alguém estava desenhando um círculo e parou, não se pode dizer que esse alguém desenhou o círculo.

fim, e divide-se em perfectivo (concluso) e imperfectivo (inconcluso). Para a autora, a categoria aspecto é *gramatical*, apresentando:

a variação morfológica, portadora de um conjunto de valores gramaticais que permite o reconhecimento do processo também como parte da situação que é objeto da informação, ou seja, o processo com relação à enunciação (CORÔA, 1985, p. 67).

CUNHA & CINTRA (2001, p. 382-383) dizem ser o aspecto "uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo", podendo considerá-la como concluída ou não concluída. Para os autores, valores semânticos contribuem para especificar alguns tipos de aspectualidades, tais como aspecto pontual (*Acabo de ler Os lusíadas*); aspecto durativo (*Continuo a ler Os lusíadas*); aspecto contínuo (*Vou lendo Os lusíadas*); aspecto descontínuo (*Voltei a ler Os lusíadas*); aspecto incoativo (*Comecei a ler Os lusíadas*); e aspecto conclusivo (*Acabei de ler Os lusíadas*). A diversidade de formação de perífrases verbais também é responsável por valores diferenciados de aspecto.

LYONS (1977, p. 705) afirma, como foi exposto da subseção anterior, que o tempo é uma categoria dêitica. Porém, essa característica não é válida para a categoria *aspecto*, uma vez que esta pode ser depreendida do próprio verbo e também do contexto no qual ele está inserido.

Já FLORES E SILVA (2000), baseados na Teoria da Enunciação, tratam a categoria *aspecto* como uma categoria do discurso, por meio da referência à dêixis, "desde que não se considere a dêixis dentro dos parâmetros referenciais/ontológicos da linguagem" (*ibidem*, p. 36). Ainda para os autores, a aspectualidade não fica no lexema, nem na frase, mas no *enunciado*, "ele [o aspecto] é dêitico, já que depende de sua utilização por um sujeito face a uma instância de enunciação" (*ibidem*, p. 51). A dêixis aqui é vista sob a perspectiva BENVENISTEANA (1989, 1995), para quem essa referência tem estatuto diferente dos demais signos lingüísticos: são signos formais vazios que se enchem na e pela enunciação. Exemplificando essa idéia, os autores trabalham com dados do projeto NURC, como (1), abaixo:

(1) "...Eu *ando sempre* com radinho de pilha (ainda agora) inclusive quando... eh vinha pelo lavar roupa qualquer coisa no tanque (...) minha mãe (dizia) que eu parecia uma lavadeira (risos) (uma) lavadeira porque eu sempre estava com o rádio ligado (*estou sempre* com o radinho aqui no pescoço eu dependurava ou botava aqui assim" (BENVENISTEANA, 1989, 1995, p. 58)

Com o presente simples em "EU *ando sempre* com o radinho de pilha" e em "(*estou sempre*) com o radinho aqui no pescoço", a situação é diferente, pois o uso de "sempre" ligado a essa forma verbal, possui um sentido de intensificação que confere um fortalecimento do habitativo." (BENVENISTEANA, 1989, 1995, p. 58)

Ainda segundo FLORES E SILVA (2000, p. 52), um verbo tido normalmente como [-durativo], como *quebrar*, dependendo da situação da enunciação, passa para [+durativo], como ilustram os exemplos (2), (3) e (4).

- (2) Eu quebro copos.
- (3) Eu quebrei copos.
- (4) Eu quebrava copos.

Quanto ao imperfeito,

Embora o valor temporal do imperfeito seja, na maioria das vezes, marcar um fato passado em relação ao presente, seu valor aspectual nem sempre é de uma duração indeterminada no passado em relação ao presente. Ele pode marcar duração de posterioridade/anterioridade a partir de um fato situado no passado. Assim, cada forma verbal do imperfeito funciona como um novo presente em relação à forma posterior, isso tomando a totalidade do discurso. (Flores e Silva, 2000., p. 60-61)

GIVÓN (2001), quando menciona a categoria *aspecto*, fá-lo de maneira a dividi-la em duas: perfectiva e imperfectiva. Para o autor, a perfectividade é inerente ao lexema verbal. GIVÓN (*ibidem*) propõe uma escala para essa perfectividade: a) verbos compactos, que são aqueles que têm curta duração e limites bem expressos, como *pular, piscar, cuspir, esbofetear*; b) *accomplishment verbs*, verbos que demonstram uma duração um pouco maior, como *concluir, nascer, morrer, sentar*; c) verbos de atividade, subdivisão na qual podem entrar verbos que denotem ações com maior ou menor duração, exemplificando aquela com *caminhar, trabalhar, dançar, ler* e esta com *quebrar, torcer, dar um passo*; d) e *stative verbs*, que expressa longa duração e não possui limites, a exemplo de *ser feliz, estar cansado, querer, acreditar, ter*.

Ainda para esse autor, verbos com maior ou menor perfectividade podem se juntar ao aspecto imperfectivo, representando este processos progressivo/durativo/contínuo ou habitual/repetitivo.

Ancorados em estudos como esse, nesta dissertação, adotamos esta perspectiva: *aspecto* somente é uma categoria gramatical sob uma perspectiva funcional de linguagem, dessa forma, mesmo tratando com tempos verbais comumente tidos como imperfectivos, pretéritos imperfectos, não acreditamos que tal imperfectividade, que poderá

aparecer em graus diferentes, esteja somente na conjugação verbal, haverá outras pistas aspectuais depreendidas do contexto.

3.3 Modalidade

Apesar de alguns autores mencionarem *modo* ou *modalidade*, não se deve confundir um com outro. A modalidade é usualmente definida como a avaliação do falante sobre seu próprio enunciado, isto é, sua opinião ou atitude a respeito da proposição que a frase expressa (cf. LYONS, 1977, p. 452). O modo é uma categoria gramatical (no sentido tradicional do termo) expressa pela morfologia verbal, uma manifestação que tenta exprimir a modalidade; porém, esta está muito mais na maneira como a pessoa fala ou escreve. A modalidade é reconhecida em todas as línguas, que a marcam diferentemente. O português, por exemplo, difere do inglês por apresentar, além de verbos modais, três modos morfologicamente diferentes, enquanto este usa apenas verbos modais para expressar a modalidade.

"Modo indica a atitude do sujeito em relação ao processo verbal, que pode ser encarado como algo real (indicativo), eventual (subjuntivo) ou necessário (imperativo)" (CASTILHO, 1967, p. 16). Já a modalidade codifica a atitude do falante, seu julgamento acerca da informação da oração, principalmente julgamento *epistêmico (realis)* (de verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência) e *deôntico (irrealis)* (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação - indicando projeção futura) (cf. GÖRSKI ET ALII, 2002, p. 222).

A oposição indicativo (*realis*) e subjuntivo (*irrealis*) indicando modalidade, na visão de PONTES,

não é muito nítida, nem rígida, porque as formas com sentido subjuntivo ocorrem quase exclusivamente em orações subordinadas, simultâneas com determinadas expressões com que não ocorre o Indicativo, numa distribuição parcialmente complementar. (PONTES, 1973, p. 70).

A autora cita EPIPHANIO DIAS (1954), para o qual a oposição indicativo *versus* subjuntivo não quer dizer muito, sendo que aquele é mais usual. No entanto, concorda com Said Ali, que afirma ser o subjuntivo o modo indicador de incerteza e

dúvida. Dentre os exemplos citados, há um que evidencia a variação apresentada nesta dissertação:

- (1) Ofereceu me levar onde eu *quisesse*.
- (2) Ofereceu me levar onde eu *queria*. (EPIPHANIO DIAS, 1954, p. 72)

Diz, entretanto, que tal oposição não "desmente" que o subjuntivo não seja destinado ao uso *irrealis*.

Podemos notar, em resumo, um contraste básico entre as formas do Subjuntivo, que indicam desejo, dúvida, hipótese, incerteza, ou simplesmente indefinição (que podemos resumir na significação geral de 'irreal'), e as do Indicativo, que indicam o fato, simplesmente, sem conotação de irreal. (EPIPHANIO DIAS, 1954, p. 72)

Para CÂMARA JR. (1967, p. 98), modo é um "julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz", sendo que a natureza subjetiva é representada pelas formas verbais do modo subjuntivo. No modo indicativo, o futuro do pretérito é a forma eleita para indicar modalmente a irrealidade, uma vez que, em português, faz-se um uso modal dos tempos, o "emprego metafórico" (*ibidem*, p. 98)²⁶, emprego este mencionado também por KOCH (1992).

GIVÓN (2001, p. 304) afirma existir modalidade no próprio verbo, dando como exemplos (3) e (4), abaixo:

- (3) He *has* a dog. (Um cachorro em particular. Idéia deduzida a partir do verbo.)
- (4) He *wants* a dog. (Um cachorro em particular ou qualquer cachorro.)

Quanto a esta modalidade inerente à forma verbal, a maioria delas carrega a *realis*, sendo poucas indicadoras de *irrealis*/pressuposição, tais como *querer*, *pensar*, *acreditar*, *saber*, *esquecer*, *lastimar*. Mas não são somente os verbos, segundo o autor, que indicam modalidade, alguns advérbios também têm tal papel: *provavelmente*, *possivelmente*, *certamente* (*ibidem*, p. 305).

O fato de as conjugações do subjuntivo induzirem à interpretação *irrealis* também é corroborado por GIVÓN (*ibidem*,.), tanto em orações principais como em subordinadas, principalmente as condicionais.

²⁶ Por exemplo: o uso do pretérito imperfeito do indicativo para codificar afastamento da realidade: *Ela queria ser princesa*.

Como já foi mencionado no capítulo II, Givón (*ibidem*, p. 332) afirma que, cognitivamente, a modalidade *realis* é menos marcada e mais acessível, uma vez que fatos já ocorridos ou que estão ocorrendo são de conhecimento do emissor, ao passo que hipóteses, fatos possíveis ou futuros não o são.

Nesta dissertação, estamos diante de dados *irrealis*, pois nos exemplos do *corpus* o informante sempre está expressando crenças, opiniões, pensamentos sobre algo, alguém ou atitudes (próprias ou alheias) cujas realizações ainda não são do seu conhecimento, podendo estas tornarem-se realidade ou não. Falamos em variação porque tais contextos a admitem em se tratando de tempo verbal: *pretérito imperfeito do subjuntivo*, *pretérito imperfeito do indicativo* e *futuro do pretérito do indicativo*.

Segundo POPLACK (2001), o *irrealis* está intimamente ligado à modalidade, referindo-se aquele ao domínio do imaginário, do projetado, de situações ou eventos irrealis.

No estudo de POPLACK (*ibidem*), sobre o uso do subjuntivo em contextos *irrealis* do francês, ficou comprovado que há um leque considerável de formas que podem fazer as vezes daquele modo em orações subordinadas, entrando aí o uso de flexões do indicativo. A autora observou que as construções que mantêm o uso do subjuntivo são do tipo cristalizadas, aprendidas na infância e repetidas durante toda a vida, sem que os falantes se dêem conta do porquê daquele uso.

Há três casos considerados *irrealis* no francês padrão do Canadá: (i) o uso do subjuntivo em orações subordinadas, entretanto, desde 1698 aparecem formas do indicativo neste papel; (ii) o uso de tempos futuros, que, na língua falada, apresentam três variantes desde o século XIII: perífrase, futuro e presente; e (iii) condicionais, contextos em que coexistem duas formas, o futuro do pretérito, indicando realizações possíveis, e pretérito imperfeito do indicativo, quando a condicional é contrafactual.

Quanto ao uso do indicativo pelo subjuntivo em contextos de *irrealis*, parece não ser diferente no português brasileiro, em que pelo menos três variantes podem entrar em contextos considerados de incerteza pela gramática normativa: *pretérito imperfeito do subjuntivo*, *pretérito imperfeito do indicativo* e *futuro do pretérito do indicativo*.

Assim, apesar de o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo ser apontado quando se trata de contextos *irrealis*, pode-se perceber que formas do indicativo também são usadas, dando a entender que também a modalidade pode ser depreendida do contexto.

Como tratamos de cotemporalidade a um ponto de referência passado, é de suma importância que façamos uma breve exposição sobre tal ponto.

3.4 Ponto de Referência

A partir do ponto de referência, formas verbais podem ter seu valor temporal interpretado. A forma do pretérito imperfeito do subjuntivo, por exemplo, poderá ter um valor futuro ou passado, dependendo, para isso, dessa referência no tempo. Souza (2001) fala da futuridade dessa forma verbal pautada no poema *Se eu morresse amanhã*, de Álvares de Azevedo. Nesse caso, a futuridade de *morrer* se deve ao ponto de referência *amanhã*, pois, caso fosse um *agora* ou um *ontem*, a interpretação temporal seria de presente ou de passado, respectivamente.

Às vezes, no entanto, o ponto de referência não está explícito na oração analisada, podendo, então, estar no contexto lingüístico ou até mesmo extralingüístico. Neste caso, será possível resgatá-lo por meio do conhecimento comum entre os falantes ou por meio de deduções possíveis (cf. COAN, 2003). Vejamos:

(1) "Foi além dos domínios domésticos que as coisas mudaram. Centenas de fotógrafos, repórteres e uma avalanche de fãs cercam o ex-metalúrgico - e Marisa - desde o dia 27 de outubro, quando ele, com 61,27% de votos, se tornou o presidente da República mais votado da história. Ela imaginava que, nos momentos em que *estivesse* sozinha, *poderia* continuar levando a vida de Marisa Letícia, que adora buscar na escola o neto Thiago, de 6 anos, ou andar a pé por São Bernardo do Campo (SP), onde nasceu e vive há 52 anos." (Revista *Cláudia*, dez/2002, n° 12, ano 41, p. 35)

(2) *Cantasse* você! (exemplo hipotético)
(Contexto: Um amigo encontra outro e diz: "Não cantei porque você não cantou também." Então, recebe a resposta...)

Em (1) temos para *estivesse* e *poderia* o ponto de referência *imaginava*, ambos, momentos do evento/situação e ponto de referência, são passados e cotemporais. O que nos leva a essa interpretação é a forma verbal (*imaginava*), presente na oração principal, funcionando como ponto de referência para a oração subordinada.

Em (2), só conseguimos interpretar *cantasse* temporalmente como passado a partir do contexto anterior. Nesse sentido, o ponto de referência está na fala do outro.

ILARI (1997, p. 15) diz que em alguns casos "o momento de referência assume um papel autenticamente explicativo", sendo que às vezes o roteiro de interpretação cria uma situação aparentemente paradoxal, "pois ao invés de estabelecer uma relação temporal imediata entre o momento de fala e o momento de evento, reconstrói essa relação por intermédio do momento de referência".

Para GIVÓN (1993), o tempo de fala é o ponto de referência mais comum nas línguas. Assim, situações no passado, no presente e no futuro, associados ao tempo de fala, o tomariam como ponto de referência.

Esse, porém, não é o caso da presente pesquisa, uma vez que o tempo de fala nunca servirá de ponto de referência para o fenômeno estudado. Sendo nosso *corpus* formado por orações subordinadas, o ponto de referência estará na oração principal e, caso não esteja, encontrá-lo-emos no contexto.

Segundo MOURA (2000, p. 76), há "um certo tipo de contexto que está ligado às crenças assumidas pelo falante, e que ele imagina serem compartilhadas pelos interlocutores". E é nesse tipo de contexto que muitas vezes está presente o ponto de referência.

Já o ponto de referência temporal, expresso na oração principal, pode ocorrer na forma verbal, como ilustrado em (1) e que é pertinente à grande maioria de dados coletados para este trabalho, ou por advérbios.

A inclusão dessa pequena exposição sobre o ponto/momento de referência deve-se ao fato de que sem essa categoria praticamente não nos seria possível visualizar o fenômeno que ora abordamos, visto que a interpretação temporal dos tempos verbais *PIS*, *PII* e *FP* como passado depende do ponto de referência, como já expusemos no capítulo I.

Com a exposição deste capítulo, espera-se que a variável em estudo esteja devidamente definida: (i) quanto ao *tempo verbal* – é cotemporal a um ponto de referência passado, sendo o tempo relativo-absoluto; (ii) o *aspecto* é imperfectivo - usar-se-á a tipologia de Vendler para testagem (*estado, atividade, accomplishment, achievement*) adaptando-a a "graus aspectuais (imperfectivo)"; (iii) a *modalidade* é *irrealis* – para proceder à codificação dos dados para posteriores resultados, será feita uma escala: a) quando o entrevistado fala sobre o que achava que aconteceria e acontece; b) quando fala sobre o que achava que aconteceria e acaba não acontecendo; c) quando fala sobre o que é impossível/improvável de acontecer e d) quando fala sobre algo impossível de acontecer.

Passemos, então, aos procedimentos metodológicos necessários para a composição do nosso *corpus* definitivo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Constituição da amostra

Inicialmente, pensou-se em realizar a pesquisa utilizando somente dados de fala do Banco de Dados do *Projeto Entrevistas Sociolinguísticas*, da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, SC. Todavia, devido ao número reduzido de dados obtidos - de trinta e seis entrevistas, seis não apresentaram nenhum contexto propício para tal realização²⁷, ficando, assim, trinta entrevistas; nestas, foram encontrados, ao todo oitenta e duas ocorrências - recorreu-se, também ao *Banco de Dados do Projeto VARSUL* (Variação Linguística Urbana da Região Sul do País), disponibilizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Nesta coleta, conseguiram-se duzentos e oitenta e sete ocorrências, sendo que todas as trinta e seis entrevistas apresentaram dados, perfazendo um total de trezentos e sessenta e nove.

Tanto o *Projeto de Entrevistas Sociolinguísticas* como o *Projeto VARSUL* propõem-se à pesquisa sociolinguística²⁸: aquele desenvolvido a partir de informantes da cidade de Criciúma, tendo seus dados coletados nos anos 2000 e 2001²⁹; este, em quatro universidades dos três estados da região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No *Projeto VARSUL* optou-se pelo estudo de informantes de Florianópolis, cujos dados foram coletados na década de 90.

²⁷ Falar-se-á sobre tais contextos não-propícios em momento oportuno.

²⁸ Os bancos de dados são compostos de entrevistas com cerca de uma hora cada, gravadas em ambiente informal, visando ao vernáculo, estando disponíveis à comunidade acadêmica.

²⁹ Na época da coleta de dados, as entrevistas ainda não estavam digitadas, apenas transcritas das fitas. Os números das páginas das quais foram retiradas as ocorrências do fenômeno em estudo correspondem a essas transcrições, diferenciando-se, talvez, das páginas digitadas.

A estrutura sociolinguística aplicada à constituição dos Bancos distribui os informantes em sexo (masculino e feminino), idade (15-24, 25-49 e acima de 50 anos) e escolaridade (primário, ginásio e ensino médio).

4.2 Delimitação da Variável

Durante o período de levantamento de dados para a análise, surgiram muitas dúvidas: todos os contextos nos quais fosse possível fazer a comutação entre FP, PII e PIS seriam levados em conta, independentemente do fato de apresentarem idéias temporais diferentes? Que tipos de orações levar em consideração? Se orações subordinadas, que tempos verbais nas orações principais?

Uma primeira observação empírica levou-nos a perceber que as ocorrências seriam mais recorrentes (se não unicamente) em orações subordinadas. Então, como procedimento de análise, partimos, inicialmente, do levantamento de todos os empregos dos três tempos verbais em questão em orações subordinadas (adjetivas, adverbiais e substantivas, independentemente da natureza do verbo da oração principal). Restringimo-nos, posteriormente, a uma função geral: 'cotemporalidade a um ponto de referência passado'. Dizendo pouco, ainda, coube-nos a tarefa de instituir critérios os mais objetivos possíveis para a operacionalização do fenômeno, como estabelecermos algumas restrições que permitissem olhar com uma margem razoável de segurança os dados para análise.

4.2.1 A restrição relacional

Como dito anteriormente, partimos para a observação de uma função geral (função esta exercida por três formas, em princípio: FP, PIS e PII), que é 'cotemporalidade a um ponto de referência passado', cuja posição é preenchida, na maioria das vezes, pelo verbo da oração principal³⁰, excetuando-se aqueles casos de orações subordinadas

³⁰ Pelas substituições feitas quando da confecção de trabalhos anteriores, vimos que os verbos das orações principais devem estar, preferencialmente, conjugados no pretérito perfeito, no futuro do pretérito ou no pretérito imperfeito (modo indicativo). Assim, optamos por seguir uma regra geral: quando a subordinação é devida a uma forma verbal, esta deve estar numa das três citadas acima.

adjetivas, por exemplo, cuja subordinação é devida a um nome³¹. Exemplificamos essa cotemporalidade com (1), (2) e (3), abaixo:

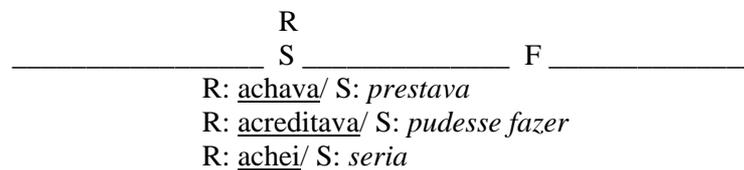
(1) "Hoje eu como de tudo; naquela época, achava que ensopado nada prestava, então, era o bife, né?" (CRI 03, p. 42)

(2) "... então um relógio por um real, um dólar era 85 centavos, aqui no Brasil a gente não acreditava que ele pudesse fazer isso, né?" (CRI 03, p. 71)

(3) "Coloquei meu filho naquela escola. Eu coloquei porque eu achei que seria uma escolinha normal."³² (CRI 22, p. 112)

Para os três exemplos citados, temos o diagrama abaixo:

(4)



Imposta essa restrição, excluímos da análise casos de PII, PIS ou FP que representassem posterioridade a um ponto de referência passado, cotemporalidade ao momento da fala, ou futuridade ao momento da fala, como os ilustrados a seguir.

4.2.1.1 Posterioridade a um ponto de referência passado

Aqui, encaixam-se as situações que se localizam à direita do ponto de referência, entre este e o momento da fala. Desta forma, mesmo sendo anterior ao momento da fala, portanto, uma situação passada, é posterior ao momento de referência, conforme o diagrama (5), abaixo:

(5)



Percebe-se claramente que uma ocorrência que se encaixe no diagrama (5) difere de uma que se encaixe em (4), não fazendo, por isso, parte do *corpus* analisado.

Exemplifiquemos tais casos:

³¹ Como exemplo desse tipo de subordinação, veja-se: "E era difícil alguém que *tivesse* um carro naquela época." (CRI 03, p. 10), onde o a forma verbal *tivesse* é subordinada ao nome *alguém*, não à forma verbal *era*, que, ainda assim, é o ponto de referência.

³² No exemplo (3), a informante usa *seria* em um contexto assim: "...porque eu achei que *era/fosse* uma escolinha normal".

(5) "...eu pensei que depois que eu *começasse* a pagar os meus estudos..." (CRI 17, p. 44)

R	S	F
<u>pensei</u>	<i>começasse</i>	

(6) "E, mas daí quando fizeram o primeiro gol, daí nós, aí acho que todo mundo já acreditava que nós *ia ser* campeão mesmo." (CRI 26, p. 109)

R	S	F
<u>acreditava</u>	<i>ia ser</i>	

(7) "Os ossos dos quadris, as costelas, os braços, todos esses ossos que ainda agora saltavam espalhados no caminho, a dançar, a dançar, foram pouco a pouco se ajuntando e embutindo uns nos outros, até que o esqueleto se apresentou inteiro, faltando só a cabeça. Pensei que nada mais *teria que ver*; mas ainda me faltava o mais feito." (B. G., *A dança dos ossos*, p. 11)

R	S	F
<u>pensei</u>	<i>teria que ver</i>	

O PIS, o PII e o FP, respectivamente, apresentados nos exemplos acima, representam situações posteriores ao ponto de referência e anteriores ao momento da fala. Não podiam, portanto, ser incluídas em uma análise que pressupõe uma relação de cotemporalidade a um ponto de referência passado

Embora possamos fazer a comutação pelas formas em estudo, como no exemplo (6), repetido abaixo, estas não possuem a mesma função que nos propomos estudar:

(6-a) E, mas daí quando fizeram o primeiro gol, daí nós, aí acho que todo mundo já acreditava que nós *ía(mos) ser / iríamos ser / fôssemos ser* campeão mesmo.

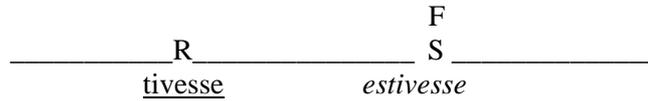
4.2.1.2 Cotemporalidade ao momento da fala

A cotemporalidade é um fator necessário para o fenômeno ora investigado; porém, há outro caso de cotemporalidade, bastante recorrente, que é a cotemporalidade ao tempo da fala, em cuja linha temporal a situação e o momento de fala, simultaneamente, situam-se à direita do ponto de referência, representada aqui pelos exemplos (8) e (9):

(8) "Queríamos que ela *estivesse* aqui ainda com a gente." (CRI 19, p. 97)



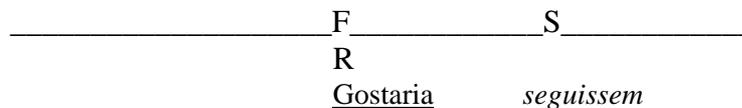
(9) "Se o mundo tivesse conhecimento o porquê da nossa permanência aqui e o que ocorreu, e que eles têm conhecimento disso através das escrituras, talvez hoje o mundo não *estivesse* como está." (FLN 16, p. 22)



Como vimos, também aqui os diagramas diferem daqueles nos quais se inserem os contextos que constituem o nosso campo de pesquisa, exemplificado em (4), acima, não nos cabendo outra alternativa senão eliminarmos tais dados.

4.2.1.3 Futuridade ao momento da fala

(10) "Então eu quero estar dentro da minha casa sossegado, com o espírito sossegado, e gostaria até que os meus filhos *seguissem* esse ritmo meu." (FLN 12, p. 22)



A observação do diagrama feito para o exemplo (10), acima, leva-nos à percepção de que a situação acomoda-se à direita do ponto de referência, que é simultâneo ao momento da fala³³. Isso porque, nesse caso, o fato de os filhos seguirem o ritmo do falante, além de incerto, projeta-se para o futuro.

Casos como esse, apesar de serem da modalidade *irrealis*, de constituírem uma oração subordinada e de apresentarem uma forma verbal estudada nesta pesquisa, também não foram incluídos em nosso envelope de estudos.

4.2.2 Expressões cristalizadas

Expressões presentes categoricamente sob a forma do PIS, conforme (11), (12) e (13), expressando comparação de igualdade, foram excluídos do *corpus* para que não houvesse um enviesamento dos resultados.

³³ Observe-se que nesse exemplo *-ria* é usado com valor temporal de presente, uma das variáveis controladas por Silva (1998).

(11) "E eu ia na marra com ela. E dava bênção pra ela, chamava ela de senhora. Respeitava *como se ela fosse uma tia mais velha*." (FLN 8, p. 17)

(12) "O coringa é uma carta que puxas do monte, então, ela é o inverso da outra, né? *como se fosse um ás de espadas*, então, é o inverso, né?" (FLN 10, 14)

(13) "Então você sabia a quantidade de água que choveu, porque tem o aparelho e o aparelho vai marcando tudo na corda, né? *como se fosse um relógio*." (FLN 23, p. 13)

A eliminação de dados como esses deu-se porque observamos que sempre que aparece tal estrutura (...como se...) o tempo verbal empregado é o PIS.

4.2.3 Substituição

A última restrição foi a substituição, para verificar se as três formas em estudo são realmente substituíveis no mesmo contexto, com o mesmo significado representacional, para serem consideradas variantes de uma mesma variável. E foi aqui que nos deparamos com um problema: os casos em que o FP entra como variante das formas do PIS e do PII³⁴. Verificamos que eram pouquíssimas as vezes em que tal forma verbal entrava como variante dessas últimas, se fossem levadas em conta todas as restrições já descritas.

A inclusão do FP como possível variante da variável ora estudada deu-se, além da observação de alguns dados em que ele aparecia com tal valor, devido a pesquisas já realizadas com este tempo verbal, como CAMARA JR (1967). Para o autor, as formas em *-ria*³⁵ podem funcionar em ambientes condicionais e como futuro do pretérito, que seria o que em algum tempo foi futuro, ou seja, futuro em relação a um ponto de referência passado. Este tempo pode ter sido cumprido, estar ainda por se cumprir ou pode não ter passado de uma previsão errônea, sendo este último o campo do irreal, como em *Êle disse que viria amanhã* (*ibidem*, p. 45).

CAMARA JR. (*op. cit.*) sugere que o *futuro do pretérito pode variar com o pretérito imperfeito do indicativo*³⁶ e o *pretérito imperfeito do subjuntivo*³⁷, e que um

³⁴ Vale dizer que o FP apareceu somente oito vezes, dentre os trezentos e sessenta e nove dados coletados, em contextos de orações subordinadas. Uma rápida explanação desses dados segue em anexo.

³⁵ O título desta obra é *A forma verbal portuguesa em -ria*, que reflete a decisão do autor de não tomar partido quanto à nomenclatura gramatical.

³⁶ O uso do imperfeito na função de futuro do pretérito é relacionado a uma falta de projeção do fato num tempo futuro, isto é, é uma forma de predizer de maneira mais palpável uma hipótese, em vez de deixá-la na distância.

³⁷ "O pretérito imperfeito do subjuntivo é que era, na língua clássica, o tempo próprio da correlação condicional irreal" (p. 69), ou seja, funcionava como um futuro do pretérito já em latim.

mesmo usuário pode usar as três formas em um só texto; são, pois "variantes mórficas de uma mesma significação básica, que às vezes, até, alternam num dado contexto sob impulsos estilísticos, em que entram o propósito de quebrar a monotonia e, mais ainda, a de acentuar certas diferenças modais" (CAMARA JR, 1967, p. 46). O autor recorre a exemplos da literatura para demonstrar as diversas nuances do futuro do pretérito: em (A), abaixo, vê-se que o futuro do pretérito pode ter como variante o pretérito imperfeito do indicativo e em (B) mostra haver possibilidade de variação também com o pretérito imperfeito do subjuntivo:

(A) "... a sua primeira visita, como de razão, *seria* para minha senhora. Mas não se *ia* sem aparecer também ao seu aio velho." (*ibidem*, p. 74)

(B) "Eu, se lá *fôsse*, não *ia* em jejum. *Pegava* de algumas opiniões sólidas e francesas, e metia-as na cabeça com facilidade; só não me *valeria* das muletas do bom Larousse, se êle não as *tivesse* em casa; mas *havia* de tê-las... E *iria* sentar-me e esperar, um tanto nervoso, irrequieto, sem atinar com o binóculo par a revista dos camarotes... Em vão Amália, posta no camarote, em frente à mãe, *lançaria* os olhos para mim, assustada com a minha indiferença e perguntando a si mesma que me *teria* feito. Eu, têsó, espero que as portas do templo se abram, que a harmonia do céu me chamem aos pés do divino mestre; não sei de Amália, não quero saber dos seus olhos de turquesa." (*ibidem*, p. 77)

O autor atesta, ainda, que o futuro do pretérito encerra propriedades modais de irrealidade, entretanto, fala da possibilidade de essa irrealidade vir do próprio contexto do enunciado. "A forma em -ria acarreta assim, em regra, um adendo condicionante e uma significação de evento irreal, em consequência da sua própria natureza temporal de futuro em relação a um pretérito" (*ibidem*, p. 59), bem dizendo que condição e irrealidade andam juntas.

Todavia, em nosso trabalho, apesar de todos os indícios de que a forma verbal de FP pudesse fazer parte da variável em estudo, essa forma teve de ser abandonada, pois precisaríamos de um outro tipo de tratamento quantitativo e qualitativo para sabermos como e quando ela é variante das formas do PIS e do PII.

Consideremos os exemplos:

(14) "Eu coloquei porque eu achei que *seria* uma escolinha normal." (CRI 22, 112)

(14-a) ... achei que *fosse* uma escolinha normal.

(14-b) ... achei que *era* uma escolinha normal.

Nessas trocas efetuadas, a incerteza de a escolinha *ser* normal permanece a mesma nos três casos, portanto, a modalidade *irrealis* é mantida, independente da forma

verbal utilizada na oração subordinada. Nos três exemplos a situação (*seria/fosse/era*) é cotemporal ao *achei*, ou seja, o mesmo valor temporal. Mas isso não aconteceu com todos as ocorrências de formas verbais do FP em orações subordinadas:

(15) "... porque eu achava que ele *estava me enganando* direto, que ele *era* safado também." (CRI 23, p. 77)

(15-a) ... achava que ele *estivesse me enganando* direto, que ele *fosse* safado também.

(15-b) ... achava que ele *estaria me enganando* direto, que ele *seria* safado também.

Já nessas trocas, quando colocamos *estaria me enganando/seria*, o dado parece fugir do contexto delimitado: a 'cotemporalidade a um ponto de referência passado'. Então, a questão quatro, descrita na seção 3 do capítulo I, repetida a seguir, ficaria fora do escopo desta pesquisa, sendo remetida para estudos futuros.

Questão: Por que, aparentemente, a forma verbal de FP aparece menos que a de PII nos contextos estudados? O que restringe seu uso?

Quanto à hipótese 5, naquela mesma seção, repetida a seguir, no que diz respeito ao uso do FP, continuará valendo, talvez, para uma próxima pesquisa.

Hipótese: Quanto à frequência de uso das formas verbais, pressupõe-se que as formas que têm mais funções a desempenhar apareçam menos nos contextos em estudo. Assim, o FP, por exemplo, já teria a função de futuridade que lhe é característica, aparecendo, pois, menos na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado. As formas verbais plenas devem aparecer mais nos contextos sob análise do que as perífrases, cujo uso remeteria prioritariamente a um contexto de futuridade.

Assim, o uso do FP é limitado quando se refere à cotemporalidade a um ponto de referência passado. Pensamos que esse fator se dá devido à escolha desta forma verbal para codificar futuridade ao ponto de referência, sendo esta uma função inerente ao FP. Outra função desta forma verbal é a de cortesia (*Poderia me passar o açúcar?*). Então, os falantes ainda hesitariam em usá-la para outras funções.

COSTA (1997) já havia constatado que o FP aparece mais na escrita do que na fala, mesmo em períodos hipotéticos, contextos cuja forma prevista é esta.

Dessa forma, em virtude da limitação de comutação entre as três possibilidades de uso (PIS, PII e FP) em orações subordinadas com o mesmo valor representacional, em todas as permutas feitas, optamos por abandonar o FP³⁸, passando, então, a ser nossa variável binária: PII/PIS

³⁸ Uma rápida explanação/análise dos dados com FP está no anexo 2.

Tendo selecionado os dados objetivamente mediante controle das diferentes restrições, pretendemos descobrir contextos que favoreçam o uso de uma ou outra forma verbal na oração subordinada.

4.3 Análise quantitativa

Depois de selecionados, os dados foram submetidos ao modelo estatístico aplicado à sociolinguística quantitativa, o programa computacional VARBRUL (Pintzuk, 1988), que calcula o número de ocorrências das variantes em correlação com os fatores controlados, sua frequência em percentual, e ainda estabelece os níveis de interatividade dos grupos de fatores em termos de pesos relativos, com cálculos probabilísticos.

O cálculo de probabilidades atua em níveis. Em um primeiro nível, o programa calcula a probabilidade de atuação de cada grupo de fatores separadamente, selecionando o grupo mais significativo para a escolha das variantes. Feito isso, o segundo nível do programa faz interagir o primeiro grupo significativo com os demais, testando a significância de cada novo grupo e selecionando o próximo grupo de fatores estatisticamente relevante, operando sucessivamente até que nenhum outro grupo seja selecionado.

A relevância do programa está na interação dos grupos de fatores controlados na pesquisa, estabelecendo os níveis hierárquicos de significância desses grupos para a seleção das variantes linguísticas analisadas.

Os resultados numéricos obtidos pelo programa só têm valores estatísticos. Segundo NARO (2003, p. 25), o VARBRUL constitui-se como "uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações linguísticas", cabendo, portanto, ao linguísta a sua interpretação e atribuição de valores linguísticos.

4.4 Variável dependente e variáveis independentes

Podemos dizer que a variável dependente é constituída por duas formas verbais: pretérito imperfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo, sendo que o pretérito imperfeito do indicativo foi considerado como a aplicação da regra. O futuro do

pretérito não foi utilizado como variante porque, além de apenas oito formas terem sido encontradas, entre as trezentos e sessenta e nove codificadas, houve, quando procedemos às substituições necessárias para verificação da variação entre as três formas pesquisadas, incompatibilidade de manutenção do mesmo valor representacional.

Correlacionadas à variável dependente, foram analisadas variáveis lingüísticas e sociais. Foram testados os seguintes grupos de fatores lingüísticos: *tempo verbal da oração principal; presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal; tipo do verbo da oração principal; modalidade da subordinada; tipo da oração subordinada; conjugação do verbo da oração subordinada; presença/ausência de locução verbal na oração subordinada; tipo de verbo auxiliar; aspecto da subordinada; paralelismo*. Quanto aos grupos de fatores sociais: *sexo; cidade; escolaridade; e idade*.

4.5 Os grupos de fatores

A linguagem pode ser definida metodologicamente baseando-se no texto; ou cognitivamente, no processo (GIVÓN, 1995, p. 343), estabelecendo-se, dessa forma, "num ponto intermediário do pareamento entre cognição e discurso, envolvendo o processamento da informação tanto em termos de elaboração mental como de codificação verbal" (COAN, 1997, p. 100).

Sendo o Funcionalismo Lingüístico um dos suportes em que nos apoiamos para a realização da presente pesquisa, não podemos deixar de pensar sobre as motivações de natureza cognitiva/discursiva que levam o falante a optar entre uma ou outra forma verbal, em nosso caso: o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo. Assim, tendo por base, principalmente, os postulados funcionalistas³⁹, neste capítulo, apresentaremos os grupos de fatores lingüísticos que foram analisados, correspondendo a motivações de ordem gramatical, forças internas à língua.

Como nosso trabalho é também de natureza sociolingüística, torna-se inevitável que controlemos variáveis de natureza social ou extralingüística. Assim, apresentaremos os grupos de fatores desta gama, explicitando aqueles correspondentes às motivações de forças externas à língua.

³⁹ Não estamos assumindo que todos os grupos lingüísticos são de natureza funcional, mas tomando por base principalmente tal natureza.

A explanação dos grupos de fatores está assim arranjada: primeiramente estão as discussões sobre os grupos de fatores lingüísticos; em seguida estão os grupos de fatores sociais.

Antes de optar pelo conjunto de grupos de fatores definitivos, foram realizados dois estudos pilotos⁴⁰, nos quais foram testados diversos grupos de fatores, tais como: a) modo e tempo do verbo na oração subordinada; b) modo e tempo do verbo na oração principal; c) tipo de verbo na oração principal; d) conjugação verbal da oração subordinada; e) presença/ausência de locução verbal na oração subordinada; f) tipo de verbo auxiliar da oração subordinada; g) sexo; e h) escolaridade. Ao longo do estudo, foram acrescentados alguns grupos, outros foram sendo modificados, para que tentássemos dar conta do porquê do uso das formas verbais ora em estudo. Vale lembrar que já nesses estudos pilotos a presença da forma de futuro do pretérito foi mínima e também lá foi abandonada, sendo as rodadas estatísticas binárias.

A seguir, serão tecidos comentários mais detalhados sobre os grupos de fatores considerados, bem como as hipóteses que nos levaram a optar pelos mesmos.

4.5.1 Tempo verbal da oração principal

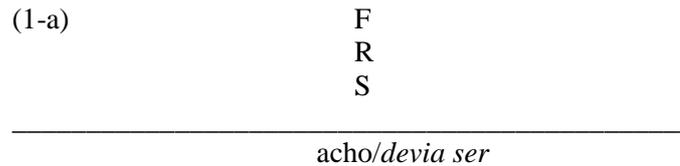
O primeiro grupo de fatores lingüísticos foi chamado de *tempo verbal da oração principal*, dividido em três fatores: *pretérito perfeito do indicativo*, *pretérito imperfeito do indicativo*, e *futuro do pretérito*.

O foco desta pesquisa é a cotemporalidade a um ponto de referência passado, sendo que o verbo da oração principal é, na grande maioria das vezes, o que garante relação temporal. Em se tratando de ponto de referência 'passado', vimos que em exemplos cujos verbos das orações principais fossem empregados em outros tempos que não esses mencionados, o ponto de referência se deslocaria ou para o momento da fala, ou para o lado direito deste, dando, então, idéia de cotemporalidade a um ponto de referência presente ou de futuridade. Vejamos (1) abaixo:

(1) "O governo não colabora, acho que o estudo *devia* ser à vontade, para quem quiser. Deveria ser, é verdade! E a medicina eu acho que também *devia* ser do governo, nem que ele cobrasse..." (CRI 02, p. 35)

⁴⁰ Um trabalho apresentado à disciplina de Sociolingüística, ministrada pelas professoras Edair Görski e Izete Coelho no primeiro semestre/2003, e um apresentado à disciplina de Gramática Funcional, ministrada pela professora Edair Görski, no segundo semestre/2003.

Nesse exemplo, se recortarmos o período composto *acho que o estudo devia ser à vontade*, mesmo que o verbo da oração subordinada se apresente numa das formas estudadas nesta dissertação (*devia ser* (pretérito imperfeito do indicativo)), não temos cotemporalidade a um ponto de referência passado, como exemplificado no diagrama (1-a), a seguir, e sim cotemporalidade a um ponto de referência presente:

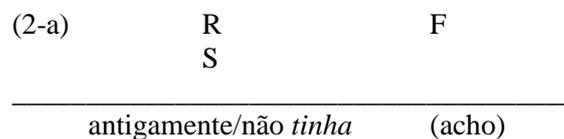


Nota-se que os três pontos da linha temporal (momento da fala, ponto de referência e momento da situação) são cotemporais e dão idéia de presente. O fato de o falante *achar* que o estudo *devia ser à vontade* é concomitante ao momento da fala, assim como acontece com o outro enunciado nesse mesmo exemplo: *eu acho que também devia ser do governo*.

Já em (2), ainda que o verbo da oração subordinada esteja também no PII e o da oração principal no presente, como no exemplo (1), a idéia de cotemporalidade a um ponto de referência presente não se mantém; há, isso sim, cotemporalidade a um ponto de referência passado, porém, com restrições na substituição pela outra forma verbal (PIS) por nós estudada, mantendo o mesmo valor representacional. Vejamos:

(2) "Está tendo assaltos, eu acho que antigamente não *tinha* assalto..." (CRI 06, p. 84)

Comparemos o diagrama (2-a) para esse dado com o anterior, (1-a):



Nesse caso, temos uma situação passada cujo ponto de referência é o advérbio *antigamente*. Note-se que, embora possamos falar em anterioridade ao momento da fala e cotemporalidade a um ponto de referência passado, de forma alguma poderíamos afirmar que a forma verbal *tinha* é comutável por *tivesse*: * *acho que antigamente não tivesse assalto*. Essa restrição se deve ao fato de o verbo da oração principal estar no tempo verbal presente.

Com os casos ora em análise, como veremos em (3), (4) e (5), na seqüência, com seus respectivos diagramas, a conjugação verbal da oração principal não deve inibir a comutação de formas do PII por PIS, ou vice-versa:

(3) "Naquela época a carne seca era comida de pobre, então o pai trazia aquela manta de carne seca, manta grande, um quilo, dois quilos, o que ele achava que *devia trazer*, ele trazia." (FLP 02, p. 19)

(3-a) R F
 S

R: achava/S: *devia trazer*

(4) "Eu tinha a minha letra muito feia, e ela lia lá na frente a redação, aquelas que ela achava que *dava* pra avacalhar." (CRI 03, p. 24)

(4-a) R F
 S

R: achava/S: *dava*

(5) "... o próprio INAMPS paga pouco aos médicos. Eu acharia que médico *tinha que ser* assim: um regime militar." (FLP 16, p. 09)

(5-a) R F
 S

R: acharia/S: *tinha que ser*

Percebe-se, nos exemplos acima, que a forma verbal cuja função na linha do tempo é a da *situação* é cotemporal à forma verbal que faz o papel de *ponto de referência*. Em (3), o fato de o pai do entrevistado *achar* e *dever trazer* a manta de carne seca para casa são fatos passados e cotemporais, depois desse pensamento relativo à carne (o dever ou não trazer) é que ele trazia. Em (4), a professora lia a redação do entrevistado na frente dos outros alunos, mas somente aquelas que ela *achava* que *dava pra avacalhar*, isto é, naquele momento, caso ela achasse que estava constrangendo o aluno, ela lia, caso contrário, não. Assim, como em (5), em que *achar* e *ter que ser* são cotemporais: houve um problema de saúde com a filha de uma amiga, no passado, e ela não foi bem atendida; na época, disseram que era por conta dos baixos salários que o INAMPS pagava, aí o falante achou, naquele momento, que o sistema médico *tinha que ser* militar.

A partir dos exemplos desta seção, podemos dizer que existem dois sistemas temporais na língua: um relacionado diretamente ao momento da fala e outro ordenado em função dos tempos de referência contidos nos contextos conversacionais (cf FIORIN,

1996, p. 145). No primeiro, como exemplificamos em (1), o ponto de referência se organiza conforme o momento da fala, sendo diretamente ligado a ele. No segundo, o momento da situação é ordenado em relação ao ponto de referência, localizado num tempo diferente do momento da fala, podendo a situação ser anterior, posterior ou simultânea ao ponto de referência. No caso do nosso objeto de estudo, como vimos, a *situação* deve ser anterior ao momento da fala e cotemporal a um *ponto de referência*, assim, sendo as formas verbais das orações principais de pretérito imperfeito, pretérito perfeito ou futuro do pretérito, tal relação é mais facilmente depreendida.

4.5.1.1 Hipóteses

Para ILARI (1997), a conjugação do verbo da oração subordinada é, muitas vezes, condicionada pela da oração principal, princípio com o qual concordamos. Por isso a inclusão do presente grupo de fatores em nossa pesquisa, pois, embora em alguns casos a referência seja retirada do contexto do texto, como em (6), na maioria das vezes é o verbo da oração principal que vai fazer as vezes de ponto de referência.

(6) "Era assim como eu estou falando. A gente achava uma pessoa pra ficar com a gente, uns tempos, pra ajudar. A gente pagava, aí a pessoa ficava ali, né? Não é dizer que *era* uma empregada. Era uma pessoa pra serviço." (FLP 08, p. 19)

Em (6), *era* é subordinado a todo o contexto das orações anteriores, podemos dizer que a forma verbal é cotemporal e passada pelo contexto, a informante fala sobre algo passado e costumeiro (o fato de contratarem pessoas para trabalhar em casa), quando menciona a pessoa que trabalha, refere-se a ela também no passado, sendo cotemporal a *achava* e *pagava*. No entanto, na maioria das vezes, é a própria forma verbal da oração principal que funciona como ponto de referência, ao qual se ancoram as *situações*, representadas pelas formas verbais das orações subordinadas.

A hipótese que temos é que orações subordinadas que têm como regentes formas verbais de PII apresentem também o PII, talvez por ser essa uma forma com um caráter mais *irrealis* do que a do pretérito perfeito do indicativo. Quanto à forma verbal de futuro do pretérito na oração regente, acreditamos que aparecerá em um número bastante reduzido de vezes, justamente por ser esta uma forma verbal portadora de um caráter maior de futuridade. O uso do PIS, então, seria favorecido quando há o uso do pretérito perfeito na oração principal.

4.5.2 Presença / ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal

Esse grupo é dividido em dois fatores: *ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal* e *presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal*⁴¹. Foi elaborado para que testássemos se o fato de haver ou não advérbios ou locuções adverbiais na oração principal influenciaria na escolha do PII ou do PIS na oração subordinada.

Como exemplificado em (2), acima, um advérbio pode funcionar como o ponto de referência para o uso desses tempos verbais na oração subordinada; todavia, não é somente desses casos que falamos neste momento, uma vez que a ausência destes não impede que haja uma referência passada, que será preenchida por outros elementos contidos no discurso. Aqui, queremos tão somente averiguar se o fato de haver ou não advérbios ou locuções adverbiais na oração principal condicionará o uso de PII ou PIS na oração subordinada. Observemos (7) e (8):

(7) "E eu olhei assim, pensei que *era* um problema e fui ver *era* uma criança. Eu achava que *era* problema de fígado. " (CRI 23, p. 42)

(8) "... então um relógio por um real, um dólar era 85 centavos, aqui no Brasil a gente NÃO acreditava que ele *pudesse fazer* isso, né?" (CRI 03, p. 71)

No exemplo (7), pode-se notar que não há advérbio ou locução adverbial nas orações principais *pensei* e *eu achava*. Já em (8) existe um advérbio de negação (não) na oração principal *não acreditava*. Apresentamos, a seguir, nossa hipótese a esse respeito.

4.5.2.1 Hipóteses

Em um dos trabalhos feitos anteriormente, foi aplicado um teste escrito com alunos de oitava série do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio. Isso porque se pensava em trabalhar apenas com orações subordinadas substantivas com verbos cognitivos na oração principal. Com a aplicação deste teste⁴², percebeu-se que quando havia advérbio ou locução adverbial na oração principal, o aluno tendia a usar o PIS na oração subordinada. É como se tal presença influenciasse nesse uso, talvez porque quando

⁴¹ Não fizemos restrições quanto à circunstância que o advérbio ou a locução adverbial indicam. Atentamos somente para a presença ou ausência destes.

⁴² Uma cópia desse teste encontra-se em anexo para uma observação mais detalhada.

usamos um *nunca*, um *jamais* ou um *não* temos o fato sobre o qual vamos falar como mais incerto, o que, cognitivamente (cf GIVÓN 1995), pede o PIS.

Assim, a hipótese que norteia a inclusão desse grupo de fatores é que a presença de advérbios ou locuções adverbiais inibe o uso do PII nas orações subordinadas.

4.5.3 Tipo de verbo na oração principal

O grupo de fatores 'tipo de verbo na oração principal' subdivide-se em *verbos cognitivos na oração principal* (9) e *outros verbos na oração principal* (10).

(9) "Eu pensei que *era* eu, né? que ele *tinha me chamado* e eu fui atrás dele..." (CRI 23, p. 39)

(10) "Ele começou impondo a cultura deles, fazendo que a cultura deles *era* melhor do que a nossa." (CRI 03, p. 45)

Identificamos como cognitivos os verbos *pensar*, *achar*, *imaginar* e *esperar*⁴³ por apresentarem uma relação de sinonímia (CF LYONS, 1987) entre si, considerando *pensar* como o verbete, que, para nós é cognitivo por remeter a pensamento, mente, cérebro. Com isso, não pretendemos afirmar que existam apenas esses verbos que podem ser classificados como cognitivos, optamos por eles por serem os mais recorrentes na fala, conforme observações anteriores. Vejamos o que trazem alguns dicionários:

Pensar, v. (1. *Pensare*, freq. de *pendere*). 1. Intr. Combinar idéias, formar pensamento. 2. Tr. ind. Meditar, refletir em. 3. Intr. Ser de tal ou qual parecer. 4. Tr. dir. julgar, supor. 5. Intr. Raciocinar. 6. Tr. ind. Estar preocupado, ter cuidado. S. m. 1. Pensamento. 2. Opinião. 3. Prudência, tino. (BARSA, 1980, p. 923)

Pensar, v. t. - Avaliar pelo raciocínio; julgar, supor. Ter no espírito. Meditar. Acreditar, julgar. Prever, imaginar. Fazer idéia, formar conceito a respeito de. Cogitar, refletir. V. int. - Formar ou combinar idéias. Ter certo parecer ou certa opinião. Ter presente no pensamento, na mente. Refletir, ponderar. Fazer tenção. Raciocinar. Aspirar a . Estar preocupado; ter cuidado. V. t. - Aplicar o curativo ou os remédios necessários. (Dicionário de Verbos, 1983, p. 420 [grifo nosso])

Pensar, v int. Formar idéias; refletir; raciocinar; ter cuidado; t. imaginar; julgar, ter no espírito; dar razão (ao gado); tratar convenientemente; fazer curativo a; pôr pensos em; s. m. pensamento; opinião; prudência. (BUENO, 1992, p. 504 [grifo nosso])

Pensar, v. int. cominar idéias, raciocinar, refletir, cogitar. (SCOTTINI, 1999, p. 344)

⁴³ Ilari (1997) trata o verbo *esperar* como de expectativa.

Apesar de os dicionários não mencionarem os quatro verbos como sinônimos, observamos que no uso diário eles podem se comportar como tais.

Outros verbos na oração principal: nesse grupo colocamos os demais verbos que não possuem comportamento cognitivo, como *fazer*, *gostar*, *querer*, a exemplo de (11) e (12), a seguir:

(11) "... queriam que ele *viesses* dar aula naquele colégio grande ali..." (CRI 07, 92)

(12) "Depois que eu entrei na fábrica, então aí que era pior. Uma vez, eu me lembro bem, que eu tinha um namorado, ele era policial, ela não gostava que eu *namorasse* com policial, porque dizia que policial não valia nada." (FLP 08, p.14)

4.5.3.1 Hipóteses

Conforme o exposto na seção 6.2 desde capítulo, foram feitos dois trabalhos anteriores para que fosse possível ter uma visão preliminar a respeito do fenômeno em estudo. Em um deles, foram utilizados dados de escrita cujos verbos das orações principais eram cognitivos, isso por acreditarmos que esse tipo de verbo induz ao uso do PII na oração subordinada. Essa hipótese foi corroborada.

No presente trabalho, continuamos com esta hipótese: a presença de verbos cognitivos na oração principal facilita o uso do PII nas orações subordinadas, ao passo que verbos não cognitivos inibem esse uso, apresentando, então, as formas do PIS nas orações subordinadas. Isso devido ao caráter já *irrealis* de uma forma verbal como *pensei*, *imaginava* ou *achava*, uma vez que quando pensamos sobre algo ou imaginamos alguma situação, não temos certeza acerca do que pensamos ou imaginamos, não necessitando, então, usar o PIS na oração subordinada para codificar incerteza. Ao passo que com uma forma verbal como *gostava* ou *queria*, o caráter *irrealis* fica para o uso do PIS na oração subordinada, pois quem gosta ou quer algo, já deve ter certeza do que gosta ou quer.

4.5.4 Modalidade

Consideramos esse grupo de fatores de suma importância, uma vez que pretendemos verificar em que situações a modalidade *irrealis* apresenta-se com formas do PII e em que situações apresenta-se com formas do PIS, posto que a questão da modalidade parece exercer grande influência na escolha por uma das formas. Para tanto, o grupo

'modalidade' foi dividido em quatro fatores: *quando se fala sobre o que achava que aconteceria e acontece* (13); *quando se fala sobre o que achava que aconteceria e não acontece* (14); *quando se fala sobre o que é impossível/improvável de acontecer* (15); e *quando se fala sobre algo imprevisível* (16).

(13) "É, eu fui convidado muito. Eu... Aí depois eu me arrependi porque não continuei, né? Porque ele achavam que eu *tinha* muita calma, que eu *era* assim..." (FLP 05, p. 12)

O fato de o falante ter calma, ser assim realmente acontece; hoje, quando discorre sobre isso, já sabe que é uma pessoa calma e que poderia ter continuado a carreira de ator, da qual desistiu para trabalhar. O caráter *irrealis* permanece no fato de que quando os colegas de encenação *achavam* que ele tinha calma, que serviria para ser ator, não sabiam bem ao certo se era bem isso que acontecia.

(14) "... virava e mexia, sempre tinha alguém que jogava na minha cara, né: 'ah, tu não és filha da avó, tu não és filha da mãe'. Então é uma coisa assim que por mais que eu *tentasse esquecer*, não dava." (FLP 03, p. 02)

Quando o falante diz que tentava esquecer (na oração subordinada adjetiva) o fato de não ser filha legítima, ela queria que isso de fato acontecesse, mas depois que o tempo passa, sabe que tal situação não foi possível de ser realizada.

(15) "Agora , eu acho que um pobre assalariado, vamos ter pena, seu Collor. Não dá de viver. Não pode viver assim. Achava que ele *podia olhar* mais um pouco com as pessoas que dependem do salário mínimo. E não está fácil de passar com um salário, não." (FLP 07, p. 11)

Em se tratando de governos, sabe-se que é impossível que olhem para cada um dos assalariados; por isso, o então Presidente da República Fernando Collor de Melo jamais iria *poder olhar* para aqueles que ganham salário mínimo. Seria bom, o falante gostaria que isso acontecesse, mas torna-se inviável devido ao sistema governamental brasileiro.

(16) "Ele se tocou, se abalou, tentou fazer alguma coisa pela aquelas pessoas q - Quem sabe ele pensou que não *tinha* mais perspectiva de vida, que *queria fazer* alguma coisa pelas pessoas que ainda tinham." (FLP 31, p. 23)

Quando o informante pensou não ter mais perspectiva de vida, daí querer ajudar os outros a terem, pensou que naquele momento o mais previsível era que isso acontecesse; porém, não deixa claro se é o que acontece ou não no restante de sua

informação. Por esse motivo, dados como esse foram incluídos no fator *quando se fala sobre algo imprevisível*, pois torna-se impossível descobrir se o fato acontece ou não.

4.5.4.1 Uso metafórico

O ponto de referência para a maioria das línguas com graus de distanciamento temporal parece ser o momento presente do enunciado (COMRIE, 1990), daí a premissa de que a linguagem é egocêntrica. Havendo formas alternantes, o falante tende a escolher os tempos verbais mais próximos a ele. Assim, as formas normalmente usadas para a modalidade *realis* apareceriam quando o falante tem maior certeza sobre o que fala, ou seja, o acontecimento acerca do assunto está mais próximo dele, mesmo tendo indícios de modalidade *irrealis*, como (17):

(17) "Se eu conhecia um amigo que *vinha*, 'vem um amigo, o meu amigo lá de Joinville vem aí'. Vamos lá comigo, vamos bater uma foto lá na Ponte Hercílio Luz..." (FLP 02, p. 14)

Se o informante usasse *viessa* (ou mesmo *conhecesse*), daria a impressão de que o amigo estava longe tanto espacial como emocionalmente (talvez o amigo nem existisse).

Segundo COAN:

aceitando, então, a sustentação de que em um modelo funcional de língua os significados básicos dos tempos verbais são localizados no componente referencial, temos observado a expansão do tempo verbal para este outro domínio expressivo, assim, o distanciamento temporal é metaforicamente convertido dentro de ocorrências lingüísticas cujos significados são realizados nesse domínio pragmático. (COAN, 2003, p. 105).

Esse sistema metafórico do qual fala a autora está subjacente à tendência dos falantes em usar o vocabulário do domínio externo (sócio-físico) no domínio interno (emocional e psicológico), segundo SWEETSER (1990), idéia corroborada por KOCH (1992, p. 53). Assim, por meio do ilustrado em (17), acima, pode-se interpretar *vinha/conhecia* como muito mais 'íntimo' para o informante do que *viessa/conhecesse*.

Embora a idéia de mais, ou menos, íntimo não esteja inserida diretamente nos fatores aqui analisados, acreditamos que quando o informante discorre sobre algo que viu ou soube que aconteceu realmente, isso é muito mais conhecido dele do que algo que não aconteceu ou que ele não sabe se aconteceu. Dessa forma, o falante fará uso das formas

verbais de PII quando tratar de assuntos conhecidos, íntimos, enquanto que para os assuntos menos conhecidos, mais distantes, o uso das formas verbais de PIS serão preferidas, que é nossa hipótese para este grupo de fatores, como afirmamos abaixo.

4.5.4.2 Hipóteses

Temos como hipótese, conforme o que foi dito acima, que quando o informante fala sobre algo que já vivenciou e sabe se aconteceu ou não, vai usar as formas do PII, por darem idéia de mais intimidade com o assunto abordado. Então, o fator *quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e acontece* seria relevante para tal uso. Já o PIS seria favorecido pelos grupos *quando se fala sobre algo impossível/improvável de acontecer* e *quando se fala sobre algo imprevisível*, que pode ou não ter acontecido.

4.5.5 Tipo de oração subordinada

Quando o primeiro trabalho foi feito, somente com informantes de Criciúma/SC, foram desconsiderados os dados cujas orações subordinadas fossem do tipo adjetivas, pois haviam aparecido em número bastante reduzido. Os resultados obtidos mostraram que as orações subordinadas substantivas favoreciam o uso do PII, enquanto que as adverbiais o inibiam.

No segundo trabalho, escolhemos trabalhar apenas com dados de orações substantivas, pretendendo verificar se realmente tais orações facilitavam o uso do PII.

Na presente pesquisa, optamos por considerar três fatores: *oração subordinada substantiva* (18); *oração subordinada adjetiva* (19); e *oração subordinada adverbial* (20).

(18) "Tinha, isso, tinha. Imagina, aqui tinha os bichas também - eu achei que era coisa nova." (CRI 01, p. 63)

(19) "... que nós fazíamos uma taipa, que era obrigado a fazer uma taipa *que encostasse até no teto*." (CRI 01, p. 28)

(20) "... e eu achava que eles iam ficar chateados *porque eu estava aplicando a injeção, né?*" (CRI 11, p. 156)

Optamos por esses fatores para testar se há uma espécie de relação sintática em particular que favoreça o uso de um ou outro tempo/modo verbal. Segundo ILARI (1997), nas orações substantivas o verbo da oração regente vai influenciar no uso do modo verbal;

nas adjetivas, o uso de formas do indicativo ou do subjuntivo é mais livre, porém, a opção por uma ou outra forma alterará modalmente o significado do período⁴⁴; nas orações adverbiais, há dois pontos, a interpretação temporal da principal depende da interpretação prévia da subordinada ou a interpretação temporal da subordinada depende da interpretação prévia da principal, sendo que a primeira "situação é própria das subordinadas temporais, a outra, de todas as demais subordinadas do português" (ILARI, 1997, p. 76).

4.5.5.1 Hipóteses

A grande hipótese para esse grupo de fatores é que as orações subordinadas substantivas formem um contexto altamente favorecedor do uso do PII. Acreditamos, inclusive, que esse seja um dos grupos mais significativos para tal uso, a exemplo do que já ocorreu em testes anteriores.

4.5.6 Conjugação verbal da oração subordinada

O grupo de fatores 'conjugação verbal da oração subordinada' foi dividido em três fatores: *verbo de primeira conjugação na oração subordinada*, exemplificado em (21); *verbo de segunda conjugação na oração subordinada*, como em (22); e *verbo de terceira conjugação na oração subordinada*, (23).

(21) "Ah! Não! Acho que não tinha nenhum que eu não *gostasse*, não." (CRI 14, p. 18)

(22) "... E era difícil alguém que *tivesse* um carro naquela época.." (CRI, 03, p. 10)

(23) "Só pensei que ela *ia tirar* o pé, (risos) no fim não deu tempo. Passei por cima." (CRI 17, p. 27)

⁴⁴ O autor exemplifica (p. 81): "O passaporte foi concedido aos que *tencionavam* viajar" e "O passaporte foi concedido aos que *quisessem* viajar". Na primeira frase, o passaporte foi concedido àqueles que já sabiam que iam viajar, enquanto que na segunda, o passaporte foi concedido a todos aqueles que decidissem viajar, não importando se já sabiam antes ou não. Porém, Ilari afirma que não é seu intuito falar sobre diferenças modais em seu livro, optando por descrever apenas aspectos temporais.

4.5.6.1 Hipóteses

Esse grupo de fatores foi criado para verificar se o tipo da conjugação verbal da oração subordinada exerce influência no uso do PII ou do PIS. Acreditamos que os verbos de primeira conjugação sejam os que apresentam mais vezes o PII por exigir menor esforço do falante. Por exemplo: *gostar* ⇒ *gostava*, *amar* **P** *amava*, quando a vogal 'a' (que indica a conjugação do verbo) é pronunciada, os articuladores vocais já estão preparados para pronunciar um novo 'a', ao passo que quando pronunciamos um verbo como *escrever* ⇒ *escrevia*, passamos de uma vogal fechada ('i') para uma aberta ('a'), exigindo maior esforço na articulação (cf. SILVA, 2002), o que também ocorrerá com verbos de terceira conjugação.

4.5.7 Presença / ausência de locução verbal na oração subordinada

Dois fatores formam esse grupo: *presença de locução verbal na oração subordinada* e *ausência de locução verbal na oração subordinada*. Em princípio, não se pensou em analisar dados com perífrases⁴⁵, pois estas davam a idéia de futuridade. Entretanto, a criação desse grupo deu-se em virtude da observação dos dados quando da coleta, uma vez que notamos a existência de formas perifrásticas cujo valor temporal era de cotemporalidade a um ponto de referência passado. Então, nosso *corpus* passou a ser composto de formas plenas e de perífrases, desde que apresentassem interpretação temporal de cotemporalidade a um ponto de referência passado. Observemos (24) e (25), abaixo:

(24) "... também se eu achava que ela não *queria dançar* comigo, ah, não dançava." (CRI 05, 60)

(25) "... depois proroguei mais outro ano, gostei mais, achei que aqui não *era* tanta responsabilidade." (CRI 05, 11)

Note-se que em (24) *querer dançar* é cotemporal a *achar*, uma vez que ambos (situação e referência) acontecem ao mesmo tempo, em algum ponto anterior ao momento da fala. É o caso, também, de (25), em que *ser tanta responsabilidade* é cotemporal a

⁴⁵ Usamos indistintamente a denominação 'locução verbal' e 'forma perifrástica'.

achar. Assim, percebe-se que há vezes em que tanto formas plenas como formas perifrásticas encaixam-se no fenômeno em estudo.

4.5.7.1 Hipóteses

Como dissemos, as formas perifrásticas parecem dar idéia de futuridade. Muitas vezes, inclusive, a permuta de uma por outra faz com que mude a interpretação temporal da sentença, como explanamos no capítulo destinado à apresentação do fenômeno em estudo. Contudo, há aquelas perífrases (exemplificadas na seção 6.4) que dão idéia de cotemporalidade a um ponto de referência passado. Diante desse impasse, acreditamos que as formas perifrásticas aparecerão com menos frequência nessa função, pois já possuem a função de futuridade. Então, hipoteticamente, formas plenas favorecerão o uso do PII nas orações subordinadas.

4.5.8 Tipo do verbo auxiliar

Esse grupo de fatores nasceu em consequência do anterior. Os dados que apresentam locução verbal na oração subordinada tiveram de ser codificados quanto ao tipo de verbo auxiliar apresentado. A divisão deu-se da seguinte forma: *verbo ir*; *verbo ser*; *verbo poder*; *verbo estar*; *verbo ter*; *verbo dever*; e *outros verbos*.

Vejamos um exemplo de cada situação, respectivamente:

(26) "Aí ele: 'tu gostas de mulher?' Aí eu disse: 'Ah! aí tu chegaste na parte boa, né?' 'Ah! eu pensei que tu *ias dizer* que não gostava também." (FLP 33, p. 20)

(27) "Eu não gostava muito dos livros que *eram* impostos, que *era* pra fazer ficha de leitura, essas coisas. Tudo que era obrigado eu não gostava muito de ler. Mas eu gostava de ler Agatha Christie, essas coisas assim, né?" (FLP 31, p. 01)

(28) "Eu acho que está meio não está ainda bem estabelecido ainda. Está meio conjuso. Pelo menos pra mim está confuso. No início todo mundo estava achando que ia ser a maior maravilha do mundo, né? que ia ser tudo, que *podia comprar* a torto e a direito. Todo mundo ficou pensando assim, que não ia ter inflação." (FLP 31, p. 08)

(29) "Aí chegou no outro dia, né? eu peguei já meio mentindo, né, eu pensei que *estava* mentindo. Aí no dia, de manhã cedinho eu fui lá falar com o outro guri que ele disse que estava lá." (FLP 26, p. 05)

(30) "Então um dia estava a senhora dele no varandão, né? e eu fui dar na mão dela as correspondências. Ela achava que eu *tinha* que colocar em cima da mesa. Mas eu disse que tinha serviço, né? tentei conversar." (FLP 14, p. 02)

(31) "Ah, foi bem feita. Só que eu achava que eles *deviam* de fazer uma placa e não deixar mais ninguém passar, né? Porque uma hora que estão andando aqueles carros todos e cai, é perigoso, né? quanta gente vai morrer? Então eu achava que *devia* de botar uma placa e não deixar passar..." (FLP 30, p. 22)

(32) "... nunca deixei os filhos com ninguém, a não ser com a minha mãe, quando eu *precisava* ir no médico, fazer qualquer coisa que era preciso." (FLP 15, p. 22)

4.5.8.1 Hipóteses

De uma maneira geral, como já dissemos, acreditamos que as perífrases são relativamente raras quando se trata do fenômeno em estudo. Porém, quando existem, com valor de cotemporalidade a um ponto de referência passado, pensamos que as perífrases formadas com *ir+verbo principal* e *ser+verbo principal* são mais recorrentes. No segundo trabalho realizado com o teste escrito, foram essas as locuções verbais que se mostraram salientes quanto ao uso do PII nas orações subordinadas.

4.5.9 Aspecto

Esse é também um grupo de fatores de suma importância para a presente pesquisa e foi assim dividido, baseando-nos na tipologia de VENDLER (1967): *accomplishment*; *estado*; *atividade*; e *achievement*, sobre os quais falaremos mais detalhadamente, exemplificando.

Vale lembrar que a natureza aspectual não depende apenas da forma verbal, mas também de outros constituintes do enunciado. Assim, levar em conta os verbos de forma isolada quando na maioria das vezes se relacionam a outros constituintes do contexto "parece-nos desconsiderar, em alguns casos, a possibilidade combinatória da língua" (COAN, 1997, p. 107).

4.5.9.1 *Accomplishment*

Segundo VENDLER (*op.cit.*), expressões verbais desse tipo referem-se a um segmento inteiro de tempo. Uma situação *accomplishment* deve necessariamente evidenciar um ponto final. Dessa maneira, se alguém estava desenhando um círculo e parou, não se pode dizer que esse alguém desenhou um círculo, havendo necessidade de complementação.

O autor sugere um teste, no qual se usa a expressão "em uma hora", pois esse tipo de verbo não ocorre com expressões adverbiais durativas. Caso ocorra, passa a ser uma atividade. A seguir, mostramos dois exemplos de dados *accomplishment*, em (33) e (34):

(33) "... a gente entrava nas festas só quando *tivesse* dois times de futebol completos, só quando *tivesse* vinte e dois, sabe?" (CRI 29, p. 46)

(34) "Hoje não, hoje o pai e a mãe toleram. Naquele tempo não. Nós apanhávamos. Por exemplo: quando nós íamos pra escola, que nós *brigássemos* na escola, a professora dizia alguma coisa pra ele: 'Olha, seu filho fez isso, fez isso, aquilo'. Prepara, porque tu vais apanhar em casa." (FLP 04, p. 05)

No exemplo (33), 'só quando *tivesse* vinte e dois', ou seja, o time completo, é considerado um *accomplishment* devido ao argumento de que o fato de completar o time evidencia o término da situação. O informante espera todos os amigos para entrar na festa, somente quando esse intuito se concretiza é que entram.

Em (34), quando o pai sabe, por meio da professora, que a filha *brigou* na escola, a briga já se deu, teve um fim num determinado tempo no passado. Tanto é assim, que ao chegar em casa a promessa é de uma surra.

4.5.9.2 Estado

Situações estáticas ocorrem durante todos os instantes de um determinado período de tempo, num instante do tempo (cf VENDLER (1967)). Por exemplo, quando digo que *estive pensando na dissertação durante a viagem*, para caracterizar um estado, tenho que ter pensado efetivamente em todos os momentos da viagem sobre o assunto. Os estados são situações que perduram por um determinado número de instantes temporais, sem possibilidade de divisão em fases.

Apresentamos dois exemplos com ocorrência de verbos de estado a seguir

(35) "Dependendo da programação que *estava passando*, a gente ficava." (CRI 35, 100)

(36) "Não, porque essa minha amiga não era bem certa. E o meu pai também não é bem certo. Já começou a falar que o meu já esteve internado, né? então nós começamos a falar. O homem acabou achando que nós não *éramos* bem certa, todo mundo. O homem saltou do carro: 'Eu não dirijo mais, eu não dirijo mais' pensando que a gente *era* tudo meio doido." (FLP 01, p. 07)

Tanto em (35) como em (36) temos situações de estado. Naquele, a programação *estava passando* num determinado tempo, no qual as pessoas ficavam para assistir. Em (36) *ser bem certo* ou *ser tudo meio doido* também envolve um determinado tempo, preenchido. Está certo que o motorista 'achava' isso, não sendo uma verdade; mas, mesmo que as moças não sejam doidas, o instante em que elas poderiam ser existiu, tanto que o motorista tirou suas conclusões.

4.5.9.3 Atividade

Os verbos de atividade são classificados por VENDLER (1967, p. 106) da seguinte forma: "*For activities: A was running at time t means that time instant t is on a time stretch throughout which A was running.*" Para o autor, as atividades não precisam, necessariamente, de um término, sendo verdadeiras mesmo quando interrompidas. Como dito em 6.9.1, acima, a expressão adverbial "em uma hora" não acontece com verbos de atividade, apenas com advérbios durativos. Uma pergunta apropriada para considerar uma situação como atividade é "Por quanto tempo?", que evidencia uma duração no tempo.

Segundo o autor, um outro teste para se aplicar a verbos de atividade seria a colocação do verbo "parar": *Parei de digitar*. Isso significa que eu digitei, não preciso ter completado a digitação, posso, inclusive, ter parado bastantes vezes durante o trabalho, nem por isso deixarei de ter ali uma situação de atividade.

Vejamos dois exemplos de nosso *corpus*, (37) e (38):

(37) "Minha avó era uma piada sempre com mania de ai meu Deus, ela tinha uma mania! Ela sempre achava que a gente nunca *estava se alimentando* bem." (FLP 01, p. 07)

(38) "Porque às vezes ele comia as coisas, assim. E eu não gostava, né? era sempre assim, olha: o pai dava bronca em mim, pensando que eu *comia* as coisas, e não, era ele que comia." (FLP 36, p. 01)

Vejamos: no exemplo (37), a perífrase *estava se alimentando* pode ser considerada como atividade porque não implica um término especificado, ou seja, não foi evidenciada uma culminação para *estar se alimentando*, embora saibamos que tal situação terminou, mesmo porque o informante fala sobre sua infância. O mesmo se dá com (38), em que *comer* não necessariamente acabou, uma vez que a ação sempre se repetia. Além disso, podemos afirmar que essas situações podem ser testadas pelo acarretamento proposto por Vendler: se alguém parou de comer é possível dizer que este alguém comeu.

4.5.9.4 *Achievement*

"Em que hora?" ou "Em que momento?". Quando obtemos uma resposta apropriada a essas questões, estamos diante de uma situação tipicamente *achievement*, segundo VENDLER (1967), pois estas se referem a situações pontuais. Conforme o autor, verbos com essa característica captam o começo ou o clímax de uma situação e não podem acontecer em uma extensão temporal.

Se dizemos, por exemplo, que alguém terminou a dissertação, só é possível fazer tal afirmação se este alguém terminou de fato a dissertação em um instante de tempo. A diferença entre *accomplishment* e *achievement* está no tempo envolvido: o primeiro tipo de verbo pode durar em uma extensão de tempo e o segundo deve ocorrer em um determinado instante de tempo.

A título de ilustração, atentemos para os exemplos (39) e (40), abaixo:

(39) "Se *vinha* um *me convidar* pra fazer alguma coisa suja... eu *fazia*." (CRI 14, p. 10)

(40) "Se eu *tinha* um vestido que a minha irmã gostava, ela *vestia* o vestido, ela *ia*... Não *tinha* importância, eu *tinha* gosto que ela *vestia*." (CRI 20, p. 09)

Vir convidar e *vestir* são ações pontuais, que acontecem num determinado tempo, podendo, portanto estar inclusas nos verbos *achievement*. Podemos, tranquilamente, perguntar "Em que momento?" e obteremos como resposta em (39) o momento em que os colegas de colégio vinham convidar o informante para fazer serviços sujos na escola. Em (40) teremos o momento em que a irmã do entrevistado punha o vestido

4.5.9.5 Hipóteses

Parece-nos, num primeiro momento, que verbos caracterizados como estado e como *achievement* são contextos mais propícios para o uso do PII nas orações subordinadas. Os de estado porque, neste caso, trata-se de situações ocorridas num determinado período de instantes, não necessariamente um longo período e também porque, como tratamos de situações passadas, é comum que se fale sobre emoções, sentimentos, pensamentos, situações estas tidas como *estado*. Os de *achievement* porque apresentam situações pontuais, também não necessariamente que tenham levado muito tempo para estarem prontas, uma vez que só o que é levado em consideração é o começo

ou o clímax das mesmas, sobre as quais o falante discorre com mais segurança por já terem terminado ou estarem começando e serem de seu inteiro conhecimento.

4.5.10 Paralelismo formal

O último grupo de fatores lingüísticos diz respeito a um fenômeno conhecido na literatura como paralelismo formal, que foi dividido em dois fatores: *presença de paralelismo* e *ausência de paralelismo*.

Segundo SCHERRE (1988), em sua tese de doutorado, diversos estudos⁴⁶ têm constatado a presença desse fenômeno em seus resultados. Paralelismo formal⁴⁷, para a autora, é a tendência à repetição em cadeia de uma determinada forma ao longo do discurso. Pesquisas mais recentes, como COAN (1997); COSTA (1997); e KARAM (2000), também obtiveram em seus resultados a presença marcante desse grupo de fatores.

SHANA POPLACK foi uma das primeiras autoras variacionistas a apontar a importância desse fenômeno, em estudos sobre o apagamento do {-s} de plural no espanhol de Porto Rico (1980a e 1980b), nos quais o paralelismo é equivalente ao que a autora denomina 'posição e marcas precedentes' e foi atestado como um dos mais relevantes no controle da variação presença vs. ausência de marca de plural. Em um destes trabalhos, (1980b), a autora conclui que "a ausência de marca no segmento precedente à ocorrência em questão favorece o apagamento naquela ocorrência, enquanto a presença de uma marca imediatamente precedente favorece a retenção da marca" (POPLACK (1980, p.377).

No que diz respeito a nossa análise, consideramos como presença de paralelismo até quatro ocorrências anteriores à presença do PII ou do PIS nas orações subordinadas. Vejamos:

(41) "Isso aí é uma colaboração. E o mesmo eles *colaboravam* com a gente. Se a gente se *machucava*, que a gente *brincava* muito, se *machucava*, não *tinha* nada, eles *iam* fazer aqueles remédios caseiros, que *vivias*, não *procuravas* um médico, né?" (FLP 12, p. 19)

No exemplo (41), podemos perceber que há uma presença em cadeia de verbos conjugados no PII, assim, na segunda ocorrência de *machucar*, poderia haver ali uma

⁴⁶ Poplack (1980); Weiner & Labov (1981); Schiffrin (1981); Sankoff & Laberge (1978); Gryber (1977); Omena (1978); Guy (1981); entre outros.

⁴⁷ A terminologia 'paralelismo formal' é suscetível de variação na nomenclatura, sendo também encontrada sob o rótulo de "gatilho"; "traço propulsor", "repetição" (Scherre, 1988).

forma em PIS (machucasse): ... *se machucasse, não tinha nada...*, no entanto, parece que formas anteriores no PII condicionam também ali tal tempo/modo verbal.

(42) "A gente *vendia* um peito daquele por um réis, conforme o tamanho do pato. *Aí tirava* sem molhar. Não *podia* molhar porque não *saía*. Enquanto ele *estava* quente e vivo. *Aí tirava* aquelas penas ali, e *botava* dentro dum saco, depois a gente *ia* pesar. Conforme o peso que *desse*, *aí a gente comprava*, assim." (FLP 08, p. 06)

Já em (42), a cadeia de PII parece não influenciar, pois na oração subordinada adjetiva *que desse*, embora pudesse usar *que dava* (conforme o peso que dava...), o falante usou PIS.

SCHERRE (1988, p. 43) apresenta um resumo das possíveis razões que explicariam o uso de paralelismo formal, assumidas também pelos autores que cita:

- 1) facilidade de processamento;
- 2) o funcionamento da memória imediata;
- 3) o processamento não mecânico de formas gramaticais semelhantes associado a uma das possíveis formas da mente humana operar, criando a harmonia discursiva e a coesão textual;
- 4) a manifestação ou escolha de funções pragmático-discursivas (coerência textual, mecanismos coesivos) e fatores estilísticos.

4.5.10.1 Hipóteses

Levando em consideração o que foi apresentado a respeito do 'paralelismo formal', pretende-se com esse grupo de fatores identificar se o fenômeno está presente em nosso *corpus*, uma vez que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros (cf POPLACK, 1979). Assim, o uso do PIS apareceria quando em algum momento anterior do discurso houvesse outro PIS, o mesmo acontecendo com o PII.

Estabelecidas as expectativas quanto às variáveis lingüísticas, nas próximas subseções, são apresentados os grupos de fatores sociais.

4.5.11 Sexo

Muitos estudos variacionistas já comprovaram a importância da variável 'sexo', no sentido de as mulheres tenderem mais ao uso da forma padrão, em nosso caso, PIS. No entanto, há estudos que dizem serem as mulheres as usuárias de formas inovadoras, tendo, assim, um papel fundamental na mudança (cf. LABOV, 1983).

Na mesma obra, LABOV (1983, p. 371) diz que seria um erro construir uma generalização que afirmasse serem sempre as mulheres que encabeçam mudanças lingüísticas. Segundo o autor, o que se pode dizer é que a diferença na fala de homens e mulheres influencia significativamente o mecanismo da mudança lingüística.

O que se pretende com o grupo de fatores 'sexo' é observar se homens e mulheres apresentam comportamentos lingüísticos diferenciados em relação às formas em estudo. Supondo-se que o uso do PII em situações nas quais o previsto era o PIS é a forma inovadora, espera-se que as mulheres usem mais essa forma.

4.5.12 Cidade

Esse grupo de fatores divide-se em *Florianópolis* e *Criciúma*. Foi criado em virtude do número reduzido de dados encontrados no banco referente à cidade de Criciúma, que era nosso foco principal. Não que tivéssemos uma hipótese em particular para tal criação. O que podemos dizer é que no banco de Florianópolis encontramos mais dados que se encaixam no perfil desta pesquisa do que em Criciúma.

4.5.13 Escolaridade

Diversos trabalhos vêm mostrando um uso diferenciado de variáveis de acordo com o grau de escolaridade dos falantes. Conforme SILVA E PAIVA (1996), na maioria dos resultados, falantes com escolaridade mais alta favorecem o uso de variantes-padrão.

Segundo as autoras, a escola pode exercer influências sobre o comportamento lingüístico dos alunos. Em nosso caso, a correção da forma verbal utilizada nas orações subordinadas, por exemplo. Embora não consideremos o uso do PII em contextos nos quais a normatividade prevê o uso do PIS como algo estigmatizado. A maioria dos professores de língua portuguesa com quem conversamos não tentou corrigir o uso do PII em frases como esta: *Pensei que sua casa era azul*, talvez devido ao fato de tal uso não se apresentar estigmatizado, como já falamos.

Este grupo possui três fatores, a saber: *primário; ginásio; e ensino médio*.

4.5.14 Idade

Em nossa pesquisa, o grupo 'idade' se divide em três fatores: *informantes com mais de 50 anos; informantes de 25 a 49 anos; e informantes de 15 a 24 anos*. Vale

lembrar que os dados de Florianópolis foram coletados na década de 90, enquanto que os de Criciúma o foram na década de 2000, havendo, portanto, uma diferença de dez anos entre uma e outra cidade. Assim, um informante que tinha, por exemplo, 15 anos na época das entrevistas de Florianópolis, já estaria com 25 quando aconteceram as entrevistas de Criciúma.

Para LABOV (1996, p. 99), uma das evidências de que uma mudança está em andamento, em uma determinada língua, é a configuração da distribuição da variante em estudo, em tempo aparente, ou seja, a distribuição dessa variante por entre os diferentes grupos etários da comunidade estudada. Caso se encontre uma distribuição uniforme e uma correlação significativa estatisticamente entre o uso das formas e a idade dos falantes, essa poderá ser uma evidência de mudança em andamento.

Ainda segundo esse autor, seria improdutivo trabalhar com dados de crianças de dois anos para descrever o comportamento lingüístico dos participantes de uma região. Para ele, falantes pré-adolescentes e adolescentes podem representar a vanguarda no avanço de uma mudança.

A idade pode ser um fator de suma importância quando tratamos de pesquisas que levam em conta o aspecto social. Segundo CORVALÁN (1988, p. 76), por exemplo, os falantes entre 20 e 50 anos são os que estão na disputa do mercado de trabalho e em ascensão social. Dessa forma, seus desempenhos profissionais e sociais dependeriam do uso de variantes-padrão, portanto, seria de se esperar que tais falantes optassem pelo uso do PIS nas orações subordinadas, numa espécie de monitoramento da fala. Já os mais jovens não precisariam de tal monitoramento, uma vez que, embora estejam em situação de 'cobrança' escolar, ainda não precisam estar na batalha por um emprego melhor ou por promoções profissionais. Também pessoas com mais de 50 anos, hipoteticamente, já estariam estabilizadas, talvez até aposentadas, não necessitando, também, monitorar sua fala para 'subir na vida'.

O que se espera com esse grupo de fatores é verificar se o uso de uma das formas está associado a algum grupo etário, como um possível indício de mudança em andamento.

No próximo capítulo, discutiremos os resultados estatísticos obtidos, bem como as hipóteses que tínhamos em relação aos grupos de fatores analisados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, contávamos com um *corpus* de trezentos e sessenta e nove dados. Após a rodada estatística que tinha como valor de aplicação o FP, percebemos que apenas oito ocorrências traziam-no como preferência de uso. Em virtude disso, decidiu-se abandonar essa variante, sendo, a partir de então, as rodadas todas binárias: PII *versus* PIS, agora com um *corpus* composto de trezentos e sessenta e um dados⁴⁸.

A seguir, apresentaremos os grupos de fatores que se mostraram influentes (por ordem de significância) no uso do PII sobre o PIS, com as discussões dos resultados.

5.1 Tipo de verbo na oração principal

Tínhamos uma forte hipótese norteadora para o grupo de fatores 'tipo de verbo da oração principal', uma vez que havíamos feito dois trabalhos pilotos e que esse mostrara-se um candidato em potencial, tendo os verbos cognitivos como propulsores no uso do PII nas orações subordinadas.

Essa hipótese foi confirmada em todas as rodadas feitas. Vejamos:

⁴⁸ Nas tabelas, a não ocorrência, às vezes, desse número de dados (361) deve-se ao fato de não existirem contextos propícios àquela situação. Por exemplo: O primeiro grupo significativo foi 'tipo de verbo na oração principal', que traz um total de dados de 353. Isso quer dizer que os oito dados que não aparecem é porque não apresentavam verbos na oração principal, como "... a gente, mesmo era sincero com a moça: 'Ó, não namoro pra casar, porque eu não quero, não estou a fim de casar'. E ia levando a vida até pegar *uma* que realmente gostasse. Quando gostava, aí casava mesmo." (FLP 04, p. 13). Aqui, a oração é subordinada à expressão *uma*, não a um verbo.

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Verbos cognitivos	126 / 139	91	0,81
Verbos ã cognitivos	68 / 206	33	0,28
Total	194 / 345	56	

TABELA 1: Influência do tipo de verbo da oração principal sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Percebe-se que em cento e trinta e nove ocorrências de orações principais apresentando verbos cognitivos, cento e vinte e seis levam ao uso PII nas orações subordinadas, com um percentual bastante alto: 91%, como (1), abaixo; enquanto que dentre as duzentas e seis vezes em que outros verbos aparecem na oração principal, apenas sessenta e oito dados trazem o PII nas orações subordinadas, ou seja, um percentual de 33%, quase um terço em comparação à influência dos verbos cognitivos, como (2). Há que se notar, também, os pesos relativos: 0,81 para os verbos cognitivos e 0,28 para os não cognitivos.

(1) "Eu pensei que *era* eu, né? que ele tinha me chamado e eu fui atrás dele..." (CRI 23, p. 39)

(2) "É bom porque tem um monte de praia, eu não ia agüentar morar que não *tinha* praia." (FLP 34, p. 05)

Quando colocamos como valor de aplicação o PIS, obtivemos os seguintes resultados⁴⁹:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Verbos ã cognitivos	138 / 206	67	0,72
Verbos cognitivos	13 / 139	9	0,19
Total	151 / 345	44	

TABELA 2: Influência do tipo de verbo da oração principal sobre o uso do PIS *versus* PII em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Comparando as duas tabelas, vemos a confirmação dos resultados quantitativos: enquanto os verbos cognitivos exercem influência sobre o uso do PII nas orações subordinadas, os verbos não cognitivos a exercem sobre o do PIS. E como os P. R. evidenciam, a influência da natureza cognitiva do verbo é bastante grande sobre o uso do PII nas orações subordinadas, tanto é assim, que apareceu como primeiro grupo significativo.

⁴⁹ Para todas as tabelas, fizemos a comparação entre os resultados obtidos sobre o uso do PII e do PIS. Mostraremos apenas os resultados paralelos para o primeiro grupo significativo, uma vez que as demais também confirmam os valores quantitativos.

Vale lembrar que 56% das trezentas e quarenta e cinco ocorrências foram de PII nas orações subordinadas, contra os 44% de ocorrências do PIS, um diferencial de 12%.

Esses resultados nos permitem traçar um paralelo com o *princípio da proximidade*, de cunho givoneano, o qual correlaciona proximidade cognitiva de entidades com proximidade de unidades no plano da codificação; assim, operadores funcionais serão colocados mais próximos, temporal ou espacialmente, no nível da codificação, à unidade conceitual para a qual forem mais relevantes. Vejamos:

Sabemos que a aquisição da língua se dá gradualmente: do mais fácil (cognitivamente) para o mais difícil (BACK E SOUZA, 2001); assim, primeiramente adquiriríamos os verbos não-cognitivos (justamente por serem mais concretos) e as formas do indicativo (por serem menos marcadas, do *realis*), logo, seria mais plausível que os verbos não-cognitivos selecionassem as formas do PII. Por que isso não acontece? Há aí uma espécie de equilíbrio modal e aspectual: usando verbos cognitivos (que foram adquiridos mais tarde por apresentarem um caráter mais abstrato), tenderíamos ao uso de formas verbais mais próximas no plano da codificação, que, no caso em estudo, são as formas verbais do PII. Desse modo, dá-se o equilíbrio: uma forma mais marcada junta-se a uma menos marcada para formar o enunciado.

Essa mudança é gradual, o sistema vai se equilibrando, por isso falamos sem quaisquer problemas enquanto a língua muda.

5.2 Paralelismo formal

O grupo de fatores 'paralelismo formal' foi o segundo a ser selecionado como significativo, corroborando nossa hipótese: PII's levam a PII's, exemplificado por (3), a seguir:

(3) "Pequeninho daquele jeito. Que o King Kong *estava* por lá. E qualquer barulho, que *tinha*, *achava* que *era* medo, né? A gente criança e *estava* imaginando, *achava* que *ESTAVA* lá mesmo, né?" (FLP 01, p. 01)

Como expusemos na seção 5.10, do capítulo anterior, esse grupo mostrou-se significativo em vários trabalhos acerca de variação lingüística, tais como POPLACK (1980); COAN (1997); COSTA (1997); KARAM (2000). Também SILVA (1998) obteve em sua pesquisa o paralelismo como grupo significativo: o FP desfavorecendo muito o uso das outras formas estudadas (imperfeito e perífrase) e favorecendo fortemente o uso do FP

na oração seguinte. A exemplo de outros autores, SILVA (1998, p. 97) elaborou um fator que controlou se a ocorrência aparecia isoladamente ou era a primeira de uma série, sendo que quando o FP aparecia nessa posição, era a forma favorecida. Em nosso caso, não controlamos se a forma verbal aparecia isoladamente ou era a primeira de uma série, apenas consideramos como presença de paralelismo até quatro ocorrências anteriores à aparição do PII ou do PIS nas orações subordinadas, valendo esclarecer que das cento e oitenta e três ocorrências engatilhadas pelo fenômeno do paralelismo na oração subordinada, apenas quarenta e duas apresentaram o PIS. Seguem-se os resultados numéricos:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Presença paralelismo	141 / 183	77	0,80
Ausência paralelismo	58 / 178	5533	0,20
Total	199 / 361		

TABELA 3: Influência do paralelismo formal sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Pelo exposto na tabela 3, acima, nota-se a esmagadora influência do paralelismo (com peso relativo 0,80) sobre o uso do PII nas orações subordinadas, sendo que apenas 33% das cento e setenta e oito ocorrências verbais que não sofreram influências deste fator foram de PII (cinquenta e oito dados, com peso relativo 0,20)

Dessa maneira, deduz-se que o uso do PII em orações subordinadas é fortemente influenciado pelo aparecimento dessa forma verbal nos contextos anteriores. É como se o falante achasse mais cômodo, mais fácil não ter de trocar a forma verbal para expressar o que deseja, desde que isso não atrapalhe a comunicação, o entendimento entre os interlocutores, pois as funções primárias da linguagem humana são a representação e a comunicação (cf. GIVÓN, 2001).

Também um dos critérios do princípio de marcação (cf. GIVÓN, 1990) diz respeito à *complexidade cognitiva*, para o qual a categoria marcada, que pensamos serem as formas de PIS, tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de demandar maior atenção, mais esforço mental e tempo de processamento, do que a não-marcada. Assim, em (3), acima, por exemplo, o informante encadeia uma série de PII para falar a

respeito das brincadeiras das crianças, que achavam que a existência de King Kong era⁵⁰ um fato certo e a procura pelo gorila era algo costumeiro, ou seja, sempre que tinham oportunidade, iam à caça do animal. Quando a pessoa usa a forma verbal *achava* como verbo regente, não sente necessidade de usar as formas verbais das orações subordinadas em PIS e acaba usando *era* e *estava*, não precisando 'buscar' outras formas verbais, que acarretariam maior complexidade cognitiva.

5.3 Modalidade

O terceiro grupo selecionado pelo VARBRUL como significativo foi 'modalidade', que possui quatro fatores a serem analisados: *quando se fala sobre o que achava que aconteceria e acontece*; *quando se fala sobre o que achava que aconteceria e não acontece*; *quando se fala sobre o que é impossível/improvável de acontecer*; e *quando se fala sobre algo imprevisível*. Pensamos a modalidade, então, como aquela que codifica a atitude do falante, seu julgamento a respeito da informação da oração (cf LYONS, 1977; GÖRSKI *et alii*, 2002).

Nossa hipótese acerca desse grupo era que quando o falante discorre sobre algo que já vivenciou e sabe o que realmente aconteceu ou não, usará as formas do PII, devido ao fato de parecer um assunto mais íntimo. O fator *quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e acontece*, nesse caso, seria o mais relevante para tal uso, enquanto que *quando se fala sobre algo impossível/improvável de acontecer* e *quando se fala sobre algo imprevisível* (que pode ou não ter ocorrido) refutariam o PII, favorecendo o uso de PIS. Vejamos os resultados:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e não acontece	91 / 120	76	0,63
Quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e acontece	61 / 108	56	0,63
Quando se fala sobre algo imprevisível	42 / 105	40	0,38
Quando se fala sobre algo impos./impr. de acontecer	5 / 28	18	0,08
Total	199 / 361	55	

TABELA 4: Influência da modalidade sobre o uso do PII *versus* PIS na fala de Florianópolis e Criciúma - SC

⁵⁰ Usamos tranqüilamente a forma verbal *era*, quando a normatividade prevê *fosse*. Percebemos que não há estigma algum.

O fator *quando se fala sobre algo impossível/improvável de acontecer* foi mesmo o último do grupo a mostrar evidências em favor do uso do PII nas orações subordinadas, com P. R. 0,08, apenas cinco das vinte e oito ocorrências, num total de 18%, apresentaram essa forma verbal. Isso quer dizer que as outras vinte e três ocorrências, ou seja, 82%, apareceram com o PIS nas orações subordinadas, evidenciando que quanto mais irreal é o que tratamos, quanto mais longe do nosso conhecimento, mais o subjuntivo acontecerá. Vejam-se os exemplos ilustrativos para o PII, em (4), e para o PIS, em (5), para esse tipo de modalidade:

(4) "Eles achavam que a profissão professora *era* mais pra mulher, e que eu não havia necessidade de me deslocar da minha casa, que eu tinha tudo, eu era o mais moço, né?" (FLP 12, p. 22)

(5) "... muito respeito, né? Era pai com os filhos, a esposa com o marido, muito respeito, muita coisa, não se via brincadeiras nenhuma entre os dois, que a gente pudesse notar, não, eram coisas muito sérias. Na hora da mesa, muito respeito, ali só quem falava era o pai, muitas vezes nem a mãe da gente não tinha o direito de falar. Não que na minha casa *acontecesse*, a minha mãe era bem liberal. Até, por sinal, ela falava mais do que ele, sabes?" (FLP 12, p. 12)

Para o informante, quando profere o primeiro exemplo, é impossível/improvável a profissão de professor ser somente para mulheres, uma vez que ele é homem e é professor. No segundo, era impossível o pai brigar porque conversavam à mesa, uma vez que era a mãe quem conversava mais.

É possível visualizar que também o fator *quando se fala sobre algo imprevisível* desfavorece o uso do PII, uma vez que, com PR 0,38, apenas 40% dos cento e cinco dados tiveram como conjugação verbal nas orações subordinadas o PII, perfazendo um total de quarenta e duas ocorrências, as quais exemplificamos com (6), abaixo:

(6) "[...] também se eu achava que ela não *queria dançar* comigo, ah, não dançava." (CRI 05, p. 60)

Nesse exemplo, o fato de a moça querer ou não dançar é imprevisível para o informante.

Todavia, nossa hipótese de que *quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e acontece* seria o tipo de modalidade que mais influenciaria no uso do PII nas orações subordinadas não se confirmou. Ambas, esta e *quando se fala sobre algo que achava que aconteceria e não acontece*, apresentam um peso relativo exatamente igual: 0,63. Essa relação de igualdade talvez se deva ao fato de o foco da questão centrar-se sobre

falar sobre algo que *acha que vai acontecer*, ou seja, a certeza sobre o acontecimento, sem ser prioridade ter acontecido ou não o que o falante pensava.

O dados abaixo exemplificam cada uma dessas modalidades, respectivamente:

(7) "Mas eles sabiam do meu esforço, do meu sacrifício, que tinha gente que me perguntava se eu era dono da firma também. Eu mentia não. Eu dizia que não. Como nunca fui. Mas pelo meu trabalho, pelo meu esforço, eu tinha amor àquilo ali, eles achavam que eu *era* sócio da firma também." (FLP 04, p. 16)

Em (7), notamos que o informante nunca chegou a ser sócio da firma onde trabalhava, então, quando alguns "achavam", ainda não tinham conhecimento a respeito disso, somente depois de passado um tempo é que vem a confirmação: o entrevistado não o era.

(8) "É, eu fui convidado muito. Eu... Aí depois eu me arrependi porque não continuei, né? Porque ele achavam que eu *tinha* muita calma, que eu *era* assim... (inint.)." (FLP 05, p. 12)

Já em (8), o informante havia feito algumas encenações teatrais na comunidade sobre a vida de Cristo e, em virtude de sua calma e boa atuação, havia sido convidado a continuar atuando. Assim, o fato de ele ser assim, calmo, é confirmado após o pensamento dos colegas acerca disso.

Como podemos observar na tabela 4, as duas primeiras modalidades apresentam o mesmo PR: 0,63, por isso as amalgamamos e procedemos a uma nova rodada, da qual obtivemos os seguintes resultados:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Quando se fala sobre algo que achava que aconteceria...	152 / 228	67	0,63
Quando se fala sobre algo imprevisível	42 / 105	40	0,38
Quando se fala sobre algo impos./impr. de acontec.	5 / 28	18	0,08
Total	199 / 361	55	

TABELA 5: Influência da modalidade (II) sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Com a amalgamação, percebe-se que o PR calculado para os fatores favorecedores do uso das formas verbais de PII continuou o mesmo: 0,63. Tal resultado nos leva a afirmar que o importante não é se o que o falante pensava no momento da enunciação acontece ou não, o importante é que ele *achava* que aconteceria. Então, sempre que o informante fala sobre algo que pensava que fosse acontecer, sem tratar de uma

assunto imprevisível ou impossível/improvável de acontecer, há tendência ao uso do PII nas orações subordinadas.

Podemos pensar na seguinte correlação: em se tratando de assuntos mais passíveis de acontecer, portanto mais íntimos do falante, a tendência é o uso da forma menos marcada. Já quando se trata de assuntos sobre os quais o falante tem mais dúvidas, a tendência é optar pelo uso das formas verbais de PIS, por serem mais marcadas e remeterem mais ao *irrealis*.

5.4 Tipo do verbo auxiliar

Esse é um grupo que nasceu em consequência de um anterior, que testava a presença/ausência de locução verbal na oração subordinada. Em princípio, contava com sete fatores, a saber: *verbo ir*; *verbo ser*; *verbo poder*; *verbo estar*; *verbo ter*; *verbo dever*; e *outros verbos*. No decorrer das rodadas, tivemos de proceder a algumas amalgamações: juntamos ao fator *outros* os verbos *estar* e *dever*, devido ao reduzido número de ocorrências com estes. Ficamos, então, com os fatores *verbo ir*; *verbo ser*; *verbo poder*; *verbo ter* e *outros verbos*. Vamos aos resultados estatísticos para procedermos aos comentários.

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Outros	32 / 35	91	0,76
Ir	22 / 25	88	0,50
Ter	15 / 22	68	0,42
Poder	9 / 16	56	0,16
Ser	2 / 04	50	0,22
Total	80 / 102	78	

TABELA 6: Influência do verbo auxiliar sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma/SC.

Dissemos que nosso *corpus* é composto de trezentos e sessenta e um dados. Vê-se na tabela 6, acima, que apenas cento e dois destes apresentaram locuções verbais nas orações subordinadas. Desse total, ainda, podemos notar que oitenta trazem o PII como forma de uso preferida. O número reduzido de locuções verbais deve-se ao fato de que quando estávamos fazendo as devidas substituições, explanadas na seção 4.2.3, do capítulo 4, observamos que, na grande maioria das vezes, quando as locuções verbais apareciam,

davam idéia de futuridade, fugindo, pois, ao nosso objeto de estudo, que é cotemporalidade ao um ponto de referência passado, indo ao encontro de nossa hipótese: casos raros de perífrases.

Outra hipótese que pretendíamos averiguar quanto à análise desse grupo de fatores era a de que perífrases formadas com *ir + verbo principal* e *ser + verbo principal* seriam mais recorrentes quanto ao uso do PII. Em se tratando do verbo *ir*, nossa hipótese foi confirmada: vinte e duas ocorrências com este verbo atuando como auxiliar das vinte e cinco, no total, induzem ao uso do PII nas orações subordinadas, com P.R. 0,50. Com P.R. 0,42, o verbo auxiliar *ter* desfavorece o uso de formas verbais de PII. Já quanto ao auxiliar *ser*, pode-se perceber, por meio do P.R. apresentado (0,22), que sua presença inibe o uso de PII, favorecendo o aparecimento das formas verbais de PIS, assim como o verbo *poder* (P.R. 0,16).

Devido ao pequeno número de ocorrências, como já dissemos, procedemos a um sexta rodada estatística, desta vez sem 'tipo de verbo auxiliar', para nos certificarmos se a presença de locução verbal nas orações subordinadas favorecia ou não o uso do PII. Como resultado, obtivemos o grupo *presença/ausência de locução verbal na oração principal* como quarto selecionado como significativo, exatamente a posição do *tipo de verbo auxiliar*, resultado da quinta rodada. Observemos a tabela 7:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Pres. loc. Verbal	80 / 102	78	0,75
Aus. loc. Verbal	119 / 259	46	0,39
Total	199 / 361	55	

TABELA 7: Influência da presença/ausência de locução verbal na oração subordinada sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Com P.R. 0,75, mesmo sem identificarmos quais verbos funcionam como auxiliar, a presença de locução verbal na oração subordinada exerce influência no uso do PII, enquanto a ausência favoreceria o uso do PIS.

Nesta sexta rodada realizada, com a eliminação do 'tipo de verbo auxiliar', os grupos selecionados por ordem de significância foram os mesmos, com exceção de um que se mostrou muito significativo nas demais: o 'paralelismo formal'.

5.5 Aspecto

O quinto grupo selecionado como significativo quanto ao uso do PII nas orações subordinadas foi *aspecto*, composto de quatro fatores: *accomplishment*; *estado*; *atividade*; e *achievement*, elaborados a partir da tipologia de VENDLER (1967).

Nossa hipótese era de que verbos aspectualmente caracterizados como *estado* e como *achievement* seriam formadores de contextos propícios ao uso do PII em orações subordinadas, por não demandarem um tempo maior decorrido para acontecer, estando, portanto, mais nítidas para o falante; retendo o uso do PIS, então, os verbos caracterizados como *atividade* e *accomplishment*, justamente por aqueles não precisarem necessariamente de um término (quando falamos sobre algo que ainda não terminou ou não começou, desconhecemos alguns aspectos do acontecimento) e estes terem de mostrar a situação ocorrida durante todo o tempo.

Verbos de *estado* realmente favorecem bastante o uso do PII, corroborando uma de nossas hipóteses, mas em segundo lugar estão juntos os valores aspectuais *atividade* e *achievement*, com P.R. muito próximos (0,40 e 0,42, respectivamente) não só este, como imaginávamos, por tratarem de situações menos duradouras, sobre as quais o falante discorre com mais segurança por já terem terminado e serem de seu inteiro conhecimento. A tabela 8, abaixo, mostra do resultado numérico obtido:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Estado	104 / 155	67	0,68
Atividade	34 / 57	60	0,40
<i>Achievement</i>	40 / 87	46	0,42
<i>Accomplishment</i>	21 / 62	34	0,25
Total	199 / 361	55	

TABELA 8: Influência da aspectualidade sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Podemos observar que as situações *accomplishment* definitivamente inibem o uso do PII (P.R. 0,25), talvez por evidenciarem um ponto final de um determinado acontecimento que demorou para terminar. Nem sempre, quando nos expressamos verbalmente, falamos sobre algo que tenha chegado a um final, saindo, daí, um tom mais duvidoso acerca do que falamos, é muito mais concreto falarmos sobre o que esteve acontecendo num curto período de tempo. É por apresentar tal dificuldade que o PIS é mais

favorecido por esse tipo de aspecto: formas mais marcadas surgiriam para codificar situações sobre as quais há mais dificuldade para expressar.

O maior peso relativo foi 0,68, correspondente à influência exercida pelas situações de *estado*. Dentre os cento e cinquenta e cinco dados que apresentavam estas, cento e quatro (67%) trazem em suas orações subordinadas o uso do PII, mostrando evidências em favor de nossa hipótese inicial. Vejamos os exemplos (9) e (10), a seguir:

(9) "Tinha isso, tinha. Imagina, aqui tinha as bichas também - eu achei que *era* coisa nova." (CRI 01, p. 36)

(10) "[...] porque eu achava que ele *estava* me enganando direto, que ele *era* safado também." (CRI 23, p. 77)

Como as situações de *atividade*, como (11), abaixo, na qual o informante fala sobre um assalto em uma sinaleira que culminou com a morte do motorista da moto, e *achievement* mostraram P.R. bem próximos (0,40 e 0,42), procedemos a um rodada na qual amalgamamos esses valores aspectuais, obtendo P.R. 0,42 para os dois tipos de aspectos, indício de que, tanto em situações de *atividade* como de *achievement*, não há tendência maior ao uso de formas verbais de PII ou de PIS.

(11) "[...] e mandaram passar a moto, mas ele assim achou que estavam brincando, aí ele deu certo que ele foi fazer assim e caiu o óculos, e ele foi juntar o óculos e eles pensaram que ele *ia fazer* alguma coisa e mataram ele..." (CRI 23, p. 66)

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Estado	104 / 155	67	0,68
Ativid/Achievement	74 / 144	51	0,42
Accomplishment	21 / 62	34	0,25
Total	199 / 361	55	

TABELA 9: Influência da aspectualidade sobre o uso do PII *versus* PIS, amalgamando *atividade* e *achievement* em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Quanto à duração das situações, pela observação da tabela 9, podemos traçar uma espécie de escala, entrando os verbos de *estado* como [+ durativo], *atividade* e *achievement* como [± durativo] e os *accomplishment* como [- durativo]. Quanto mais duratividade, mais as formas do PII são favorecidas.

5.6 Presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal

Em estudos realizados anteriormente, obtivemos como fator inibidor do uso do PII a presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal, por isso nossa hipótese para a presente pesquisa era que também aqui houvesse essa influência. E foi o que aconteceu, este foi o sexto grupo de fatores a se mostrar como significativo. Quando há ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal, o falante tende a usar o PII na oração subordinada; já quando há presença, tal uso é inibido, como mostra a tabela 10, a seguir:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Aus. adv. ou loc. adv. na or. Principal	167 / 270	62	0,57
Pres. adv. ou loc. adv. na or. Principal	32 / 90	36	0,31
	199 / 360	55	
Total			

TABELA 10: Influência da presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Como os advérbios/locuções adverbiais não foram divididos por circunstância que indicam, entrando aqui aqueles que denotam tempo, negação, dúvida, etc., associou-se os resultados numéricos obtidos (tabela 10) ao maior número de massa fônica, sendo, por esse motivo, segundo o princípio da marcação, a forma mais marcada. Então, usando-se formas mais complexas (complexidade cognitiva) na oração principal, isso levaria ao uso das também marcadas formas do PIS nas orações subordinadas.

Os dois últimos grupos a se evidenciarem como significativos para o uso do PII foram sociais, sobre os quais falaremos agora.

5.7 Idade

O grupo de fatores *idade* tem sido relevante para trabalhos de cunho variacionista sobre o uso verbal realizados recentemente, como COAN (1997; 2003) e COSTA (1997). Sabe-se que a forma inovadora tende a ser mais usada pela camada mais jovem da comunidade pesquisada (cf. CORVALÁN, 1988), que em nosso caso é composta

por falantes entre 15 e 25 anos. Nossa hipótese inicial vai nessa direção: quanto mais jovem o falante, mais usará a forma inovadora, que para nós é PII; por outro lado, quanto mais velho, mais a forma de PIS estará presente, evidenciando, assim, uma possível mudança em andamento. Os resultados obtidos foram os seguintes:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
15-24 anos	47 / 63	75	0,65
25-49 anos	75 / 161	47	0,33
+ 50 anos	77 / 137	56	0,63
Total	199 / 361	55	

TABELA 11: Influência do grupo idade sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Antes de falarmos sobre os resultados estatísticos, cabe salientar que o número menor de dados retirados de falantes que têm entre quinze e vinte e quatro anos é devido ao seguinte: os informantes mais jovens têm menos a falar sobre o passado, época na qual encontramos mais ocorrências do fenômeno estudado, enquanto que os mais velhos, de vinte e cinco anos em diante, têm mais experiências a narrar.

Os resultados obtidos, como podemos observar na tabela acima, trazem evidências em favor do que já dizia LABOV (1972) e CORVALÁN (1988), ou seja: i) dos quinze aos vinte e quatro anos não precisamos nos ocupar muito com o modo como falamos, pois ainda não nos preocupamos muito com o desempenho profissional, estamos ainda estudando ou trabalhando em serviços temporários. Essa hipótese é corroborada pelos resultado, vejamos: 75% dos dados apresentaram o uso do PII nas orações subordinadas (P.R. 0,65). ii) Depois dos cinqüenta anos, também já não precisamos nos incomodar muito com isso, pois já fizemos nossa carreira e, se já não nos aposentamos, estamos prestes a fazê-lo, daí a forte influência dessa faixa etária sobre o uso do PII, com um peso relativo bem próximo do anterior, 0,63. Num percentual, 56% das cento e trinta e sete ocorrências proferidas pelos mais velhos apresentaram tal uso (77 dados). iii) Já os informantes que estão incluídos entre os vinte e cinco e quarenta e nove anos, estão no auge da carreira, correndo atrás de ascensão na profissão na qual atuam, daí sua preferência pelo uso do PIS, forma mais conservadora e formal, prevista pelas gramáticas normativas. Veja-se que a diferença entre os pesos relativos é bastante grande, de 0,65/0,63 para 0,33. Esse resultado também foi encontrado em COAN (1997) quanto ao uso do pretérito perfeito, forma inovadora, *versus* pretérito mais-que-perfeito, forma conservadora.

Há que se notar, porém, que, em termos de números, quanto aos dados apanhados, não há uma diferença muito grande atuando em favor do uso do PIS, quase metade dos dados desta faixa etária (47%) apresenta orações subordinadas com PII em lugar do previsto pela norma, que é o PIS. Isso demonstra que embora o resultado obtido possa ser explicado via mercado de trabalho/faixa etária, não é fácil permanecer nessa associação, haja vista a não-estigmatização das variantes.

5.8 Cidade

Esse grupo foi incluído na análise porque nosso *corpus* é composto de dados extraídos de informantes de Criciúma e de Florianópolis, isso em virtude do número reduzido de dados encontrados no Banco de Criciúma. A distância entre as cidades não é grande, cerca de 200 Km, não havendo evidências a respeito de diferenças entre o uso do PII ou do PIS, por se tratar de variação no âmbito discursivo, o que não ocorreria caso tratássemos de variação fonológica, havendo, então, diferenças significativas. Por essa razão, não tínhamos nenhuma hipótese em especial para esta análise, sua inclusão foi pura e simplesmente para sabermos qual comunidade usa mais o PII. Obtivemos os resultados seguintes:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Criciúma	49 / 81	60	0,69
Florianópolis	150 / 280	54	0,44
Total	199 / 361	55	

TABELA 12: Influência da cidade sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Embora em menor número, os dados da cidade de Criciúma/SC evidenciam maior tendência ao uso do PII do que os de Florianópolis/SC, 0,69 contra 0,44. Todavia, a observação dos resultados nos mostra que mais da metade dos dados retirados do Banco florianopolitano trazem tal uso (54 % dos duzentos e oitenta), demonstrando que mesmo lá a preferência pelo PII nas orações subordinadas é maior. Talvez possamos arriscar dizer que o PII está cada vez com mais força quando se trata da função de cotemporalidade a um ponto de referência passado.

Passamos, agora, a uma explanação acerca dos grupos de fatores que não se mostraram significativos pelo programa VARBRUL.

5.9 Tempo verbal da oração principal

Quando da elaboração deste grupo de fatores, imaginávamos que seria um dos primeiros a ser considerado como significativo, uma vez que, na grande maioria das vezes, é o verbo da oração principal que faz o papel de ponto de referência para a ocorrência verbal da oração subordinada. Acreditávamos que um verbo regente conjugado no PII levaria ao uso do PII também na oração subordinada, o que já foi comprovado pelo paralelismo. Por outro lado, o uso do FP na oração principal levaria ao uso do PIS, por ser uma forma mais marcada cognitivamente (cf. GIVÓN, 2001).

Embora não tenha sido selecionado como significativo, vejamos os resultados obtidos, na tabela 13:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Pretérito perfeito	47 / 59	80	(0,75) ⁵¹
Pretérito imperfeito	123 / 236	52	(0,45)
Futuro do pretérito	4 / 15	27	(0,22)
Total	174 / 310	56	

TABELA 13: Influência da conjugação verbal da oração principal sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

O uso do FP na oração principal realmente inibe as formas verbais do PII na oração subordinada (apenas quatro das quinze ocorrências traziam o PII, com P.R. 0,22), no entanto, o grande favorecedor dessas formas é o pretérito perfeito (P.R. 0,75) e não o PII (P.R. 0,45), como pensávamos. Vale reforçar, entretanto, que houve muito mais ocorrências de orações principais com PII do que com pretérito perfeito: cento e vinte e três dados com aquele contra quarenta e sete com este.

⁵¹ Valores de P.R. retirados do *level 1* da rodada, uma vez que o grupo não se mostrou significativo. As demais tabelas exibidas com os P.R. entre parênteses também são dessa natureza.

5.10 Tipo de oração subordinada

Também para este grupo prevíamos que seria um dos grupos de maior significância, uma vez que no primeiro trabalho piloto realizado foi isso que aconteceu, tanto que no segundo optamos por trabalhar somente com orações subordinadas substantivas, haja vista a pouca ocorrência de adjetivas e adverbiais. Não foi, contudo, o que aconteceu no que se refere a ser um grupo significativo, mas, quanto às subordinadas substantivas, nossa hipótese foi confirmada, sua ocorrência age em favor do uso do PII nas orações subordinadas, conforme os números da tabela 14:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Or. substantivas	131 / 170	77	(0,72)
Or. adjetivas	28 / 62	45	(0,39)
Or. adverbiais	40 / 129	31	(0,26)
Total	199 / 361	55	

TABELA 14: Influência do tipo de oração subordinada sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Conforme o que dissemos anteriormente, nossa expectativa de que este fosse um dos grupos mais significativos não se confirmou. Então, procedemos a uma rodada na qual excluímos o grupo de fatores 'tipo de verbo na oração principal', pois este pode ter exercido algum tipo de pressão sobre o 'tipo de oração subordinada', acarretando uma superposição.

Feita essa exclusão, realmente nossa expectativa se confirma: 'tipo de oração subordinada' foi o segundo grupo a se mostrar significativo pelo programa VARBRUL, mostrando-nos que em orações subordinadas substantivas as formas verbais do PII são altamente favorecidas, com um peso relativo bastante alto (0,73) em relação às orações adjetivas (0,33) e adverbiais (0,28), conforme a tabela 15, abaixo:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Or. substantivas	131 / 170	77	(0,73)
Or. adjetivas	28 / 62	45	(0,33)
Or. adverbiais	40 / 129	31	(0,28)
Total	199 / 361	55	

TABELA 15: Influência do tipo de oração subordinada sobre o uso do PII *versus* PIS sem a intervenção do tipo de verbo da oração principal em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

5.11 Conjugação verbal da oração subordinada

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
V. 3ª conjugação	27 / 43	63	(0,58)
V. 2ª conjugação	112 / 185	61	(0,55)
V. 1ª conjugação	57 / 128	45	(0,40)
Total	196 / 356	55	

TABELA 16: Influência da conjugação verbal da oração subordinada sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Os números nos mostram que verbos de terceira e segunda conjugações favorecem o uso do PII, enquanto os de primeira inibem tal uso, resultado contrário ao esperado, que era que os verbos de primeira conjugação favoreceriam o uso do PII enquanto os de terceira o inibiriam, numa espécie de lei do menor esforço, como explanado na seção 5.6.1. O que podemos observar é que há um equilíbrio no uso das formas de PII: sendo os verbos de terceira e segunda conjugações menos recorrentes, usam-se as formas do PII, que são mais recorrentes.

5.12 Sexo

Sexo não foi selecionado como grupo significativo para o uso do PII, embora fosse um fator importante para falarmos sobre comportamentos sociais, pois o papel feminino no processo de mudança lingüística já foi demonstrado em muitos trabalhos empíricos (cf. MONTEIRO, 2001). Vejamos os resultados:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Feminino	120 / 206	58	(0,53)
Masculino	79 / 155	51	(0,46)
Total	199 / 361	55	

TABELA 17: Influência do sexo sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

Pode-se constatar, com esses resultados, que realmente as mulheres usam mais a forma inovadora de PII (P.R. 0,53), mostrando evidências em favor da hipótese de que seriam elas as responsáveis por grande parte das mudanças lingüísticas. Em qualquer caso, é importante mencionar ainda que LABOV (1972) fala que a diferenciação dos falantes em

função do sexo não é um mero produto dos fatores físicos, é, outrossim, decorrência de aspectos de ordem social aplicados preferencialmente a um sexo ou a outro.

5.13 Escolaridade

Quando à *escolaridade*, prevíamos que quanto maior a escolaridade, mais o uso do PIS estaria presente, por outro lado, quanto menos escolarizado fosse o informante, mais usaria o PII. Salientamos, no entanto, que pouco ou quase nada há de correção quanto ao uso desses tempos/modos verbais nas orações subordinadas⁵². Observemos a tabela 17:

FATORES	FREQÜÊNCIA APLICAÇÃO/TOTAL	%	P. R.
Ensino Médio	91 / 146	62	(0,57)
Ginásio	55 / 101	54	(0,49)
Primário	53 / 114	46	(0,41)
Total	199 / 361	55	

TABELA 18: Influência da escolaridade sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

A hipótese geral foi contrariada, isto é, os informantes que possuem o ensino médio tendem a fazer maior uso do PII nas orações subordinadas (P.R. 0,57), enquanto os possuidores do primário fazem menor uso (P.R. 0,41). Embora a diferença não seja grande na presente pesquisa, esse resultado talvez mereça uma atenção especial em próximos trabalhos, no sentido de pesquisar o que estaria acontecendo com relação ao uso do PIS, ou seja, por que, mesmo com menos escolaridade, ele ainda subsiste? Ou: por que, mesmo com uma escolaridade mais avançada, o uso do PII mostra-se superior quando se trata de cotemporalidade a um ponto de referência passado?

Segue uma tabela com os números gerais com relação aos grupos significativos quanto ao uso do PII, para uma melhor visualização:

⁵² Seria interessante fazer um trabalho incluindo informantes com curso universitário. O maior contato com textos redigidos em linguagem formal, bem como o contato com pessoas de nível culto talvez exerça influência nesses usos. Uma boa comparação, então, seria a feita entre informantes com primário e informantes universitários.

Grupo	Fatores	Aplic./Total	%	P. R.
Tip. verb. or. princ.	V. cognitivos	126 / 139	91	0,81
	V. não cognitivos	68 / 206	33	0,28
Paralelismo	Pres. paralelismo	141 / 183	77	0,80
	Aus. paralelismo	58 / 178	33	0,20
Modalidade	Qdo se fala sobre algo que achava que aconte. e ã acontece	91 / 120	76	0,63
	Qdo. se fala sobre algo que achava que aconte. e acontece	61 / 108	56	0,63
	Qdo. se fala sobre algo imprevisível	42 / 105	40	0,38
	Qdo. se fala sobre algo imp. de aconte.	5 / 28	18	0,08
Tip. verbo aux.	Outros	32 / 35	91	0,76
	Ir	22 / 25	88	0,50
	Ter	15 / 22	68	0,42
	Poder	9 / 16	56	0,16
	Ser	2 / 04	50	0,22
Aspecto	Estado	104 / 155	67	0,68
	Atividade	34 / 57	60	0,40
	<i>Achievement</i>	40 / 87	46	0,42
	<i>Accomplishment</i>	21 / 62	34	0,25
Pres./aus. adv./loc. adv. or. princ.	Aus. adv./loc. adv. or. principal	167 / 270	62	0,57
	Pres. adv./loc. adv or. principal	32 / 90	36	0,31
Idade	15-24 anos	47 / 63	75	0,65
	+ 50 anos	77 / 137	56	0,63
	25-49 anos	75 / 161	47	0,33
Cidade	Criciúma	49 / 81	60	0,69
	Florianópolis	150 / 280	54	0,44

TABELA 19: Demonstrativo dos grupos significativos sobre o uso do PII *versus* PIS em dados de fala de Florianópolis e Criciúma - SC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste capítulo é retomar resumidamente o que foi tratado ao longo desta dissertação em termos de distribuição dos dados e de análise dos resultados estatísticos acerca do fenômeno de variação entre o PII e o PIS, bem como destacar aspectos considerados relevantes no decorrer da pesquisa, enumerar limitações e, a partir destas, propor futuras investigações. Para isso, reavemos o que dizem os capítulos que a compõem, com as conclusões já delineadas.

No primeiro capítulo, colocamos o problema a ser pesquisado. Falamos sobre a possibilidade de variação entre o PII, o PIS e o FP em contextos de orações subordinadas, nos quais as gramáticas normativas prevêm o uso unicamente do PIS, por se tratar de uma situação irreal, da qual não se tem certeza ao falar. Ilustramos com exemplos da literatura que tal variação não é estigmatizada, uma vez que passaram por revisões e não houve correções. Para esse fim, foi feita uma revisão bibliográfica em gramáticas normativas. É nesse capítulo também que mostramos alguns trabalhos variacionistas no âmbito dos verbos realizados recentemente. As leituras nos abriram caminhos para trabalharmos com nosso fenômeno de maneira mais segura, pois não era um percurso de todo desconhecido.

A elaboração de questões e hipóteses norteadoras com relação à pesquisa realizada também está descrita neste primeiro capítulo, sobre as quais tratamos mais detalhadamente quando da discussão dos grupos de fatores.

O segundo capítulo é destinado à explanação do quadro teórico que nos serviu de alicerce para a elaboração de questões e hipóteses bem fundamentadas e para a discussão dos resultados numéricos obtidos: a Teoria da Variação e Mudança Lingüística e o Funcionalismo Lingüístico.

O capítulo a seguir é dedicado à discussão das noções de tempo, aspecto, modalidade e ponto de referência, inerentes à definição do fenômeno em estudo. A partir

dessa discussão, foram feitas algumas definições: trataríamos da função 'cotemporalidade a um ponto de referência passado', tendo como formas alternantes o PII, o PIS e o FP; aspecto imperfectivo (de diferentes graus); modalidade *irrealis*.

Os procedimentos metodológicos são especificados no quarto capítulo, no qual se enfatizou a necessidade de restringir a variável em estudo por meio de critérios, com o objetivo de identificar as variantes como portadoras do mesmo significado representacional. Foi neste capítulo que discutimos o fato de a variante FP não fazer mais parte da nossa variável em estudo, uma vez que após sujeitarmos todos os dados inicialmente coletados aos critérios estabelecidos percebemos que tal variante não era recorrente na função estudada, apresentando apenas oito ocorrências, razão pela qual optamos por eliminá-los da análise quantitativa. A partir de então, nossa variável foi composta de duas variantes: PII e PIS. Talvez caiba a futuros trabalhos a tarefa de pesquisar a respeito do comportamento do FP quando se trata de 'cotemporalidade a um ponto de referência passado', pois parece que esta forma verbal tem outras funções primordiais, como futuridade com relação ao ponto de referência (cf. Costa, 1997; Silva, 1998; Karam, 2000); incerteza sobre fatos passados; expressão de desejo (cf. Cunha & Cintra, 2001) e por isso aparece raras vezes representando a função estudada nesta dissertação.

Neste mesmo capítulo, fazemos uma descrição sobre os grupos de fatores elaborados para alcançarmos nossos objetivos, a partir de premissas de cunho variacionista e funcionalista. Discutimos, também, sobre as hipóteses que nos levaram a eleger estes grupos como relevantes para a pesquisa.

A seguir, no quinto capítulo, expusemos a análise e discussão dos resultados obtidos, sobre os quais trataremos mais detalhadamente a seguir, concatenando as questões e hipóteses gerais com as específicas aos grupos de fatores.

Para discorrermos sobre conclusões a que chegamos, foram feitas oito rodadas estatísticas via programa VARBRUL.

Tínhamos cinco objetivos gerais para a confecção desta dissertação:

- 1) Demonstrar que as formas verbais PII, PIS e FP se comportam como variantes quando o contexto em que ocorrem é de cotemporalidade a um ponto de referência passado, havendo, assim, três formas para uma função temporal.

Quanto a este objetivo, podemos confirmar que as formas PII e PIS se comportam como tais; porém, as formas verbais do FP, embora saibamos que em alguns casos específicos entrem nesta função, de cotemporalidade a um ponto de referência passado, não conseguimos comprovar a sua inclusão na variável, uma vez que necessitaríamos de um número de dados mais relevante para tal comprovação.

- 2) Demonstrar que a idéia de modalidade traduzida como incerteza, possibilidade, hipótese, irrealidade, é depreendida do contexto (tendo, portanto, natureza discursiva) e não da flexão verbal (natureza morfológica).

O objetivo 2 foi alcançado, pois nosso *corpus* foi composto de situações caracterizadas como *irrealis*, aparecendo ora com formas do PII, ora com PIS, sem descaracterizar essa modalidade.

- 3) Levantar grupos de fatores lingüísticos e sociais e testá-los, quantitativamente, quanto ao seu condicionamento à escolha de uma ou de outra forma verbal.
- 4) Descrever os contextos de variação das três (agora, duas) formas e os contextos de restrição que impedem o uso de alguma das formas, caracterizando-se os contextos discursivos favoráveis ao uso das variantes verbais em questão.

Como pudemos notar ao longo deste trabalho, os objetivos 3 e 4 foram satisfeitos também, uma vez que levantamos os grupos de fatores e os testamos, sendo possível, a partir disso, descrever contextos de variação de PII e PIS.

O objetivo 5 só será alcançado a longo prazo, pois servirá de material de apoio para outras pesquisas e também como material de apoio a professores interessados em mostrar caminhos lingüísticos outros que não só o das gramáticas normativas.

- 5) Fornecer subsídios que auxiliem o ensino do uso dos tempos/modos verbais, na forma de material a ser pesquisado por professores dos Ensinos Fundamental e Médio.

Para fundamentar os objetivos, foram elaboradas algumas questões a serem respondidas ao longo da pesquisa, para as quais foram criadas hipóteses. Vejamos até que ponto nossas intuições estavam corretas.

Pensamos que a questão 1⁵³ foi devidamente respondida, uma vez que tínhamos como hipótese que não existe uma forma verbal definida para indicar incerteza na oração subordinada; traços modais são depreendidos do contexto; tanto é assim que, independentemente de usarmos as formas verbais de PII ou de PIS nas orações subordinadas, o traço de irrealidade, incerteza, dúvida acerca do que se fala não se perde. Parece, apenas, que se tratam de tipo de *irrealis* diferentes.

Foi por isso que criamos o grupo 'modalidade', por meio do qual vimos que *quando se fala sobre algo que achávamos que aconteceria e não acontece e quando se fala sobre algo que achávamos que aconteceria e acontece* a tendência é usar o PII nas orações subordinadas, uma vez que o relevante para este resultado não é o fato de a situação ter acontecido ou não, o importante é que quando o falante emite seu enunciado, *fala sobre algo que achava que aconteceria*, com probabilidades de acontecimento; já *quando se fala sobre algo imprevisível ou sobre algo impossível/improvável de acontecer*, há tendência ao uso do PIS. Deduzimos que isso se dê porque quanto mais distante se encontra o fato sobre o qual se fala, menos conhecido ele é e, por isso, mais relação com o modo verbal prescrito como adequado a essas situações (PIS).

'Considerando-se a visível variação, que contextos lingüísticos condicionam o uso das formas verbais PIS e PII, quando são cotemporais a um ponto de referência anterior ao momento da fala?' Essa era a nossa segunda questão, para a qual temos como resposta, além do que já falamos a respeito da 'modalidade', que foi o terceiro grupo considerado significativo: i) 'tipo de verbo na oração principal' foi o primeiro a ser selecionado pelo programa como significativo, tendo o fator *verbo cognitivo* como contexto favorável ao uso de PII, com um P.R. de 0,72; ii) 'paralelismo formal' foi o segundo selecionado, mostrando evidências de que se as formas verbais de PII já apareceram antes no discurso, há grandes probabilidades de ser este o tempo verbal usado nas orações subordinadas (P.R. 0,80); outrossim, quando esta forma não havia aparecido, o P.R. é bem menor, apenas 0,20, isto é, quando outros tempos verbais estão sendo usados, a tendência é que as formas verbais de PIS apareçam nos contextos de orações

⁵³ Até que ponto a forma verbal de PIS indica atitude de incerteza nas orações subordinadas? E, paralelamente, as formas verbais de FP e de PII marcam atitudes de certeza? Afinal, há um modo verbal definido para indicar certeza ou incerteza nas orações subordinadas?

subordinadas; iii) 'tipo de verbo auxiliar' mostrou-se bastante significativo, quando os verbos *outros*⁵⁴, *ir* e *ter* aparecem, o uso do PII é favorecido; por sua vez, os verbos *poder* e *ser*, na função de auxiliares, inibem esse uso. Cabe lembrar, aqui, que é o uso da perífrase que é mais impulsionado pelo 'paralelismo'; quando fizemos uma rodada sem o grupo 'tipo de verbo auxiliar', 'paralelismo' não se mostrou como significativo. iv) 'Aspecto' foi o quinto grupo selecionado, mostrando evidências que quando se trata de *estado* o uso do PII é mais comum (P.R. 0,68), seguido da aspectualidade *atividade* e *achievement* (P.R. 0,42). *Accomplishment* é o que mais inibe o uso do PII (P.R. 0,25). v) 'Presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal' também foi um grupo de fatores significativo, trazendo como fator condicionante para o uso do PII a *ausência de advérbios ou locuções adverbiais na oração principal* (P.R. 0,57), o que já era de se esperar tendo em vista os resultados obtidos para trabalhos anteriores.

Quanto aos fatores sociais, havíamos formulado a seguinte hipótese: 'o fenômeno é sensível a fatores externos. A idade e a escolaridade do falante influenciam na escolha entre as formas verbais a serem usadas. Quanto mais novo é o falante, e quanto menos escolarizado ele for, mais optará pela forma inovadora já instalada, que se pressupõe serem as do PII. Por outro lado, quanto mais velho e mais escolarizado for o falante, mais ele usará o PIS.' Quanto à *escolaridade*, o grupo testado não se mostrou significativo, mas os resultados percentuais nos mostram que a hipótese não se confirmaria, pois vimos que os informantes com o Ensino Médio tendem a usar mais as formas de PII do que os com primário. Esse resultado é interessante, pois mostra que a escola não exerce pressão quanto ao uso das formas do PIS nas orações subordinadas; mas, por outro lado, por que essa forma verbal aparece na fala dos menos escolarizados? Boa questão para outras pesquisas. 'Idade' mostrou-se significativo, entretanto, não confirmou nossa hipótese, uma vez que as formas verbais de PIS aparecem nas falas dos informantes entre 25 e 49 anos (P.R. 33), não na dos mais velhos, como prevíamos. O grandes usuários das formas verbais de PII, entretanto, são mesmo os mais jovens (P.R. 0,65).

Quanto à questão 4 e as hipóteses que tínhamos quanto ao uso das formas verbais de FP, não nos foi possível responder, pois, como já explanamos, os dados que as continham não foram suficientes para falarmos em resultados numéricos.

Podemos afirmar, com respaldo em nosso quadro teórico, que o uso dos pretéritos imperfeitos (indicativo e subjuntivo) constitui um contexto de variação

⁵⁴ Ao fator 'outros' foram amalgamados os verbos *estar* e *dever*, além de outros verbos que aparecem como auxiliar, como *tentar*, *precisar* e *dar*, por exemplo.

lingüística, uma vez que nos contextos analisados, com a mesma função, tanto um como o outro tem o mesmo valor representacional.

O quadro que acabamos de descrever permite-nos mostrar as contribuições traçadas por esta pesquisa, no entanto, os grupos de fatores que analisamos não esgotam as possibilidades de descrição do uso das variantes. Não pretendemos, de forma alguma, traçar um perfil definitivo a respeito da variável lingüística analisada, mas pretendemos colaborar, conforme um de nossos objetivos norteadores, com sua descrição no funcionamento da língua portuguesa usada informalmente, que é o verdadeiro idioma de nossa nação. Professores, principalmente de Língua Portuguesa, podem estar mais à vontade para lidar com situações como as analisadas: as orações subordinadas, permitindo usos que estão em voga, sem correr o risco de "poder tudo", como dizem alguns gramáticos.

Houve, entretanto, várias limitações⁵⁵ para a realização desta pesquisa. Uma delas foi, como já dissemos, o número reduzido de dados com formas verbais de FP, o que não nos permitiu lidar com uma variável ternária. Em virtude dos obstáculos surgidos, elencamos, a seguir, questões/sugestões que podem ser analisadas ou melhor analisadas em futuros trabalhos:

- ampliar o *corpus* de análise a partir da obtenção de um número maior de dados, talvez com a coleta de dados de todo o banco VARSUL, com dados de 12 cidades e mais de trezentas entrevistas;
- diante do *corpus* aumentado, poder-se-ia elaborar mais grupos de fatores, para um maior refinamento da análise;
- um estudo diacrônico a respeito do uso do PII em orações subordinadas seria interessante, para nos certificarmos se esse é um fenômeno da atualidade ou se já vem acontecendo há muito, como nos mostrou Poplack (2001) a respeito desse fenômeno no francês;
- uma verificação mais detalhada a respeito das perífrases com valor de cotemporalidade a um ponto de referência passado seria importante, possibilitando uma análise mais aprofundada sobre o 'paralelismo formal';

⁵⁵ Reconhecemos, no entanto, que a análise interpretativa dos resultados pouco desenvolvida e o apoio teórico não suficientemente explorado, limitações que atribuímos em grande parte ao fator tempo disponível para a realização da pesquisa, foram empecilhos para a elaboração desta pesquisa.

- a inclusão de informantes portadores do ensino superior nos mostraria se realmente a escolaridade não exerce influência no uso das formas verbais de PIS;
- a inclusão de dados de crianças no *corpus* também seria interessante;
- seria importante, também, obter dados que permitissem o estudo da variação estilística, a qual pode determinar a escolha entre as formas do PII e do PIS, dependendo do grau de formalidade e monitoramento do discurso.

BIBLIOGRAFIA

ALI, M. Said. **Gramática secundária e Gramática histórica da Língua Portuguesa**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1964.

ALKMIM, Tânia Maria. **Sociolingüística parte I. In Introdução à Lingüística: domínios e Fronteiras**. São Paulo: Cortez, v. 1, 2001.

BACK, Eurico & SOUZA, Ana Cláudia. **Prática de Leitura e Produção de Texto. Criciúma: UNESC, v. 1, 2001.**

BARBISAN, Leci Borges & MACHADO, Rejane Flor. **O tópico no texto argumentativo**. Porto Alegre: Letras de Hoje, 2000.

BARROS, João de. **Gramática da Língua Portuguesa**. 3 ed. São Paulo: 1957.

BENTIVOGLIO, Paola A . *A variação nos estudos sintáticos*. In: Estudos lingüísticos XIV. Anais de seminários do GEL, Campinas, 1987.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, São Paulo: Pontos, 1995.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: LISA, 1992.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **A forma verbal portuguesa em -ria**. USA, Georgetown University, 1967.

CASTILHO, Ataliba T. de. **A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português**. Marília: FFCL, 1967.

COAN, Márluce. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-) perfeito*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, UFSC, 1997.

_____. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. (Tese de Doutorado), Florianópolis, UFSC, 2003.

COMRIE, B. **Tense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 4ª ed.

CORÔA, Maria L. M. Sales. **O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica**. Brasília: Thesaurus, 1985.

CORVALÁN, C. Silva. **Sociolingüística. Teoria y análisis**. Madrid/Espanha: Alnambra S/A, 1988.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

CUNHA, C. & CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DICIONÁRIO BARSÁ DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

DICIONÁRIO DE VERBOS. Edição especial em convênio com Programa Nacional de Cultura da E.E.F.L., 1983.

FIORIN, J. Luiz. **As astúcias da enunciação, as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, V. N. e SILVA, S. *Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no Português do Brasil*. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

GIVÓN, Talmy. *Syntax - A functional - typological introduction*. Amsterdam /Philadelphia: J. Benjamins Company, v. 2, 1990.

_____. **Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations**. Studies in Language, 1991.

_____. **Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation**. In: English Grammar: A functional-based introduction. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1993.

_____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1995.

_____. **Syntax: An Introduction**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, v.1, 2002.

GÖRSKI, Edair (et alii). **Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis.** In *Variação e mudança no português falado na região Sul* (Vandresen, P (org.)). Pelotas: Educat, 2002.

IANNI, Octavio. **Língua e sociedade.** In *Aulas de português: perspectivas inovadoras* Valente, A (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português.** São Paulo: Contexto, 1997.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos.** São Paulo: Scipione, 1996.

KARAM, Lenara M. *A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do RS. (Dissertação de Mestrado).* Porto Alegre, UFRGS, 2000.

KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 1992.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. **Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera.** In *Working papers in Sociolinguistics*, n. 44, 1978.

_____. **Modelos Sociolingüísticos.**, Madrid: Ediciones Cátedra, S/A, 1983.

_____. **Princípios del Cambio Lingüístico.** Madrid: Ed. Credos S/A, 1996.

LAVANDERA, B. **Where does de Sociolinguistics variable stop? In Language Society,** Printed in Britain, 1977.

LOPES, E. **Fundamentos da Lingüística Contemporânea.** São Paulo: Cultrix, 1995.

LYONS, J. *Semantics.* Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MATEUS, M H. M. *et alii.* **Gramática da Língua Portuguesa.** Coimbra: Almedina, 1983.

MATOS, Sérgio. *Aspectos da semântica e da pragmática do imperfeito do indicativo.* In **Revista da Faculdade de Letras**, Línguas e Literaturas. Porto, XIII, 1996.

MOLLICA, Maria Cecília. **Fundamentação teórica: conceituação e delimitação.** In *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação.* São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, J. Lemos. **Para compreender Labov.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MOURA, Heronides M. de M. **Significação e contexto: uma introdução a questões de Semântica e Pragmática.** Florianópolis: Insular, 2000.

NARO, Anthony Julius. *Modelos quantitativos e tratamento estatístico.* In *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação.* São Paulo: Contexto, 2003.

NASCENTES, Antenor. **O idioma nacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livr. Acadêmica, 1960.

NASSAR, Raduan. **Lavoura Arcaica**. 1975.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Fernão de. **A gramática da linguagem portuguesa**. Lisboa: Impr. Nac., 1975.

PASQUALE & ULISSES. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, UFSC, 1999 (PINTZUK, S. VARBRUL. *Programs*. 1988.

POPLACK, Shana. *Function an process in a variable phonology*. (University of Pennsylvania dissertation), 1979.

_____. **The notion of the plural in Puerto Rican Spanish: competing constraints on /s/ deletion**. In: LABOV, W. (ed.) *Locating language in time and space*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1980.

_____. **Deletion and disambiguation in Puerto Rican Spanish**. *Language*, LSA, v. 56, n. 2, 1980b.

_____. **Variability, frequency, and productivity in the domain of French**. In Bybee & Hopper (eds), 2001.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da Língua Portuguesa**. 41. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001.

SAVIOLI, Francisco Platão. **Gramática em 44 lições com mais de 1700 exercícios**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1983,

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2002,

SCOTTINI, Alfredo. **Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Blumenau: Todolivro, 1998.

SCHERRE, Maria M. Pereira. *Reanálise da concordância nominal em português*. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro, UFRJ, 1988

SCHERRE, Maria M. Pereira & NARO, Anthony J. **Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul**. In Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Thais Cristóforo. **Fonética e Fonologia do Português**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002,

SILVA, Tereza S. da. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis. (Dissertação de Mestrado)*. Florianópolis, UFSC, 1998.

SOUZA, Ana Cláudia. **Pretérito Imperfeito do Subjuntivo? Formas verbais em -sse em contextos que veiculam a noção de posterioridade.** Working Papers em Linguística, nº 5, pp. 91-110, 2001.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística.** São Paulo: Ática, 2001.

TAVAGLIA, L. Carlos. *O discursivo no uso do pretérito imperfeito do indicativo no português.* **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, nº 12, 1987.

TUFANO, Douglas. **Antologia do conto brasileiro: do Romantismo ao Modernismo.** São Paulo: Moderna, 1994.

VENDLER, Z. **Verbs and Times. Linguistics and Philosophy.** Ithaca, New York: Cornell University Press, 1967.

VOTRE, Sebastião J. & NARO, Anthony J. **Mecanismos funcionais do uso da língua.** In *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

WEINER, J. e LABOV, W. *Constraints on the agentless passive.* **Journal of linguistic**, [1977], 1983.

WEINREICH, U., LABOV, W. e HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory of language change.** In: W. Lehmann and Y. Malkiel (eds.), *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

ANEXOS

ANEXO 1
TESTE REALIZADO COM ALUNOS DE OITAVA SÉRIE DO ENSINO
FUNDAMENTAL E SEXTA FASE DO ENSINO MÉDIO.

Mamãe sonha que um dia...

Marineide não tinha idéia do que...

Eu estava pensando que...

Cruzes! Achei que você...

Eu nunca imaginei que...

Ela pensava que eu...

Papai pediu que...

Sempre quis que...

Queria uma amiga que...

Pediu-me desculpas porque pensou que...

Ninguém esperava que um dia isso...

Eu não sabia que...

A professora achava que...

Estes foram os contextos apresentados aos alunos, que preencheram as frases como acharam conveniente. O ambiente foi de descontração, não lhes sendo apresentada nenhuma sugestão para completarem as orações. Com esse teste, foram coletados quinhentos dados, com os quais elaboramos um trabalho piloto, apresentado à disciplina de T. E. Gramática Funcional, ministrada pela professora Edair Görski, no segundo semestre/2003.

ANEXO 2

**DADOS COLETADOS COM AS FORMAS VERBAIS DE FP EM CONTEXTO DE
VARIAÇÃO COM FORMAS DO PIS E PII.**

- (1) "Eu coloquei porque eu achei que *seria* uma escolinha normal." (CRI 22, p. 112)
- (2) "Então, a mãe fazia, botava a água ferver, aí jogava a água dentro daquele alguidar e fazia aquele pirão d'água. Não porque não tinha o feijão, é porque eles achavam que *iria pesar* muito no estômago, podia fazer mal durante a noite." (FLP 02, p. 19)
- (3) "Nem a outra, também, fazia, nem a Andréia. Que eu achava, assim, que elas, depois, quando a gente casa, a gente vai fazer isso tudo, né? Então, eu achei que elas não *deveriam ter feito*." (FLP 11, p. 16)
- (4) "...foi uma educação que foi aproveitável, eu achei. A única coisa da educação que eles pensaram que não *atrapalharia* foi o estudo. Mas o resto das coisas que eu achei boa." (FLP 17, p. 09)
- (5) "Só que eu me preveni porque eu evitava um contato com pessoas que *poderiam* assim *sair* com meninas assim avoadinhas e que me dessem chance de alguém falar de mim." (FLP 20, p. 04)
- (6) "Não, eu não fiquei revoltado com a separação dos dois, eu até achei que *deveria*, né? porque achei que *deveria haver* a separação porque os dois brigavam muito, não é?" (FLP 29, p. 26)
- (7) "Por aí, 92 né? uns 12 anos, né? e aquela ilusão toda, né? aquela, né? então marcou bastante por isso, né? e imaginar que, né? outros seres *poderiam vir* aqui, fazer com a gente, tal." (FLP 32, p. 13)

Dos oito dados encontrados com as formas verbais de FP nas orações subordinadas com valor temporal de cotemporalidade a um ponto de referência passado, podemos notar que sete são orações subordinadas substantivas, somente o exemplo (5), cujo verbo da oração principal não é de natureza cognitiva, é de oração subordinada adjetiva. Os verbos *pensar*, *imaginar* e *achar*, todos cognitivos, de primeira conjugação, estão presentes nas orações principais cujas subordinações se dão com formas do FP. Orações subordinadas adverbiais não foram encontradas com esta função temporal.

O número de ocorrências é realmente muito pequeno, mas talvez possamos arriscar a afirmar que as formas verbais de FP apresentam-se com a função de cotemporalidade a um ponto de referência passado, variando com as formas verbais de PII e PIS, quando aparecem em contextos de orações subordinadas substantivas, com verbos cognitivos nas orações principais. Outro fator que propicia o uso de FP é a presença de

perífrases, uma vez que dos oito exemplos, cinco apresentam esta construção nas orações subordinadas (*iria pesar, deveriam ter feito, poderiam sair, deveria haver e poderiam vir*).

Podemos perceber, também, que quando se *fala sobre algo imprevisível*, favorece o uso de formas verbais de FP, talvez pelo fato de esta ser uma forma com caráter mais *irrealis* do que as do PII.

Embora diversas investigações tenham sido feitas acerca do comportamento híbrido do tempo verbal FP (cf. Câmara Jr (1967), Costa (1997), Silva (1998)), há, ainda, campo de estudo para as formas em *-ria*, mesmo que não tenhamos podido continuar com este tempo verbal como regra variável em nosso trabalho.